

# BRASIL E OS ACORDOS INTERNACIONAIS DE CACAU, CAFÉ E AÇÚCAR: 1962 - 1982

SOCORRO DE MARIA ARRAES MENEZES

Orientador : FLÁVIO ABRANCHES PINHEIRO

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Agronomia - Área de Concentração: Economia Agrária.

PIRACICABA  
Estado de São Paulo - Brasil  
Maio de 1985

Aos meus pais,

Maria da Cruz e Valdemir

## AGRADECIMENTOS

- A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, na pessoa dos senhores José Haroldo Castro Vieira e Emo Ruy de Miranda;
- Ao Prof. Flávio Abranches Pinheiro pela eficiente orientação e amizade;
- Ao Prof. Adriano Romariz Duarte pelas valiosas sugestões e críticas apresentadas a este estudo;
- Aos Professores Evaristo Marzabal Neves, Cicely Moitinho Amaral e José Ferreira de Noronha pelas críticas e sugestões;
- Aos Colegas de curso Isabel C. Takitane, Roberto A. Fassarella, João Aurélio Viana, Eldis Barne Molina e Rafael Fuentes Llanillo pelo estímulo e amizade;
- Ao Sr. Jorge Raymundo Castro Vieira pelo apoio e compreensão;
- Aos Colegas Helio Estrela Barroco, James R. LaFleur, Marilú Pacheco de G. Teixeira, Paulo de Tarso Lima, Ricardo R. Tafani, pelo incentivo e apoio;
- Aos Colegas Márcio R. Torres, Reinaldo S. de Mello pelo atendimento sempre atencioso;
- Ao Centro de Computação e Informática - UNESP - Botucatu, na pessoa dos senhores Angelo Catoneo e Jaime Laperuta Filho;
- As Colegas Cleide Bazanelli, Tanni Werneck pelo apoio e solidariedade; e
- A Margareth A. Braga Leal de Souza, pelo cuidadoso trabalho de datilografia.

## ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS .....	v
RESUMO .....	viii
SUMMARY .....	xi
1. INTRODUÇÃO .....	01
1.1. Problema .....	03
1.2. Objetivo .....	05
1.3. Metodologia .....	05
2. HISTÓRICO .....	10
2.1. Acordos internacionais de cacau .....	10
2.2. Acordos internacionais de café .....	26
2.3. Acordos internacionais de açúcar .....	44
3. EVOLUÇÃO DO MERCADO INTERNACIONAL DE CACAU, CAFÉ E AÇÚCAR .....	58
3.1. Mercado internacional de cacau .....	59
3.1.1. Grau de concentração das exportações brasileira de cacau em amêndoas .....	77
3.2. Mercado internacional de café .....	79
3.2.1. Grau de concentração das exportações brasileira de café cru em grãos .....	90
3.3. Mercado internacional de açúcar .....	92
3.3.1. Grau de concentração das exportações brasileira de açúcar demerara .....	106
4. CONCLUSÕES .....	114
5. LITERATURA CITADA .....	119

## LISTA DE TABELAS

		Página
Tabela nº		
01	Valor da exportação total brasileira, <u>ex</u> portação brasileira de café cru em grãos e solúvel e participação percentual 1963 - 1982 .....	28
02	Preços médios das exportações brasileira de café 1963-1981 .....	32
03	Participação percentual dos principais países exportadores nas exportações <u>mun</u> diais de café cru em grãos 1962-1981 .....	40
04	Produção mundial de cacau em amêndoas e produção dos principais países produtores 1962/63-1981/82 .....	60
05	Taxa geométrica anual de crescimento de cacau em amêndoas e derivados 1962-1982 .....	61
06	Participação percentual dos principais países exportadores nas exportações <u>mun</u> diais de cacau em amêndoas 1962-1981 .....	63
07	Volume da exportação brasileira de cacau em amêndoas e derivados e participação percentual 1963-1982 .....	65
08	Valor e volume da exportação brasileira de cacau em amêndoas por países importadores 1963-1982 .....	67
09	Valor da exportação total brasileira, <u>ex</u> portação brasileira de cacau em amêndoas e derivados e participação percentual 1963-1982 .....	70

Tabela nº		Página
10	Volume da importação mundial de cacau em amêndoas e importação dos principais países importadores 1972-1981/82 .....	72
11	Volume da oferta e demanda mundial de cacau em amêndoas 1960/61-1981/82 .....	75
12	Índice de Gini: cacau em amêndoas 1963-1982 .....	78
13	Produção mundial de café verde e produção dos principais países produtores, 1962/63-1980 .....	80
14	Participação percentual dos principais países produtores na produção mundial de café verde 1962/63-1980 .....	81
15	Taxa geométrica anual de crescimento de café cru em grãos e solúvel 1963-1981 .....	83
16	Participação percentual dos principais países exportadores nas exportações mundiais de café cru em grãos 1962-1981.....	85
17	Volume da oferta e demanda mundial de café 1963/64-1981/82 .....	87
18	Consumo brasileiro de café cru em grãos e solúvel 1962-1981 .....	89
19	Índice de Gini: café cru em grãos 1963-1982 .....	91
20	Produção mundial de açúcar e produção dos principais países produtores 1962/63-1981.....	93
21	Taxa geométrica anual de crescimento de açúcar, e açúcar demerara 1963-1982.....	94

Tabela nº		Página
22	Participação percentual dos principais países exportadores nas exportações mundiais de açúcar 1963-1981 .....	96
23	Volume da exportação brasileira de açúcar, açúcar demerara e participação percentual 1963-1982 .....	97
24	Valor da exportação total brasileira, exportação brasileira de açúcar, açúcar demerara e participação percentual 1963-1982 .....	99
25	Participação percentual dos principais países importadores nas importações mundiais de açúcar 1963-1981 .....	101
26	Preços médios das exportações de açúcar e de açúcar demerara 1963-1982 .....	102
27	Volume da oferta e demanda mundial de açúcar 1972/73-1981/82 .....	104
28	Produção e consumo brasileiro de açúcar e participação percentual 1963-1979 .....	107
29	Índice de Gini: açúcar demerara 1963-1982 .....	108
30	Valor e volume da exportação brasileira de açúcar demerara por países importadores 1963-1982 .....	110
Apêndice nº .....		124
01	Valor e volume da exportação brasileira de café cru em grãos por países importadores 1963-1982 .....	125

BRASIL E OS ACORDOS INTERNACIONAIS DE  
CACAU, CAFÉ E AÇÚCAR: 1962-1982

Autora: Socorro de Maria Arraes Menezes

Orientador: Flávio Abranches Pinheiro

RESUMO

O mercado internacional de "commodities" caracteriza-se por frequentes oscilações de preços. A instabilidade nos preços das "commodities" levou países produtores e consumidores a negociarem Acordos Internacionais, com o objetivo de estabilizar os preços.

Entre as principais "commodities" comercializadas no mercado internacional, destacam-se cacau, café e açúcar. Sendo o Brasil grande produtor e com participação significativa no comércio mundial destes produtos, o estudo tem como objetivo analisar as negociações dos Acordos Internacionais de Cacau, Café e Açúcar assim, como a evolução do mercado internacional destes produtos, enfatizando as dificuldades de negociações e os efeitos dos respectivos acordos.

Inicialmente apresenta-se uma retrospectiva histórica das negociações para implementação dos Acordos Internacionais de Cacau, Café e Açúcar. Procura-se destacar os principais objetivos e mecanismos propostos para a formalização destes Acordos, assim, como os pontos de maior divergência entre países produtores e consumidores de cada produto.

Em seguida analisa-se a evolução do mercado internacional de cacau, café e açúcar no período 1962-1982.

Através do comportamento dos principais indicadores, como produção, exportação, consumo e preços de exportação destas "commodities", destaca-se o caso do Brasil. Procura-se também relacionar o comportamento do comércio internacional destes produtos, com a atuação dos respectivos acordos e com as políticas adotadas pelo Governo brasileiro de incremento do comércio exterior a partir de meados da década de 60.

Na análise do comportamento do mercado internacional de cacau, café e açúcar e da atuação dos acordos internacionais destes produtos, salienta-se que as dificuldades de entendimento entre países exportadores e importadores durante as negociações dos Acordos, são atribuídas particularmente, as distintas características dos países participantes destes Acordos. De um lado, países industrializados, do outro países em desenvolvimento. A fragilidade dos países exportadores diante dos importadores, é atribuída entre outros fatores, a falta de sistemas adequados de estocagem e de habilidade para conter a expansão da produção do produto, uma vez que em sua maioria são dependentes das exportações de produtos primários.

As análises deste estudo, mostram que de modo geral, os Acordos, com seus mecanismos de estabilização de preços, não têm surtido o efeito esperado. Verifica-se que os desequilíbrios entre oferta e demanda têm anulado os esforços dos países exportadores e importadores, na busca de estabilização de preços no mercado internacional. Tal situação pode ser atribuída a falhas nas expectativas e previsões de oferta e demanda por parte dos países negociadores dos acordos destas "commodities".

Ressalta-se que em geral, o Acordo Internacional do Café tem sido efetivo. Com seus mecanismos de estabilização, notadamente cota de exportação, vem sendo possível man

ter os preços do produto relativamente estáveis, o que pode ser atribuído a política de comercialização e estocagem do produto, assim, como maior integração entre os grandes países produtores.

O Brasil possui determinadas condições que o coloca em posição favorável nas negociações dos Acordos Internacionais destas "commodities". Ao possuir um sistema adequado de estocagem e elevado consumo interno, notadamente, de café e açúcar, o país conta com alternativas favoráveis, para redução das flutuações de preços no mercado externo.

Embora a estratégia instituída pelo governo brasileiro de expansão das exportações venha alcançando resultados favoráveis, o Brasil deveria rever sua política de comércio exterior, não só com o objetivo de ampliar as vendas para os compradores tradicionais, mas, principalmente, para conquista de novos mercados. O incremento das exportações é o meio de aumento da renda e, entrada de divisas. Entretanto, a diversificação é uma política que diminui a vulnerabilidade e limitações impostas pelo mercado internacional.

Verifica-se que embora os efeitos dos Acordos Internacionais destas "commodities", sejam de curto prazo, a existência dos mesmos é de suma importância pois, além de constituir o respaldo político dos países em desenvolvimento, funcionam como elemento psicológico de estabilização de preços no mercado internacional.

BRAZIL AND THE COCOA, COFFEE  
AND SUGAR INTERNATIONAL AGREEMENTS - 1962-1982

Author: Socorro de Maria Arraes Menezes

Adivisor: Flávio Abranches Pinheiro

SUMMARY

The commodities international market is characterized by frequent price fluctuation. The instability of commodities price has led producer and consumer countries to make International Agreements aiming to the stabilization of prices.

Among the main commodities traded at the international market cocoa, coffee, and sugar outstand. Since Brazil is a great producer participating actively in the world trade of these products this study has as its main objective to analyse the Cocoa, Coffee and Sugar International Agreements negotiations as well as the evolution of these products international market, emphasizing the negotiations difficulties and the effects of the above mentioned agreements.

The analysis of this study show that in general the agreements with their price stabilization mechanisms have not had the expected effects. It can be seen that the unbalance between supply and demand have nullified the export and import countries efforts in the search of price stabilization at the international market. This situation can be attributed to the faulty expectations and forecasts concerning supply and demand from the part of those commodities agreement negotiators countries.

It is noteworthy that in general the Coffee International Agreement has been efficient. With its stabilization mechanisms, notably the exportation quota, it has made possible to maintain the product price relatively stable, what can be attributed to the commercialization and stocks policy for the product, as well as to a greater interaction among the great producer countries.

Brazil presents particular characteristics which place it in a favorable position at the International Agreement negotiations for these commodities. Having a well suited storing system and a high domestic consumption, specially for coffee and sugar, the country can count on favorable alternatives to reduce price fluctuations at the foreign market.

Although the Brazilian government strategies for the expansion of exports have been achieving favorable results, Brazil should review its foreign exchange trade policy, not only with the objective to increase sales to traditional buyers, but also and specially, to win new markets. The increase of exports is the means to increase revenue and foreign currencies income. However, diversification is a policy which diminishes the vulnerability and limitations imposed by the international market.

It is observed that although the effects of these commodities International Agreements are of short term, their existence is highly important because they serve as political support to the developing countries and besides that they act as psychological factors to the stabilization of prices at the international market.

## 1. INTRODUÇÃO

Os países industrializados caracterizam-se por serem exportadores de produtos manufaturados, não dependendo basicamente das exportações de matérias primas agrícolas para o equilíbrio de suas balanças comerciais.

Os países em desenvolvimento são produtores/exportadores de uma significativa parcela de produtos agrícolas. Estes países, em sua maioria, são dependentes das exportações dos produtos primários, sendo que, em muitos deles, as exportações agrícolas constituem a principal fonte de divisas.

Dentre as diversas "commodities" comercializadas no mercado internacional, destacam-se o cacau, café e açúcar. Tanto do lado da oferta como da demanda, o mercado destes produtos apresenta-se concentrado.

O mercado de "commodities" caracteriza-se por constituir-se de produtos primários sujeitos a grandes flutuações de preços. De modo geral, as "commodities" são comercializadas em Bolsas de Mercadorias, assegurando basicamente aos produtores, menores riscos dado as constantes flutuações de

preços. As operações de compras e vendas são efetuadas através de contratos em dois tipos de mercado-mercado físico onde a compra ou venda do produto verifica-se para entrega imediata e mercado a termo ou futuro onde a compra ou venda do produto se dá através de um compromisso a ser realizado no futuro. O maior volume comercializado das "commodities" verifica-se nos meses referentes ao encerramento das safras de acordo com cada produto. Y0 (1980).

Estes produtos primários apresentam inelasticidade de demanda e oferta no curto e médio prazo. Pelo lado da demanda deve-se especialmente, ao fato destes produtos atenderem às necessidades básicas dos países consumidores e a falta de produtos substitutos próximos. Com relação a oferta deve-se a fatores técnicos como a resposta da produção no longo prazo, dado que em geral a cultura destes produtos primários é de ciclo longo.

Neste estudo, as análises dos Acordos e do mercado internacional de cacau, café e açúcar devem-se ao fato do Brasil ser grande produtor e com participação significativa nas exportações mundiais destas "commodities". O período de análise 1962-1982 deve-se às medidas de incentivos através da política cambial, comercial e fiscal adotadas pelo Governo brasileiro a partir da crise econômica e política de 1964, com o objetivo de aumentar e diversificar as exportações brasileira. Sendo que as políticas de incremento e diversificação das exportações brasileira implementadas na década de 60, obtiveram resultados significativos a partir dos anos 70.

As frequentes flutuações de preços das "commodities" no mercado internacional desde a década de 20, têm levado países produtores e consumidores a esforços conjuntos para estabilização de preços. A característica de concentração

tanto do lado da oferta como da demanda destas "commodities" seria um fator favorável, para um melhor entendimento entre países produtores e consumidores na busca do principal objetivo, de estabilização do comércio mundial.

Os intensivos e constantes debates nas negociações dos Acordos Internacionais de "commodities" entre países produtores e consumidores, mostram o interesse dos participantes, em torno de adoção de uma política de comércio internacional visando à estabilização dos preços.

### 1.1. Problema

A receita cambial proveniente das exportações de produtos primários constitui-se uma das principais fontes de divisas para a maioria dos países em desenvolvimento. Contudo, as flutuações de preços das "commodities", decorrentes de variação de oferta e demanda, geram sérios problemas para a economia dos países em desenvolvimento.

Os desequilíbrios entre a oferta e demanda levam a grandes flutuações de preços. Tais flutuações levaram diversos países, desde a década de 20, a tentarem a formalização de Acordos Internacionais de "commodities". Argumentava-se que as flutuações de preços não podiam ser corrigidas pelas forças normais de mercado, isto é, o mercado precisaria de algum tipo de intervenção com objetivo de reduzir as flutuações de preços.

O principal objetivo dos Acordos Internacionais de "commodities" é a estabilização de preço, operando através de mecanismos tais como, cotas de exportação, faixa de preços máximo e mínimo e estoques reguladores.

Deve-se destacar as dificuldades para implementação de Acordos Internacionais deste tipo, visto que países participantes, produtores e consumidores, possuem características e interesses distintos. De modo geral, os países produtores estão em fase de desenvolvimento, enquanto os consumidores são países desenvolvidos.

A dificuldade dos países consumidores e exportadores para chegarem ao consenso, dizem respeito à não aceitação por parte de alguns, da forma de atuação dos mecanismos a serem utilizados para alcançar o objetivo de estabilização de preços. A divergência muitas vezes, refere-se ao nível de preço a ser fixado, de forma que seja compensador aos diversos países participantes do mercado; à determinação das cotas de exportação, (de que maneira distribuir as cotas entre os países produtores de modo a não haver discriminação) e também a capacidade física, financeira e operacional do mecanismo do estoque regulador. A grande polêmica deste último mecanismo, refere-se ao montante de financiamento e sua maneira de intervenção.

Por outro lado, muitos países consumidores argumentam que os Acordos são uma maneira de transferência de recursos dos países ricos para os países pobres, especialmente, sendo a demanda da "commodity" inelástica em relação ao preço.

Um outro problema, é que os interesses de grupos poderosos (países consumidores) se sobrepõem, dada a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento, por não possuírem sistemas adequados de estocagem e habilidade para reter a expansão da produção, uma vez que são altamente dependentes das exportações de produtos primários. As medidas conjuntas, através de mecanismos disciplinadores de mercado, deveriam se

sobrepôr aos interesses dos países negociadores, para que o objetivo de defesa dos preços internacionais das "commodities" seja alcançado.

### 1.2. Objetivo

Apresentar um quadro analítico das negociações para implementação dos Acordos Internacionais de Cacau, Café e Açúcar e do comportamento do mercado internacional destes produtos, enfatizando as dificuldades de negociações e os efeitos dos respectivos acordos.

### 1.3. Metodologia

No presente estudo, serão analisadas as negociações dos Acordos Internacionais de Cacau, Café e Açúcar bem como a evolução do comércio internacional destes produtos no período 1962-1982.

Inicialmente apresenta-se uma retrospectiva histórica das negociações para implementação dos Acordos Internacionais de Cacau, Café e Açúcar. Procura-se destacar os principais objetivos e mecanismos propostos para a formalização destes Acordos, assim, como os pontos de maior divergência entre países produtores e consumidores de cada produto. O material básico utilizado sobre as negociações para implementação dos Acordos Internacionais de Cacau foram os trabalhos de Schutjer e Ayo (1967) e de Finlayson e Zachea (1983). Com relação aos Acordos Internacionais de Café as informações básicas foram dos periódicos mensais da Fundação Getúlio Vargas - Conjuntura Econômica e Agroanalysis e sobre as negociações dos Acordos Internacionais de Açúcar foi utilizado o trabalho

de Mont'Alegre (1976).

Em seguida analisa-se a evolução do mercado internacional de cacau, café e açúcar no período 1962-1982. A análise do comércio internacional, baseia-se nas informações estatísticas de produção, exportação, consumo e preços de exportação dos três produtos, procura-se enfatizar as modificações ocorridas nestas variáveis, especialmente no caso do Brasil, dado que o país é grande produtor e participa significativamente das exportações mundiais destes produtos.

Para o Brasil calcula-se a taxa geométrica anual média de crescimento da produção (1962/63-1981/82), exportação e dos preços reais fob de exportação brasileira de cacau em amêndoas e derivados no período 1963-1982 (Tabela 05). A taxa geométrica anual média de crescimento da produção (1962/63-1980), exportação e dos preços reais fob de exportação brasileira de café cru em grãos e solúvel no período 1963-1981 (Tabela 15). A taxa geométrica anual média de crescimento da produção (1962/63-1981), exportação e dos preços reais fob de exportação brasileira de açúcar\* e açúcar demerara no período 1963-1982 (Tabela 21).

Finalmente, para o cálculo do grau de concentração das exportações brasileira de cacau em amêndoas, café cru em grãos e açúcar demerara no período 1963-1982, utiliza-se os dados referentes ao valor anual médio das exportações brasileira por países importadores destes produtos (Tabelas 08, 30 e apêndice 01). O cálculo através do índice de Gini deve-se ao fato desse índice, poder ser utilizado para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística. Segundo HOFFMAN (1980), através de dois pares de valores acumulados

---

\* Ver nota tabela 23, página 97.

de determinadas variáveis define-se pontos num sistema de eixos cartesianos ortogonais, conforme figura 01. Os pontos estão sobre a Curva de Lorenz. Evidencia-se que quanto mais pontos tivermos mais precisa será a medida de concentração.

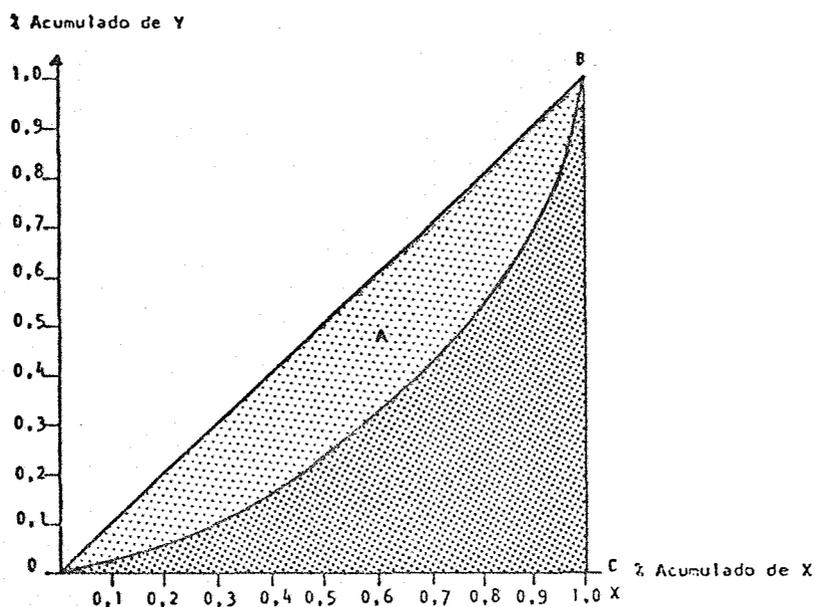


Figura 01 - Curva de Lorenz.

Na hipótese de uma perfeita igualdade tem-se  $y=x$ , isto é, área de concentração igual a zero. Portanto a "curva" de Lorenz da distribuição se reduz ao segmento de reta (OB) na figura 01.

Na hipótese de o máximo de desigualdade, a área de desigualdade é praticamente igual à área do triângulo (OBC) figura 01, sendo numericamente igual a 0,5.

O índice de Gini ( $G$ ) por definição é a relação entre a área de concentração, indicada por (A) e a área do triângulo OBC:

$$G = \frac{A}{OBC} \rightarrow G = \frac{A}{0,5} = 2 A$$

Dado que  $0 \leq A < 0,5$ , tem-se  $0 \leq G < 1$ .

O uso do Índice de Gini teve como objetivo analisar a concentração das exportações brasileira de cacau em amêndoas, café cru em grãos e açúcar demerara no período 1963-1982. Verifica-se as modificações ocorridas nos índices, e relaciona-se com as políticas adotadas pelo Governo brasileiro de incremento das exportações a partir de meados da década de 60, e com a política de industrialização brasileira a partir dos anos 70.

No desenvolvimento do capítulo 03, na medida do possível, procura-se relacionar o comportamento do mercado internacional de cacau, café e açúcar, com a atuação dos respectivos acordos.

Os dados estatísticos de produção brasileira de cacau em amêndoas foram obtidos da publicação Gill and Duffus e do Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics. As estatísticas de exportação brasileira de cacau em amêndoas e derivados são da publicação Comércio Exterior do Brasil - Banco do Brasil-CACEX e os preços fob das exportações brasileira de cacau em amêndoas e derivados obteve-se dividindo o valor anual médio em dólar das exportações brasileira de cacau em amêndoas e derivados pelo volume em toneladas das exportações brasileira destes produtos. Os preços em dólar por tonelada das exportações brasileira de cacau em amêndoas e derivados foram deflacionados pelo índice de preço no atacado dos Estados Unidos corrigidos, base 1982=100.

As informações estatísticas sobre produção bra

sileira de café verde, exportação brasileira de café cru em grãos e solúvel foram obtidas do Anuário Estatístico do Café 1976 e 1980/81-MIC-IBC. Os preços fob das exportações brasileira de café cru em grãos e solúvel obteve-se dividindo o valor anual médio em dólar das exportações brasileira de café cru em grãos e solúvel pelo volume em toneladas das exportações brasileira destes produtos. Os preços em dólar por tonelada das exportações brasileira de café cru em grãos e solúvel foram deflacionados pelo índice de preço no atacado dos Estados Unidos corrigidos, base 1982=100.

As estatísticas de produção brasileira de açúcar foram obtidas do Relatório Mensal-IAA-PLANALSUCAR e FAO-Production Yearbook. Os dados das exportações brasileira de açúcar e açúcar demerara obteve-se através do Departamento de Exportação-MIC-IAA e da publicação Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil-CACEX. Os preços fob das exportações brasileira de açúcar e açúcar demerara obteve-se dividindo o valor anual médio em dólar das exportações brasileira de açúcar e açúcar demerara pelo volume em toneladas das exportações brasileira destes produtos. Os preços em dólar por toneladas das exportações brasileira de açúcar e açúcar demerara foram deflacionados pelo índice de preço no atacado dos Estados Unidos corrigidos, base 1982=100.

## 2. HISTÓRICO

### 2.1. Acordos Internacionais de Cacau

A produção mundial de cacau está concentrada principalmente em Gana, Nigéria, Costa do Marfim, República Unida de Camarões e Brasil, os quais respondem aproximadamente por 80% da produção.

Os maiores países consumidores são os do continente europeu e Estados Unidos. Entre eles destacam-se Reino Unido, Alemanha Ocidental, Países Baixos, França, Itália, Bélgica e Espanha.

É grande a importância do produto na geração de divisas para os países produtores. O Brasil exporta aproximadamente 90% da produção brasileira de cacau, na forma de cacau em amêndoas e derivados (manteiga de cacau, massa de cacau ou líquido, torta de cacau e cacau em pó).

A lavoura cacaeira, como outros tipos de lavouras, convive com os efeitos de ciclo de preço. A frequente instabilidade de preço no mercado mundial de cacau desde a II Guerra Mundial, tem levado os países produtores e consumi

dores de cacau a negociarem um Acordo Internacional de Cacau (AIC) de maneira a administrar o mercado mundial do produto.

Em geral, as negociações do AIC têm se baseado em um tripê de medidas "uma faixa de preço mínimo e máximo, um sistema de cotas como medida suplementar de segurança da faixa de preços e da criação e manutenção de um estoque regulador, que agiria como um agente interventor do mercado".<sup>17</sup>

A instabilidade de preço ocasiona flutuação na receita de exportação de cacau dos países produtores, com grandes consequências econômicas e sociais para esses países, os quais são dependentes da receita de exportação de cacau. MENEZES (1984).

As tentativas de negociação de um AIC para estabilizar os preços tiveram início em 1956, sob a supervisão da Organização das Nações Unidas para Alimento e Agricultura (FAO). Foi criado, em junho de 1956, o Grupo de Estudo de Cacau (GEC). Este grupo em novembro de 1956, se reuniu em Bruxelas pela primeira vez, com os representantes dos principais países produtores e consumidores de cacau. Representando os países produtores estavam Brasil, Gana, Nigéria, República Dominicana, Equador e Suriname, os quais respondiam por 70% da produção mundial de cacau. Representando as nações consumidoras estavam Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Holanda, França, Itália, Austrália, Bélgica, Nova Zelândia e Suíça que somavam 82% das importações mundiais de cacau naquele ano.

A segunda reunião do GEC foi em Ibadan, na Nigéria. Nas duas primeiras reuniões do GEC a discussão girou em torno da estabilidade de preço e teve como base o esquema

---

<sup>17</sup> Jornal a Tarde (Bahia) 28 de novembro de 1981.

do estoque regulador. O esquema do estoque regulador designava que o gerente do Estoque entraria no mercado comprando cacau quando o preço estivesse abaixo de um preço mínimo e venderia cacau quando o preço estivesse acima de um preço máximo, preços estes a serem estabelecidos. O tema de maior desacordo nesta reunião foi quanto ao financiamento de um fundo, para o estoque regulador entrar em operação. Os países produtores propuseram dividir os custos, as nações consumidoras não concordaram em contribuir com o financiamento para o fundo do estoque regulador. Assim, não houve um consenso entre países produtores e consumidores de cacau.

Em maio de 1958, o GEC voltou a reunir-se em Hamburgo. Nesta reunião, duas propostas do esquema do estoque regulador foram apresentadas por Gana e Nigéria. A primeira proposta referia-se a uma contribuição no valor de 5% das exportações e importações de cacau. Os recursos seriam administrados pelo gerente do estoque, o qual, entraria no mercado comprando cacau quando os preços declinassem e venderia cacau quando os preços aumentassem.

A segunda proposta era de ordem moral. No período de queda de preços os países produtores diminuiriam suas vendas de cacau e os países consumidores formariam maiores estoques. No período de alta de preços os países produtores colocariam no mercado todos os estoques e os países consumidores comprariam somente para o consumo corrente e não formariam novos estoques. Os países consumidores argumentaram que os recursos propostos estavam aquém das necessidades e reafirmaram a não concordância em contribuir para o financiamento do fundo do estoque regulador. Por outro lado, os países consumidores não acreditavam em um acordo moral, entre nações produtoras e consumidoras. Assim, as propostas foram rejeitadas.

No ano safra 1958/59 os preços de cacau foram considerados relativamente estáveis em torno de US\$ 36/lb, mas, a partir de outubro de 1960, voltou a instabilidade de preços. Foi criado então o Grupo de Trabalho para Estabilização de Preços (GTEP), que reuniu-se em fevereiro de 1961 para avaliar a situação do mercado mundial de cacau e estimar oferta e demanda para alguns anos. Foi sugerido pelo grupo de trabalho a adoção de um esquema de cota de exportação, cuja proposta foi analisada pelo GEC em Accra, em abril de 1961.

Em outubro de 1961 o texto voltou a ser discutido e analisado. O texto propunha um acordo para um período de três anos, com a adoção do esquema de cota de exportação juntamente com um mecanismo de sustentação de preço. O Acordo deveria ser administrado pelo Conselho Internacional do Cacau (CIC), o qual teria as seguintes atribuições:

- criação de um fundo internacional do cacau, para a promoção do consumo do produto, assistência aos países produtores, garantindo os estoques sobre as cotas de exportação destes países;

- divulgação dos dados referentes à produção de cada país produtor;

- estabelecimento do montante de cacau que poderia ser importado dos países não membros e o volume dos estoques que seriam administrados pelo fundo do cacau.

O esquema de cota de exportação com um mecanismo de sustentação de preço funcionaria com um preço máximo e um preço mínimo. Quando o preço do cacau declinasse, o CIC reuniria-se para determinar o nível de preço, para o qual, fixaria o sistema de cota. Se o preço declinasse ainda mais, o CIC decidiria sobre a redução da cota de exportação. Contrariamente, se o preço do cacau aumentasse, o CIC reuniria-se

para determinar o nível de preço, a partir do qual os países exportadores deveriam avaliar seus estoques e as necessidades do mercado.

Os países produtores não concordaram com o esquema de cota de exportação como mecanismo de sustentação de preço, argumentando que não era adaptável ao cacau. Eles eram a favor de cota de venda, pois esta teria influência imediata nos preços de cacau. Os países consumidores eram a favor de um preço limite ao invés de um preço de sustentação.

Na quinta reunião do GEC, em maio de 1962, foram discutidas três propostas para a cota de venda. A primeira foi preparada por Brasil, Gana e Nigéria, a segunda pelo presidente do Grupo de Trabalho-GT e a terceira pelo Reino Unido, SCHUTJER e AYO (1967). Na segunda proposta foram incluídos muitos pontos de vista discutidos em reuniões anteriores, por países produtores e consumidores. A terceira proposta era uma combinação de cota de exportação e de venda.

Foi designado um grupo de trabalho constituído por cinco dos maiores países produtores que representavam 75% da produção mundial de cacau e cinco maiores países consumidores que somavam 80% das importações mundiais de cacau, para elaborar um texto sobre o Acordo, baseado nas três propostas, o qual seria apresentado na Conferência de Negociação.

O texto foi revisado na reunião em Roma, em setembro de 1962, e posto novamente para análise na sexta reunião em Porto Espanha em março de 1963. O texto incluía a Organização Internacional do Cacau (ICCO) e o Conselho Internacional do Cacau (CIC). A ICCO funcionaria através do CIC e a duração do Acordo poderia ser de três a cinco anos. A cota de venda para cada país deveria ser uma proporção uniforme da co

ta básica. Os ajustamentos do nível de cota de venda anual se riam feitos pelo CIC, de acordo com as mudanças na demanda.

Na Conferência de Negociação de 26 de setembro a 24 de outubro de 1963, a discussão central foi sobre o ní vel de preço a ser fixado para o cacau. As nações produtoras, lideradas por Gana, propunham preços limites de US\$ 31,25/lb- US\$ 43,75/lb. Os países consumidores não concordaram e argu mentaram que havia um relativo excesso de oferta de cacau no mercado e que um preço mínimo de US\$ 25/lb seria mais conveni ente. Para eles um preço mínimo de US\$ 31,25/lb poderia levar ao uso de substitutos de cacau e da manteiga de cacau. Os paí ses consumidores sugeriram preços entre US\$ 25/lb e, US\$ 24/lb, mas os países produtores recusaram a proposta e sugeriram um preço mínimo de US\$ 33/lb.

Outro tema de discussão foi o preço de inter venção. Os países produtores sugeriram um preço de interven ção de US\$ 27/lb e os consumidores um preço de US\$ 19/lb. Em seguida, os países consumidores sugeriram um preço de inter venção de US\$ 20/lb, mas os representantes dos países produ tores insistiram num preço de US\$ 27/lb.

Em maio de 1962 foi instituída a Aliança dos Países Produtores de Cacau, formada por cinco maiores países produtores de cacau, Gana, Nigéria, Brasil, Costa do Marfim e Camarões. A Aliança propunha um esquema de estabilização de preço no mercado mundial de cacau.

Na reunião de maio de 1964, foi proposto pelos países produtores de cacau pertencentes à Aliança, um acordo para estabilização de preço. O Acordo assumia que o crescimen to da produção a taxas mais elevadas que as do consumo era a causa do declínio dos preços do produto, SCHUTJER e AYO (1967).

Desta maneira, o acordo delineado para regular o mercado, se ria através do controle da oferta de cacau no mercado interna cional.

Os membros da Aliança dos Países Produtores de Cacau tentaram, por diversas vezes, retirar-se do mercado e reduzir a cota de exportação com objetivo de aumentar os pre ços do cacau, mas essas tentativas culminaram em fracasso, uma vez, que havia excedente de produção no mercado internacional. Desta maneira, os esforços dos países produtores para estabi lização de preços não surtiram efeitos.

As principais razões para o fracasso do Acordo entre os países produtores foram:

- "discordância e deslealdade entre alguns dos membros da Aliança"; e
- "suspeita dos países consumidores quanto ao sucesso do Acordo", SCHUTJER e AYO (1967).

A primeira razão está relacionada com a depen dência econômica de alguns membros da Aliança com grandes paí ses consumidores. A segunda, refere-se à crença dos países con sumidores no fracasso do Acordo, devido a fatores como o mé todo adotado para a alocação de cotas de venda, condições não apropriadas de estocagem nos países produtores e a falta de habilidade dos países produtores em limitar a produção de ca cau, dada a dependência econômica desses países das exporta ções do produto.

O GT reuniu-se em outubro de 1965, para discu tir as medidas de curto prazo recomendadas pelo Comitê de "commodities" das Nações Unidas. A principal discussão foi so bre a possibilidade de fixação de um preço mínimo para o ca cau.

cau no período 1965-1966. Gana considerou razoável um preço mínimo de US\$ 24/lb mas, os países consumidores rejeitaram a proposta.

Outras medidas de curto prazo foram discutidas pelo GT. A criação de um fundo de emergência para o qual, contribuiriam os governos nacionais e agências financeiras internacionais, que forneceriam empréstimos aos países produtores, para a retirada de oferta no mercado do cacau, a possibilidade de aumentar as exportações para os países do leste europeu, remoção de todas as tarifas que inibissem as importações e o consumo de cacau em amêndoas e seus derivados, pelos países desenvolvidos.

Em janeiro de 1966, em Nova Iorque, novamente o GT reuniu-se para discutir o esquema do estoque regulador através de cota de venda, SCHUTJER e AYO (1967).

Em maio de 1966, o GT apresentou um texto no qual incluía um preço limite, cota de venda, administração do estoque regulador e a utilização do excedente de cacau para uso não tradicional, SCHUTJER e AYO (1967).

Na segunda Conferência de Negociação do Cacau, de 24 de maio a 23 de junho de 1966, em Nova Iorque, o ponto principal da discussão foi o estabelecimento de um preço limite e um preço mínimo mundial, mas os países produtores e consumidores não chegaram a um consenso, SCHUTJER e AYO (1967).

Em maio-junho de 1967, Gana e Estados Unidos, respectivamente grande país produtor e maior consumidor de cacau, reuniram-se para discutir o esquema do futuro AIC, o qual se baseava nos preços limites de US\$ 20/lb e US\$ 29/lb, com ajustamento de cotas para equilibrar o mercado. Em outu

bro de 1967, os dois países citados e outros doze importantes países produtores e consumidores de cacau assinaram um memo rando público baseado nos entendimentos bilaterais entre Gana e Estados Unidos, FINLAYSON e ZACHEA (1983).

Na Conferência das Nações Unidas, em dezembro de 1967, em Genebra, supunha-se que os países produtores e con sumidores de cacau chegariam a um acordo, principalmente devi do ao início de um consenso em outubro, através do memor ando público, mas, os representantes dos países produtores e consu midores novamente não conseguiram formalizar o acordo.

Em junho de 1970 nova tentativa foi feita para implementação do AIC. Sete países consumidores e produtores su geriram que quatro fatores poderiam ser negociados em um acor do:<sup>2/</sup>

- flutuações de preços;
- garantia de oferta a preços razoáveis;
- facilitar a expansão da produção; e
- incrementar a receita de exportação, contra ba lançando com as necessidades dos países consumidores.

A intransigência de ambos os lados, países pro dutores e consumidores, fez com que por longo período, a im plantação do acordo fosse adiada. Assim, o 1º AIC foi institu ído apenas em 20 de outubro de 1972, para um período de três anos. Participaram desse acordo 63 países, entre produtores e consumidores, representando mais de 90% da produção mundial e aproximadamente 70% do consumo mundial de cacau, com a ex cl usão dos Estados Unidos, maior consumidor mundial.

---

<sup>2/</sup> International Federation of Agricultural Producers (1972)

O Acordo tinha como objetivos: disciplinar as flutuações de preços que afetam a economia cacaeira a curto e longo prazo; incentivar uma comercialização adequada do produto para manter e assegurar a receita cambial dos países exportadores de cacau; garantir o abastecimento a preços compatíveis para os países consumidores; incentivar o crescimento do consumo e, se necessário, da produção, de modo a ajustar no médio e longo prazo o equilíbrio entre a oferta e demanda, CEPLAC (1973).

O 1º AIC baseou-se em um tripé de medidas:

- um sistema de preços máximo e mínimo;
- um sistema de cotas de exportação, com mecanismo de ajuste de cotas; e
- um estoque regulador com capacidade de 250 mil toneladas.

Os preços negociados no acordo, foram um preço mínimo de US\$ 23/lb e um preço máximo de US\$ 32/lb. O estoque regulador, com capacidade de 250 mil toneladas, seria financiado através de US\$ 1/lb sobre as exportações e importações de cacau, CEPLAC (1973). Se a quantidade de cacau estocada excedesse as 250 mil toneladas, o excedente seria destinado a uso não tradicional (Artigo 45 do AIC, 1973).

Os países produtores membros tinham proteção, pois era limitado o montante de cacau importado dos países produtores não membros. Por outro lado, os países exportadores dariam preferência aos importadores quando os preços de mercado excedessem o preço máximo, FINLAYSON e ZACHEA (1983).

Foi estipulado que o preço das amêndoas de cacau seria determinado em relação a um preço diário e a um pre

ço indicativo (Artigo 28 do AIC, 1973). "O preço diário de cacau em amêndoas é a média das cotações futuras durante os três meses ativos mais próximos na Bolsa de Cacau de Nova Iorque, ao meio dia, e na Bolsa de Londres na hora do fechamento. Os preços de Londres se convertem em centavos de dólar dos Estados Unidos por libra utilizando a taxa de câmbio vigente para os seis meses futuros publicado em Londres na hora do fechamento. A passagem para o período dos três meses seguintes se efetua no dia 15 do mês que precede o mês ativo mais próximo em que os contratos vencem".

"O preço indicativo é a média dos preços diários estabelecida com base num período de 15 dias úteis consecutivos, ou para os fins do parágrafo 4º do artigo 34, num período de 22 dias úteis consecutivos". CEPLAC (1973).

As cotas básicas eram estabelecidas considerando o volume produzido de cacau de cada país exportador, durante as três últimas safras. Quando ocorresse variação no preço indicativo, mudava-se a cota de exportação dos países membros. As cotas básicas iniciais do AIC de 1972, foram baseadas nas grandes safras anuais dos países membros desde 1964/65. Os países que produziam menos de 10 mil toneladas e principalmente cacau fino, estavam isentos de cotas.

No entanto, o AIC de 1972 não atuou devido ao fato dos preços internacionais de cacau terem permanecido acima das faixas de preços previstas e também por não existirem estoques acumulados para disciplinar o mercado.

Em agosto de 1973, o Conselho de Cacau se reuniu, e os países produtores queriam um aumento de 20% nos preços limites. Os países consumidores não concordaram, alegando que não sabiam como seria o comportamento do mercado no futuro.

Os preços continuaram a aumentar e, em setembro de 1974, países produtores e consumidores concordaram em aumentar os preços para um preço mínimo de US\$ 29,5/lb e um preço máximo de US\$ 38,5/lb.

Em 1975 tiveram início as negociações para um novo AIC. O Secretário da UNCTAD na época, disse que os preços limites deviam ser fixados de acordo com a tendência do mercado, o que foi compartilhado por vários países produtores. Costa do Marfim, Nigéria, Camarões e Togo argumentaram que o preço máximo, a ser determinado, devia basear-se na média dos preços diários dos últimos três anos. Os representantes dos países consumidores não aceitaram a proposta e argumentaram que os últimos três anos não eram considerados um período normal, FINLAYSON e ZACHEA (1983).

Os Estados Unidos voltaram à participar das negociações do AIC de 1975. Eles propunham somente o mecanismo do estoque regulador para defesa dos preços e se opunham à cota de exportação, ao contrário de todos os outros membros participantes.

A questão de preço foi negociada e o preço máximo foi fixado em US\$ 55/lb e o mínimo em US\$ 39/lb. O AIC de 1975 dava menos ênfase à cota de exportação e mais ênfase ao mecanismo do estoque regulador, FINLAYSON e ZACHEA (1983).

A Costa do Marfim considerou inadequados os preços limites fixados e a divisão da cota básica, argumentando que o rápido crescimento da produção e os planos de expansão da produção de cacau não tinham sido considerados na determinação das cotas básicas, as quais foram baseadas na média de produção dos anos 1969/1970-1973/1974. Apesar de inúmeras divergências, o AIC de 1975 foi ratificado em setembro de 1976.

No 2º AIC, os objetivos e mecanismos para esta bilização de preços eram praticamente os mesmos determinados no 1º AIC de 1972. Em outubro de 1977, o Conselho concordou em aumentar os preços limites para US\$ 65/lb e US\$ 81/lb. Da mesma maneira que o AIC 1972, o 2º AIC não entrou em operação, devido aos preços no mercado internacional terem permanecido acima dos preços limites fixados e pela escassez de oferta no mercado internacional de cacau. A situação prevalecente de alta de preços do cacau, de 1972 até o início de 1980, refletia a escassez do produto no mercado.

De janeiro a fevereiro de 1979 foi realizada a 1ª reunião da Conferência de Negociação, onde os países produtores atacaram a idéia dos Estados Unidos de ajustar os preços limites para baixo quando as condições do mercado o exigissem. Eles insistiram na manutenção da cota de exportação no novo Acordo. A maior divergência entre produtores e consumidores de cacau nesta Conferência, foi quanto ao nível de preços limites, fixado para o 3º AIC. Os produtores inicialmente eram a favor de um preço limite de US\$ 1,86/lb, US\$ 2,26/lb e uma faixa de não intervenção de US\$ 2,01 - US\$ 2,11/lb. Os países consumidores propuseram um preço limite de US\$ 69/lb e US\$ 1,16/lb e uma faixa de não intervenção de US\$ 74/lb - US\$ 1,11/lb. Dada a grande diferença no nível dos preços propostos, países produtores e consumidores não chegaram a um acordo, FINLAYSON e ZACHEA (1983).

Uma nova negociação foi tentada em agosto de 1979, quando o preço de mercado tendia a decrescer. Nesta oportunidade o Embaixador da Jamaica propôs um preço limite de US\$ 1,05/lb e US\$ 1,75/lb e uma faixa de não intervenção de US\$ 1,12/lb e US\$ 1,68/lb. Os países produtores não se opuseram. Os países consumidores acharam que o preço mínimo de intervenção estava alto e propuseram um preço limite de US\$

1,03/lb e US\$ 1,67/lb, com uma faixa de não intervenção entre US\$ 1,10/lb e US\$ 1,60/lb. Os Estados Unidos argumentaram que a expectativa de excesso de produção de cacau nos próximos anos era evidente, assim, o preço mínimo de intervenção não deveria ser acima de US\$ 1,00/lb. Camarões, Costa do Marfim e Nigéria consideraram o preço de US\$ 1,10 muito baixo. Novamente não foi possível um consenso entre os países, FINLAYSON e ZACHEA (1983).

Em novembro de 1979, em Genebra, os países produtores e consumidores de cacau, reiniciaram as negociações do 3º AIC. A capacidade do estoque regulador seria de 250 mil toneladas e por um voto especial do Conselho de Cacau seria aumentado para 350 mil toneladas, FINLAYSON e ZACHEA (1983). Os países produtores insistiram para que fosse implantado o sistema de cota de exportação, e rejeitaram a proposta dos Estados Unidos de ajustar os preços limites baseado nas variações da capacidade do estoque regulador. A maior dificuldade das negociações era quanto ao nível de preços limites. Os países produtores propuseram US\$ 1,20/lb e US\$ 1,66/lb e os países consumidores eram a favor de US\$ 1,00/lb e US\$ 1,46/lb. A falta de consenso entre os países, fez com que as negociações fossem adiadas até março de 1980.

O colapso das negociações levou os países produtores a uma ação unilateral, para regular e estabilizar os preços do mercado. Em dezembro de 1979 foi formado o Grupo de Abidjan, liderado por Brasil e Costa do Marfim e incluindo Gana, Camarões, Nigéria, Togo, Equador e outros. Os membros não venderiam cacau quando os preços estivessem menores que US\$ 1,50/lb. Os países produtores deveriam retirar uma parte do cacau do mercado para os meses futuros, de maneira a garantir o preço mínimo. A Costa do Marfim estocou 100 mil toneladas de cacau, o que não foi seguido pelos demais países. Assim, o

pacto do Grupo de Abidjan fracassou, o que mostra a falta de união entre países produtores, principalmente em condições de expansão da produção e excesso de oferta, FINLAYSON e ZACHEA (1983).

As diversas tentativas de negociações para implementação de 3º AIC culminaram em fracasso, decorrente da radicalização de alguns países consumidores, entre eles o principal importador mundial de cacau, os Estados Unidos, e da imprecisão dos países produtores de cacau na condução da política conjunta.

A maior divergência nas negociações do 3º AIC, entre países produtores e consumidores, referia-se à fixação dos preços máximo e mínimo. A relutância por parte dos países produtores a aceitar o preço proposto pelas nações consumidoras, a previsão de excedente dos estoques de cacau e a relativa estagnação do consumo, fizeram com que os preços do produto no mercado mundial decrescessem.

A ocorrência de excedente de produção no início da década de 1980 e a não entrada em vigor do 3º AIC, contribuíram para a continuidade da queda de preços do produto.

Finalmente, na Conferência de Cacau das Nações Unidas, em novembro de 1980, foi concluído o 3º AIC, embora sem as adesões da Costa do Marfim, maior produtor mundial de cacau e Estados Unidos, maior importador mundial.

Os objetivos do 3º AIC permaneceram os mesmos dos dois Acordos anteriores. O 3º AIC baseou-se em um sistema de preços máximo e mínimo, preços de intervenção e um estoque regulador com capacidade de 250 mil toneladas.

Os níveis de preços estabelecidos foram um preço máximo de US\$ 1,60/lb e um preço mínimo de US\$ 1,00/lb; o preço inferior de intervenção foi fixado em US\$ 1,10/lb e o máximo em US\$ 1,50/lb. Em setembro de 1982 os preços de intervenção foram fixados em um mínimo de US\$ 1,06/lb e um máximo de US\$ 1,46/lb.

As operações do estoque regulador seriam financiadas pelos países produtores e consumidores, os quais contribuiriam com US\$ 1,00/lb sobre as exportações e importações de cacau.

O estoque regulador do 3º AIC deu início às suas operações de compras em 1º de outubro de 1981 para "enxugar" o mercado e dar suporte ao preço mínimo de US\$ 1,10/lb, mas, o objetivo não foi alcançado, dado os volumosos estoques existentes e os limitados recursos do estoque regulador.

Na reunião do Conselho e do Comitê Executivo da ICCO, realizada em Londres no período de 16 a 20 de novembro de 1981, foi analisada a proposta de financiamento do estoque regulador para que este continuasse sua intervenção no mercado. O gerente do Estoque Regulador foi autorizado a negociar empréstimos no valor máximo de 120 milhões de dólares, CEPLAC (1981).

De 25 a 29 de janeiro de 1982, na reunião do Comitê Executivo e do Conselho da ICCO, foi formalizado o financiamento de 75 milhões de dólares através de três bancos brasileiros (Banco do Brasil, Banco Econômico e Banco do Estado de São Paulo), ao estoque regulador de cacau. Nesta reunião foi também aprovado o aumento da taxa de contribuição do fundo do estoque regulador de US\$ 1,00/lb para US\$ 2,00/lb, a partir de 1º de outubro de 1982, CEPLAC (1982).

No período de 13 a 22 de julho de 1983, em Londres, na reunião do Conselho e do Comitê da ICCO, os países produtores e consumidores de cacau decidiram que o gerente do estoque regulador não interviria no mercado, com o propósito de defender os baixos preços do cacau, devido a curta vigência que ainda restava para o 3º AIC. Assim, o empréstimo de 75 milhões de dólares a ser feito junto aos bancos brasileiros não seria utilizado, CEPLAC (1983).

A partir de outubro de 1983 tiveram início as negociações para implementação do 4º AIC. Na tentativa de alcançar os objetivos do Acordo, os membros participantes tentam adotar medidas com o fim de manter os preços de cacau mais próximos possíveis do preço suporte a ser fixado conforme às disposições do Acordo. Dentre os principais mecanismos a serem adotados, estão, a instituição de um estoque regulador e um sistema de cota de exportação. A capacidade do estoque regulador passaria de 250 mil toneladas para 350 mil toneladas, sendo o estoque regulador básico de 100 mil toneladas e o adicional de 250 mil toneladas.<sup>3/</sup> Até o momento países produtores e consumidores não chegaram a um consenso para implementação do 4º Acordo Internacional do Cacau.

## 2.2. Acordos Internacionais de Café

O café é um dos principais produtos agrícolas no comércio internacional e fonte de divisas para a maioria dos países produtores em fase de desenvolvimento.

Os maiores países produtores de café são Bra

---

<sup>3/</sup> International Cocoa Organization - Draft Economics Provisions of Fourth International Cocoa Agreement - Outubro de 1983.

sil, Colômbia, Costa do Marfim, El Salvador, México, Costa Rica e Uganda, sendo que mais de 85% da produção mundial de café é proveniente dos países latino-americanos.

Os Estados Unidos e países da Comunidade Econômica Européia-CEE importam aproximadamente 90% do café mundial, sendo os maiores consumidores mundiais de café.

Até meados da década de 60 o comércio internacional brasileiro era praticamente sustentado pelas exportações de café. O café portanto, constituía-se no principal produto gerador de divisas para o país. No período analisado ... (1963-1982) constata-se que as exportações brasileira de café em 1963-1964, representavam mais de 50% do valor das exportações totais do Brasil. (A partir de 1965 a participação do café vem decrescendo, em especial, na década de 70. Este decréscimo, deve-se à mudança na política brasileira de comércio exterior, VEIGA (1974), influenciada pela conjuntura internacional de aumento de preços das "commodities"). No entanto durante a década de 70 o café manteve em média uma participação em torno de 19% do valor total das exportações brasileira. (Tabela 01).)

A importância do café, como gerador de divisas para propiciar o crescimento e desenvolvimento das economias menos desenvolvidas, levou à preocupação de manter os preços do produto estáveis. Nos anos anteriores à II Guerra Mundial, houve diversas tentativas para implantação de um acordo entre países produtores de café, sem que se chegasse a um consenso entre a maioria dos países. Com o início do conflito bélico, as exportações latino-americanas reduziram-se assustadoramente. O excesso de oferta de café ocasionou queda nas cotações no mercado internacional. Desta maneira, em junho de 1940, em Nova Iorque, reuniu-se a III Conferência Pan-Americana do Café.

Tabela 01. Exportação Total Brasileira, Exportação Brasileira de Café Cru em Grãos e Solúvel e Participação Percentual  
1963 - 1982

US\$ 1.000

Período	Exportação Total Brasileira	Café Cru em Grãos	Café Cru em Grãos e Solúvel	Relação Café Cru em Grãos na Exportação Total Brasileira %	Relação Café Cru em Grãos e Solúvel na Exportação Total Brasileira %
1963	1.406.480	746.809	746.951	53,09	53,11
1964	1.429.790	759.703	759.915	53,13	53,15
1965	1.595.479	706.623	707.366	44,28	44,34
1966	1.741.442	763.998	773.522	43,87	44,42
1967	1.654.037	704.725	732.987	42,60	42,38
1968	1.881.344	774.471	797.258	41,16	42,38
1969	2.311.169	812.955	845.687	35,17	36,59
1970	2.738.920	939.266	981.802	34,29	35,85
1971	2.930.585	772.478	822.113	26,35	28,05
1972	3.991.211	989.218	1.057.104	24,73	26,49
1973	6.199.200	1.244.271	1.344.152	20,07	21,68
1974	7.951.906	864.313	980.278	10,86	12,33
1975	8.669.994	854.514	934.146	9,85	10,77
1976	10.130.376	2.172.687	2.398.045	21,44	23,67
1977	12.120.175	2.287.552	2.613.342	18,87	21,56
1978	12.650.633	1.946.509	2.294.493	15,38	18,14
1979	15.244.377	1.917.618	2.325.705	12,57	15,26
1980	20.132.401	2.486.045	2.771.205	12,34	13,76
1981	23.293.037	1.516.646	1.754.260	6,51	7,53
1982	20.175.071	1.857.526	2.108.043	9,20	10,45

Fonte: Dados Preliminares - Anuário Estatístico do Café - MIC - IBC (Vários números).

Brasil Exportação - Banco do Brasil - CACEX - 1975 - 1982.

Foi sugerida a adoção de cota de exportação para os Estados Unidos e outros países consumidores. A proposta foi aprovada em 28 de novembro de 1940, e o acordo denominado de Acordo Interamericano do Café. O acordo teria duração de três anos podendo ser prorrogado por mais três anos. Os preços logo iniciaram a escalada de aumento, embora administrados pelos Estados Unidos. Este país, tinha como objetivo assegurar o fornecimento do produto a médio e longo prazo.

Após 1945, retorna a crise na cafeicultura, com excesso de produção e declínio dos preços do produto. A partir dessa época, foi reconhecida a necessidade de entendimentos bilaterais entre países produtores e consumidores para estabilização do mercado.

Apesar do empenho do Brasil nos anos que se sucederam, as negociações não lograram êxito. A expectativa da super safra de 1958-1959 levou a novas oscilações dos preços do café. Assim, em 18 de outubro de 1957 foi assinado na cidade do México, um convênio para regular as exportações, chamado Convênio do México, entre Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México e Nicarágua. O Convênio durou um ano e, de alguma forma, deu suporte às cotações, não sendo, entretanto, suficiente para sustentar os preços, dada a super produção mundial de café que se configurava.

Os Estados Unidos resolveram liderar e patrocinar um acordo entre os países produtores de café, na tentativa de frear o declínio dos preços. Foi assinado em Washington, em 27 de setembro de 1958, o Acordo Internacional do Café, do qual faziam parte somente quinze países produtores latino-americanos. Este acordo, como o do México, baseou-se em cota de exportação.

Nos anos seguintes continuou o empenho para a formalização de um acordo entre países cafeicultores e consumidores. Como os demais produtos, o café vinha enfrentando sucessivas crises e súbitas quedas de preços. A situação se agravou a partir de 1962, em consequência do excesso de oferta no mercado mundial e da formação de volumosos estoques em diversos países produtores.

Em outubro de 1962 foi implantado o 1º Acordo Internacional do Café entre países produtores e consumidores, com os seguintes objetivos:

- "alcançar um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura de café, em bases que assegurem fornecimentos adequados aos consumidores e mercado para o café, a preços equitativos, aos produtores, e que resultem, a longo prazo, no equilíbrio entre a produção e o consumo";

- "minorar as sérias dificuldades causadas por onerosos excedentes e excessivas flutuações de preços de café prejudiciais tanto a produtores como a consumidores";

- "contribuir para o desenvolvimento dos recursos produtivos para elevar e manter os níveis de emprego e de renda nos países membros, estimulando, desse modo, a obtenção de salários justos, padrões de vida mais elevados e melhores condições de trabalho";

- "ajudar a elevar o poder aquisitivo dos países produtores de café pela manutenção dos preços em níveis equitativos e pelo incremento do consumo";

- "estimular o consumo de café por todos os meios possíveis"; e

- "em geral, reconhecendo a relação entre o comércio do café e a estabilidade econômica dos mercados de produtos industriais, incentivar a cooperação internacional com

respeito aos problemas mundiais do café".

O Acordo tinha como principal mecanismo de estabilização de preços, um esquema de cota que previa o ajustamento automático a partir de uma determinada faixa de preço.

As geadas que ocorreram no Brasil, a partir de agosto/setembro de 1963, ocasionaram elevação nos preços do café, notadamente no ano de 1964, quando os preços passaram de US\$ 638 por tonelada, para US\$ 847, (Tabela 02). O incremento das cotações levaram o governo dos Estados Unidos a propor o aumento das cotas de exportação para o mercado voltar à normalidade, uma vez que não havia excassez do produto, mas sim, déficit na safra brasileira de café verde, em consequência de condições climáticas adversas.

Durante os anos do Acordo, os negócios do café estiveram continuamente afetados por fatores tais como: a morosidade do Senado norte-americano para aprovar a implantação do Acordo Internacional do Café naquele país, o qual sô foi ratificado em 1963; e a greve dos estivadores dos portos do Atlântico e do Golfo do México que terminou no início de 1965.

Em maio de 1965 foram aprovadas, pela Organização Internacional do Café, duas propostas feitas pelo Brasil. A primeira referia-se ao ajustamento automático da cota de exportação com relação ao nível de preço vigente no mercado. A segunda propunha a formação de um fundo de financiamento aos países produtores com grandes estoques de café, com o objetivo de reduzir a oferta e aumentar os preços do produto.

No período de 1962-1968 a situação prevalecente no mercado mundial de café de volumosos excedentes de produção e a redução relativa do consumo per-capita de café nos

Tabela 02. Preços Médios das Exportações Brasileira de Café  
1963 - 1981

Período	US\$/t		
	Café Cru em Grãos e Solúvel	Café Cru em Grãos	Café Solúvel
1963	638	637	1.731
1964	847	847	1.723
1965	874	873	831
1966	757	756	799
1967	705	701	796
1968	698	699	658
1969	719	725	591
1970	958	975	680
1971	745	746	712
1972	917	942	660
1973	1.131	1.161	848
1974	1.233	1.264	1.041
1975	1.066	1.093	846
1976	2.562	2.697	1.724
1977	4.274	4.431	3.422
1978	3.047	3.132	2.641
1979	3.228	3.411	2.576
1980	3.062	3.169	2.361
1981	1.832	1.837	1.794

Fonte: Dados Preliminares - Anuário Estatístico do Café -  
MIC - IBC (Vários números).  
Brasil Exportação - Banco do Brasil - CACEX - 1975 -  
1982.

Estados Unidos, contribuíram para as frequentes quedas de preços do produto. Os preços não caíram a níveis "críticos" devido à atuação do Acordo Internacional do Café e à defesa feita pelo Brasil de redução de suas exportações. Adicionalmente o Brasil, dava prosseguimento ao plano de erradicação e diversificação da cultura, iniciado em 1962.

O Brasil, mesmo exportando um volume reduzido de café para garantir os preços no mercado mundial, enquanto os demais países produtores colocavam a quase totalidade de suas safras à venda, beneficiou-se com a implantação do Acordo Internacional do Café, uma vez que a colocação do produto no mercado internacional pelos concorrentes, estava de certa forma, sendo controlada.

No início de 1968 começaram as negociações para a renovação do Acordo Internacional do Café. Os principais itens negociados foram: fixação das cotas básicas de exportação entre os países membros e ajustamento das cotas com relação ao comportamento dos preços no mercado; medidas disciplinares da produção e do nível dos estoques; estabelecimento de um Fundo de Diversificação; tarifas preferenciais da Comunidade Econômica Européia aos países africanos; e a exportação de café industrializado do Brasil para os Estados Unidos.

O ajustamento das cotas de exportação estava relacionado ao movimento dos preços dos principais tipos de café (arábicas suaves colombianos; outros arábicas suaves, arábicas não lavados e robustas)<sup>4/</sup>. Quando da necessidade da redução das cotas de exportação de algum grupo, estas seriam reduzidas no máximo em 5% das respectivas cotas anuais. O Conselho da Organização Internacional do Café tinha poder para

---

<sup>4/</sup> Também denominados colombianos, centrais, brasileiros e africanos, respectivamente.

fixar diferenciais de preços e faixas de preços para os diferentes tipos de café, levando em consideração o comportamento futuro dos preços no mercado.

Quanto ao disciplinamento da produção, os membros produtores se propunham a produzir um volume de café compatível com às necessidades de consumo interno, externo e a capacidade dos estoques.

O Fundo de Diversificação foi instituído com o objetivo de racionalizar a produção de café e equilibrar oferta e demanda no mercado mundial de café.

As discussões sobre as tarifas preferenciais adotadas pela CEE aos países africanos, salientavam a necessidade da redução ou eliminação das barreiras prejudiciais ao aumento do consumo de café.

O impasse, com relação à exportação de café industrializado do Brasil para os Estados Unidos, só foi solucionado em maio de 1969, com a fixação do imposto de exportação sobre o café solúvel.

Em julho de 1968 o Acordo Internacional do Café foi ratificado pelo Senado norte-americano, entrando em vigor a partir de 1º de outubro de 1968.

No ano seguinte à assinatura do Acordo Internacional do Café de 1968, foi grande a instabilidade no mercado internacional. As baixas verificadas nas cotações do produto foram resultantes da retração da demanda mundial, principalmente dos Estados Unidos, maior importador mundial. Além do excesso de oferta no mercado, em consequência da retração do consumo, adiciona-se as exportações efetuadas fora do sistema

de cota, em que o café era exportado para novos mercados e posteriormente enviado para os compradores tradicionais.

Ao finalizar a década de 60, o Brasil passou de uma fase de grandes volumes de produção de café para outra de déficit de produção o que iniciou-se na safra 1966/1967. A redução da produção brasileira de café teve como causas as condições climáticas adversas (geadas e secas), envelhecimento de grande parte da lavoura cafeeira, "erradicação voluntária ou indenizada dos cafezais", "tratos inadequados e rudimentares da lavoura" (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1970), além da ferrugem e broca do cafeeiro, com grave incidência no final da década.

No início dos anos 70 intensificou a ferrugem nos cafezais, notadamente nos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, o que provocou grandes reduções na safra brasileira de café e conseqüente elevação dos preços do café do Brasil no mercado internacional.

A queda da produção brasileira de café continuou na década de 70. O Brasil manteve seu volume de exportação devido aos volumosos estoques governamentais existentes. O governo brasileiro instituiu os denominados "negócios especiais", através dos quais eram dados descontos nos preços de café para os torradores estrangeiros que adquirissem o produto diretamente do Brasil.

No primeiro semestre de 1972 foi instituído o Plano Trienal de Renovação e Revigoração da Cafeicultura, que previa a plantação de 600 milhões de cafeeiros até 1975, sendo plantados em média 200 milhões de pés por ano. A adoção do plano pelo Governo Federal deu-se pelo não atendimento da produção brasileira de café ao volume exportável e ao consumo doméstico. O Plano visava recuperar a produção brasileira do

produto ao nível aproximado de 26 a 28 milhões de sacas anuais.

Os entendimentos entre países produtores de café reiniciaram em maio de 1969 e vieram a se consolidar em princípio de 1972 (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1973 (27) pp.83-85). As nações produtoras reuniram-se para adotar medidas que neutralizassem as políticas econômicas implementadas pelo governo americano na época. Com a intensificação da crise internacional a partir de 1971, e a desvalorização do dólar, os países produtores de café perceberam a urgência de adoção de medidas que garantissem o comércio internacional do produto.

De janeiro a fevereiro de 1972, os principais países produtores de café (Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Angola, Guatemala, El Salvador, México, Costa Rica e Uganda), propuseram à Organização Internacional do Café, aumento dos preços para compensar a desvalorização do dólar. Após longa discussão a proposta não foi aceita pelos países consumidores. Os países produtores voltaram a se reunir em março de 1972, propondo uma coordenação de medidas comerciais de curto prazo, que influíssem no mercado mundial de café.

Os países consumidores, principalmente os Estados Unidos, não concordaram com a iniciativa dos produtores, argumentando que estes estavam violando o Acordo Internacional do Café. A falta de consenso entre países produtores e consumidores fez com que, na 20ª sessão do Conselho, não fosse possível fixar o nível da cota de exportação para o ano cafeeiro 1972/1973 e renovar o Acordo Internacional do Café.

No início de 1973 foi prorrogado o Acordo Internacional do Café por dois anos, com vigência a partir de 1º de outubro de 1973. O Acordo tinha como objetivo "prover um foro para a discussão dos problemas do café e para as reuniões

dos países produtores e consumidores do produto" e "prover um ponto focal para a coleta e a disseminação das estatísticas do café", (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1973). Este Acordo não possuía mecanismos de regulamentação do mercado mundial de café. Segundo os países consumidores, após o ano de 1973 o Acordo Internacional do Café não era mais necessário em vista da redução do excedente de produção e a tendência para o equilíbrio relativo entre oferta e demanda do produto.

No entanto, a conjuntura prevalecente na época levou à maior unidade entre os países produtores, aumentando progressivamente a participação dos países produtores no Comitê de Coordenação, que fixava medidas comerciais para a regularização do mercado mundial de café.

Na vigência do Acordo Internacional do Café de 1973, o comportamento do mercado mundial do café foi relativamente favorável aos países exportadores, havendo uma recuperação das cotações internacionais do produto, especialmente do café brasileiro, devida à redução das safras, prejudicadas por fatores climáticos. Em meados de 1975 ocorreu forte geada no sul do país, ocasionando grande redução na produção brasileira de café e elevados prejuízos aos cafeicultores.

Na reunião da Organização Internacional do Café, em novembro de 1975, tiveram início as negociações para a renovação do Acordo de Café que entraria em vigência a partir de 1º de outubro de 1976. Um Grupo de contato apresentou ao Conselho da Organização Internacional do Café as seguintes propostas, as quais foram aprovadas em 26 de novembro de 1975:

"O Acordo seria renovado por seis anos. Antes do final do primeiro triênio, os membros informariam à Organização se pretendiam continuar membros do pacto por mais três anos";

"As cotas anuais e trimestrais seriam atribuídas a cada país produtor, divididas em duas parcelas: a cota fixa, baseada em 70% da média das exportações do primeiro ano convênio 1976/1977; os restantes 30% como cota variável, baseada nos estoques existentes no país produtor ao fim do ano safra anterior, de maneira proporcional à relação existente entre os estoques verificados de cada membro exportador e o total dos estoques de todos os membros exportadores";

"Cada país produtor notificaria a Organização Internacional do Café, até o fim do sexto mês do ano cafeeiro, quando não pudesse completar sua cota de exportação para o ano cafeeiro corrente. Nesse caso a cota seria aumentada no ano cafeeiro seguinte de 30%, sendo reduzidas as cotas dos países que tinham se beneficiado com a redistribuição";

"As cotas entrariam em vigência imediatamente à formalização do convênio: sempre que, num período de 20 dias consecutivos de mercado, a média do preço indicativo composto não ultrapassar o limite máximo da faixa de preços estabelecida pelo Conselho em vigor; no caso de não ser adotada faixa de preço: num período de 20 dias de mercado a média dos preços indicativos dos cafês robustas e outros suaves não for superior à alcançada no ano civil de 1975, ou se durante 20 dias consecutivos de mercado a média do indicativo composto estabelecido pelo Conselho situar-se pelo menos 15% abaixo da média do ano cafeeiro anterior"; e

"O Conselho estabeleceria um sistema de preços indicativos que permitissem o estabelecimento e a suspensão de cotas e seu ajustamento pró rata e também a aplicação de aumentos seletivos de cotas em função de flutuações do preço indicativo dos diferentes tipos de café". (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1975).

No ano seguinte em 30 de setembro, o Acordo foi

ratificado, entrando em vigor em 1º de outubro de 1976. O período 1975-1977 representou o "boom" dos preços no mercado externo devido às geadas ocorridas em 1975 e ao suporte do Acordo Internacional do Café.

Em 1979, as exportações brasileiras de café foram satisfatórias devido à estratégia de venda adotada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). Por outro lado, a expectativa de geadas em julho, no sul do Brasil, provocou reação dos preços no mercado externo. Acrescenta-se à boa performance do mercado cafeeiro em 1979, a política executada por um grupo de países produtores latino-americanos, o chamado grupo de Bogotá, que vinha interferindo ativamente no mercado, e à retração da oferta brasileira devido aos reduzidos estoques internos, que contribuiu para a sustentação das cotações do produto.

O custo para o Brasil da política de retração da oferta de café no mercado internacional reflete-se na não reconquista dos mercados e perda parcial dos novos mercados. Considerando-se que o potencial de produção brasileira de café na época, estava em torno de 30 milhões de sacas/ano, evidenciava-se a necessidade de mudanças na política de comercialização, para uma maior participação do país no mercado internacional. Observa-se pelos dados da Tabela 03, a queda da participação das exportações brasileiras de café em relação ao total mundial exportado. A participação no período de 1970-1973 era superior a 30%, passando em 1979 para 19,2% ao mesmo tempo em que a participação da Colômbia subia para 18%.

Com o objetivo de aumentar a sua participação no mercado internacional, o Brasil decidiu conceder descontos nas vendas de café para o exterior a partir de dezembro de 1979, o que provocou o declínio dos preços. Outros fatores foram

Tabela 03. Participação Percentual dos Principais Países Exportadores nas Exportações Mundiais de Café Cru em Grãos  
1962 - 1981

Período	Brasil	Colômbia	El Salvador	Indonésia	México	Demais Países	Total 1.000 t
1962	35,4	14,2	3,2	2,1	3,1	42,00	2.775,3
1963	39,9	12,5	3,2	2,0	2,5	39,87	2.934,3
1964	31,9	13,7	3,8	2,2	3,8	44,52	2.803,2
1965	30,0	12,6	3,7	4,0	3,0	46,76	2.698,1
1966	34,7	11,4	3,3	3,4	3,1	44,07	2.941,6
1967	34,5	12,1	4,0	4,4	2,6	42,35	3.013,1
1968	35,5	12,3	3,7	2,5	3,0	43,09	3.216,4
1969	36,2	12,0	3,5	3,0	3,0	42,35	3.251,7
1970	32,4	12,3	3,5	2,7	2,7	46,31	3.163,3
1971	34,4	12,3	3,2	2,1	3,0	45,01	3.209,3
1972	33,2	11,3	3,6	2,4	3,0	46,53	3.471,9
1973	31,7	10,8	4,0	2,6	3,7	47,23	3.755,0
1974	24,2	12,6	4,7	3,3	3,6	51,64	3.287,2
1975	25,2	14,1	5,3	3,7	4,1	47,51	3.474,7
1976	26,5	10,7	4,5	3,6	4,7	49,99	3.528,3
1977	21,6	11,3	6,4	5,3	3,8	51,61	2.830,0
1978	22,4	16,1	4,2	6,2	3,5	47,71	3.368,7
1979	19,2	17,8	5,4	5,8	4,8	47,10	3.757,2
1980	25,5	18,7	4,9	6,0	3,7	41,18	3.552,7
1981	26,4	15,0	3,6	6,1	3,3	45,61	3.632,8

Fonte: Dados Preliminares-Anuário Estatístico do Café 1976  
MIC - IBC  
Anuário Estatístico do Café 1980/81 MIC - IBC

também responsáveis pela contínua queda das cotações: a redução da liquidez do grupo de Bogotá e a divulgação do volume das safras brasileiras de 1979/1980 e 1980/1981 (21,6 milhões e 21,2 milhões de sacas, respectivamente).

Apesar da fraqueza do mercado no início de 1980, as exportações brasileira de café, no primeiro semestre, tiveram uma boa performance. O melhor desempenho das vendas externas foi atribuído à sistemática de comercialização adotada pelo IBC. Esta consistia em "Avisos de Garantia" (títulos a serem descontados nas futuras aquisições) ao importador, ou seja, o "importador receberia a diferença entre o preço oficial de venda do Brasil e a média das cotações do café de outras origens" (AGROANALYSIS, 1980). Assim, o Brasil iniciou a reconquista de mercado, ao mesmo tempo em que dava suporte às cotações internacionais.

A decisão do IBC de utilizar a nova estratégia de venda de algum modo tentava corrigir a retração da oferta brasileira em anos anteriores, em que o país arcou sozinho com o peso de elevados estoques.

Em que pese os bons resultados das exportações brasileira de café no primeiro semestre de 1980, as cotações iniciaram o declínio no mês de junho. Em parte, a queda de preços no mercado internacional foi atribuída ao aumento da oferta brasileira, porém, supunha-se que a tendência baixista dos preços era provocada por manobras especulativas. As suspeitas de manobras especulativas de preços podiam ser evidenciadas pelo aumento dos estoques de café nos Estados Unidos no primeiro semestre e a redução das compras de café no período seguinte, com o objetivo de reduzir os preços.

Dentro do quadro que se configurava de tendên

cia baixista dos preços, foi assinado o Acordo Internacional do Café, em outubro de 1980. O Acordo estabelecia que as cotas de exportação dos países membros da Organização Internacional do Café, fossem reduzidas em 2,4% em relação à cota global (fixada em 57,37 milhões de sacas), sempre que a média móvel do preço indicativo composto da Organização Internacional do Café, fosse menor que US\$ 1,20/lb, durante vinte dias. Em novembro e dezembro houve redução da cota, totalizando a cota global em 54,1 milhões de sacas.

As cotações mantiveram-se acima de US\$ 1,20/lb, durante boa parte do período 1980/1981. Sem dúvida, a eficácia do Acordo Internacional do Café levou à sustentação dos preços do produto acima de US\$ 1,20/lb.

Em meados de 1981, os cafeicultores reivindicavam medidas urgentes por parte do Governo Federal, para a crise cafeeira. O mercado encontrava-se desequilibrado devido ao excesso de produção e à redução dos preços internacionais do produto. A crise cafeeira que se configurava teve origem na grande geada de 1975. Com a queda da produção brasileira de café, o Governo Federal procurou apoiar e incentivar a recuperação do parque nacional cafeeiro e diversificar as áreas de plantio do produto, o que resultou na expansão significativa da produção, sem que houvesse capacidade de absorção pelo mercado.

No entanto, em julho de 1981 ocorreu geadas prejudicando a produção dos três principais estados produtores de café (São Paulo, Minas Gerais e Paraná), comprometendo aproximadamente 50% da safra seguinte, o que provocou uma expectativa otimista. As cotações no mercado internacional aumentaram no curto prazo, mas em seguida voltaram a tendência de baixa, já que a redução da safra se daria somente em me

dos de 1982. Os preços permaneceram relativamente estáveis, pelas incertezas existentes no mercado sobre as futuras negociações para a renovação do Acordo.

Após intensas negociações o Acordo Internacional do Café foi renovado em setembro de 1981. A cota global foi fixada em 56 milhões de sacas para o intervalo de preços de US\$ 1,20/lb e US\$ 1,40/lb. O documento estipulava que seriam feitos no máximo quatro cortes ou acréscimos sobre a cota global, totalizando um volume de 4 milhões de sacas.

Embora o Acordo viesse sustentar os preços internacionais de café no curto prazo, os efeitos foram positivos, principalmente numa situação de excesso de oferta no mercado mundial do produto. As cotações no segundo semestre de 1981 aumentaram no curto prazo, em consequência da geadas de julho, da atuação do Acordo Internacional do Café e do sistema de distribuição de cota interna, instituído pelo IBC. A tendência de alta continuou no primeiro semestre de 1982, caracterizada também pelo aumento da demanda dos torrefadores nos meses de inverno no hemisfério norte e pelo nível mais baixo dos estoques nos países consumidores. Os estoques estavam fortemente reduzidos devido às altas taxas de juros prevalentes no mercado.

Em julho de 1982 tiveram início as negociações para renovação do pacto. Na Assembléia de setembro, países produtores e consumidores de café chegaram ao consenso, renovando o Acordo por seis anos. As principais cláusulas econômicas seriam revistas anualmente. A cota básica foi fixada em 52,8 milhões de sacas para 1982/1983. Os principais países produtores, Brasil e Colômbia, foram os mais beneficiados com a distribuição da cota. O Brasil recebeu 30% e a Colômbia 16% da cota básica. As normas quanto aos preços de intervenção e

o volume a ser retirado ou colocado no mercado internacional, permaneceram os mesmos do Acordo de setembro de 1981.

No período 1981/1982, a maioria das "commodities" iniciaram uma contínua queda de preços mesmo aqueles produtos que possuíam Acordos Internacionais. A situação de crise na economia internacional contribuiu para o declínio das cotações das "commodities". As elevadas taxas de juros e crescimento econômico praticamente negativo, provocaram a redução da demanda internacional. Por outro lado, o excesso de oferta no mercado internacional reforçava o declínio dos preços.

Todavia, os preços do café mantinham-se estáveis, o que pode ser atribuído ao desempenho do Acordo Internacional do Café, que cumpria sua função de estabilizador de preços. Os bons resultados obtidos com as exportações brasileira de café em 1981/1982, devem-se, em especial, à eficácia do Acordo Internacional do Café, que proporcionou preços externos mais estáveis. Com seus mecanismos de controle, o Acordo pode reduzir a oferta do produto no mercado internacional e assegurar êxito com a fixação de cota de exportação para cada país exportador.

### 2.3. Acordos Internacionais de Açúcar

A produção de açúcar se verifica tanto em climas tropicais como em climas temperados e frios. As nações de clima tropical produzem o açúcar de cana enquanto que as nações de clima temperado e frio produzem açúcar de beterraba.

Os principais países produtores de açúcar de cana são Brasil, Cuba, Austrália, República Dominicana, Fili

pinas, Índia, África do Sul, Tailândia e Argentina. Os principais países produtores de açúcar de beterraba são Inglaterra, Alemanha Ocidental, Bélgica, Polônia, França, Áustria e Tchecoslováquia.

A concorrência entre a produção de açúcares de cana e de beterraba vem desde os meados do século XIX. Após algumas tentativas de minorar o impasse da concorrência, ocorreu a Convenção de Bruxelas em 1902, onde os países participantes foram Alemanha Ocidental, Áustria, Hungria, Bélgica, Espanha, França, Itália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido e Suécia. Os efeitos da Convenção de Bruxelas foram neutralizados pelo início da I Guerra Mundial em 1914.

Com a guerra, a produção dos países europeus diminuiu, sendo os estoques consumidos rapidamente. Cuba e outros países produtores de açúcar de cana investiram para aumentar suas produções. Os preços do açúcar aumentaram e, mesmo com o fim da guerra, os preços continuaram em nível ascendente devido à escassez do produto.

Os europeus iniciaram a recuperação de suas plantações e anos depois, em 1925/1926, a economia açucareira se deparava com uma crise de super produção e baixa de preços.

A partir da crise intensificaram-se os esforços para a formalização de um Acordo Internacional do Açúcar. Um representante cubano, José Miguel Tarafa, argumentava sobre a necessidade de entendimentos internacionais que adotassem medidas para a estabilização do mercado açucareiro. Os entendimentos de Tarafa para a redução da produção de açúcar, com os representantes da Tchecoslováquia, Polônia e Alemanha Ocidental, levou o Comitê Consultivo Econômico da Sociedade das Nações a preocupar-se com os excessos de produção e bai

xos preços do açúcar.

Na reunião de Bruxelas, em 1928, compareceram representantes da Alemanha Ocidental, Bélgica, Cuba, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia. Os representantes concluíram que seria necessário a redução da produção de açúcar por um período de quatro anos. A esta proposta não houve adesão de outros grandes países produtores como República Dominicana, Peru, Filipinas e Java.

Cuba, em 1927, tinha adotado uma política de limite às suas safras. Com o insucesso do Plano Tarafa tal política foi suspensa, mas a situação desfavorável no mercado açucareiro levou o país a adotar um "Sistema de Unificação de Vendas" (MONT'ALEGRE, 1976, p.180) no qual era favorecido o açúcar comercializado com os Estados Unidos. Cuba ainda tentou obter vantagens com outros países não logrando êxito.

Em 1930 intensificou a crise na economia açucareira, com grandes volumes de produção e declínio nos preços. Para maior agravamento da situação, os Estados Unidos, cancelou o Tratado de Reciprocidade Comercial, fixando altas tarifas protecionistas para o açúcar de produção interna. Por outro lado, o Reino Unido incentivou e intensificou a expansão da produção de açúcar nas ilhas de Trinidad e Maurício, na Jamaica e na Austrália, além da Guiana.

A partir desta crise tornava-se cada vez mais urgente procurar uma maneira de estabilizar o mercado mundial de açúcar. Dado que a maior parte dos capitais investidos na cultura de açúcar em Cuba, eram americanos, foi designado o advogado de Nova Iorque, Thomas L. Chadbourne, para encontrar a melhor solução. A partir do Comitê cubano-americano, intensas negociações tiveram início em novembro de 1930, em Bruxe

las e Amsterdã e posteriormente em Paris e Berlim. Finalmente, em maio de 1931, foi assinado o Convênio Thomas L. Chadbourne, em Bruxelas, para um período de cinco anos. Aderiram ao Convênio Cuba, Alemanha Ocidental, Polônia, Tchecoslováquia, Bélgica, Hungria e Java.

Os principais objetivos deste Acordo eram regular a produção mundial de açúcar, de modo a equilibrá-la com o consumo. Pelo lado dos produtores e exportadores, esperava-se a redução da produção e da exportação. O fracasso do Acordo de Chadbourne deveu-se a não adesão da grande maioria dos países produtores, pois, enquanto os signatários limitavam suas produções e exportações, os não signatários continuavam a aumentar suas produções, contribuindo para o agravamento do declínio dos preços. Diante deste quadro, o Acordo de Chadbourne foi extinto em setembro de 1935, um ano antes do tempo previsto para seu término.

Para os países exportadores, a situação que se apresentava era crítica, pois a produção de açúcar nos países importadores era incentivada, levando ao maior declínio das exportações dos fornecedores tradicionais.

A crise no mercado internacional de açúcar levou os países exportadores a reivindicarem um entendimento multilateral, visando a estabilização do mercado açucareiro. A Secretaria da Conferência Monetária e Econômica Mundial promoveu em Londres, em abril de 1937, a Conferência Açucareira Internacional, para discutir a implementação do Acordo Internacional do Açúcar, que passaria a vigorar em 1º de setembro de 1937, por um período de cinco anos. O Acordo Internacional do Açúcar de 1937 tinha como objetivos equilibrar a oferta e demanda de açúcar, promover e expandir o consumo, garantir preços remuneradores aos produtores e preços razoáveis aos consumidores.

Nos anos que se seguiram ao Acordo a produção de açúcar continuou crescendo. No final de 1939, no início da II Guerra Mundial, a economia açucareira apresentava-se com excesso de produção. A produção mundial de açúcar na safra... 1940/1941 foi de 29,7 milhões de toneladas. Neste contexto, em 1942 expirou o prazo de vigência do Acordo Internacional do Açúcar de 1937. O Conselho Internacional do Açúcar renovou o Acordo até agosto de 1944<sup>5/</sup>, não obtendo as assinaturas da Alemanha Ocidental, China, França, Hungria, Índia, Iugoslávia e Polônia.

Durante a II Guerra Mundial a produção total de açúcar diminuiu, notadamente nos países produtores do açúcar de beterraba, muitos deles envolvidos no conflito.

Logo após o término da Guerra, os países iniciaram a rápida recuperação da cultura do açúcar, enquanto outros países, como Cuba, Brasil e Porto Rico, continuavam a aumentar suas produções. O aumento da produção mundial de açúcar, não acompanhado pelo aumento do consumo, levou novamente a excedentes de produção. Ficava evidenciada a necessidade de um novo entendimento a nível internacional.

Em agosto de 1948 reuniu-se o Conselho Internacional do Açúcar por solicitação de Cuba, que argumentava que o Acordo Internacional do Açúcar de 1937 não mais atendia aos interesses dos países produtores, uma vez que os países importadores não cumpriam a quantidade mínima para consumo — a cota de exportação. Somente o Brasil aderiu às solicitações de Cuba, pois os demais países não se interessaram, já que não possuíam excedente de produção.

Na reunião do Comitê Especial de junho de 1950,

---

<sup>5/0</sup> Acordo de 1937 foi sendo renovado até 1952.

Cuba voltou com um projeto onde as principais propostas eram:

- "Facilitar e aumentar o consumo de açúcar no mundo;
- Limitação da produção de açúcar nos países importadores;
- Regular o fornecimento de açúcar no mercado internacional;
- Estabilização dos preços numa faixa de máximo e mínimo; e
- Estipular sobre a discriminação dos países não participantes do Acordo" (MONT'ALEGRE, 1976 p. 189).

Na época, os principais exportadores e importadores tinham interesses adversos. Os países importadores, como os Estados Unidos, não queriam abrir mão das importações preferenciais de Cuba. O Reino Unido visava aumentar a produção interna para reduzir suas importações, com o objetivo de reequilibrar sua balança comercial após a guerra. A França considerava-se auto-suficiente com sua produção interna. Da mesma maneira, os Países Baixos visavam a auto-suficiência. Por outro lado, os países exportadores como Cuba, República Dominicana e Peru, possuíam excedentes de produção e solicitavam aumento de suas cotas de exportação.

O Conflito da Coreia levou ao receio de uma nova guerra mundial, havendo aumento da demanda dos produtos primários e provocando a elevação dos preços. Mas, no final de 1952, os grandes exportadores estavam com volumosos estoques, o que provocou a reação de Cuba de reter no campo dois milhões de toneladas de açúcar da safra de 1953. Nesta época, o Reino Unido reiniciou as importações de açúcar, inclusive para reposição dos seus estoques, firmando contratos com Cuba.

A Alemanha Ocidental também fez grandes compras de açúcar cubano.

As expectativas de maiores estoques no mercado mundial de açúcar em 1953, levou à negociações multilaterais para a implantação de um novo Acordo. Em julho de 1953, em Londres, reuniu-se a Conferência Internacional do Açúcar. Nesta reunião ficou clara a divergência de interesses entre os 52 países participantes. Alguns países desejavam passar de importadores para exportadores e os exportadores tradicionais tentavam ampliar suas exportações em detrimento daqueles países que não possuíam cota.

O problema maior para os países produtores de açúcar de cana era a definição das cotas básicas de exportação. O Brasil solicitava uma cota de 400 mil toneladas, pois, no Acordo anterior sua cota foi de 60 mil toneladas. No Acordo Internacional do Açúcar de 1953 foi fixada uma faixa de preço: o preço máximo foi de US\$ 4,25/lb e o preço mínimo de US\$ 3,25/lb. As cotas variavam conforme o nível de preços. O Acordo foi assinado em agosto de 1953 por 16 países importadores e 22 países exportadores e entraria em vigor em janeiro de 1954, por um período de cinco anos, sendo revisado no terceiro ano de vigência.

O que se verificou foi a distribuição arbitrária das cotas de exportação, provocando descontentamento entre diversos países, entre eles o Brasil, que não concordou com a distribuição das cotas. O Brasil, Peru, Indonésia e Índia retiraram-se do Acordo. Assim, o Acordo Internacional do Açúcar de 1953 perdia boa parte de seu êxito, já que esses países iriam se comportar à revelia no mercado internacional do açúcar.

O Acordo de 1953 proporcionou uma certa estabilidade de curto prazo no mercado açucareiro, chegando a uma firmeza nos anos de 1957 a 1958. Neste período, o Brasil expandiu suas exportações aproveitando-se da excassez de safra de alguns países. Os preços no mercado de Nova Iorque elevaram-se de US\$ 3,24/lb em 1955 para US\$ 3,48/lb em 1956 e US\$ 5,16/lb em 1957, declinando para US\$ 3,50/lb em 1958 devido à grande safra deste ano, dando início a novos excedentes de produção que continuaram até 1961. O aumento de preços nos dois últimos anos de vigência do Acordo de 1953 também foi atribuído ao aumento das compras de açúcar por parte do Reino Unido, no mercado livre mundial, e pelo aumento das importações da União Soviética, que teve sua safra reduzida.

A reunião preparatória para implementação de um novo Acordo Internacional do Açúcar foi em Havana, em maio de 1958. A reunião teve como objetivos avaliar a economia açucareira e tentar a adesão do Brasil e Peru no novo Acordo. O Brasil estaria disposto a participar do novo Acordo, desde que fosse favorável a sua participação no mercado internacional.

Os representantes dos países exportadores e importadores de açúcar reuniram-se em Genebra para implantação do novo Acordo. O Acordo Internacional do Açúcar de 1958 não se diferenciava do anterior. Foram feitas apenas algumas modificações. A questão de maior divergência era novamente a distribuição das cotas de exportação. Após longo debate, decidiu-se que, para os países participantes do Acordo anterior, as cotas não seriam alteradas. Países como Brasil e Peru receberiam cotas conforme as previsões de aumento de demanda.

O Acordo entrou em vigor em janeiro de 1959, sendo que em seguida, Fidel Castro venceu a revolução em Cuba. Os preços do açúcar no mercado internacional declinaram

para US\$ 2,97/lb e no ano seguinte houve uma melhora, quando os preços alcançaram em média US\$ 3,14/lb, voltando a cair para US\$ 2,80/lb em 1961. No segundo semestre de 1961, conforme previsto, houve a reunião em Genebra para avaliação do Acordo. Nesta época, os Estados Unidos haviam rompido suas relações diplomáticas com Cuba e, conseqüentemente, cancelado suas importações de açúcar cubano. Caberia à União Soviética e a outros países do bloco socialista passar a absorver o açúcar de Cuba.

Os desentendimentos entre Estados Unidos e Cuba, causou problemas para Cuba, que deixou de receber preços remunerativos pela metade de suas exportações de açúcar. Por outro lado, os Estados Unidos tinham Cuba praticamente como seu único mercado fornecedor. A partir daí os Estados Unidos passaram a incrementar a produção interna de açúcar, diminuindo sua dependência externa.

A União Soviética passou a incentivar o incremento do consumo per capita de açúcar, já que estava absorvendo boa parte do produto cubano. A cota de exportação atribuída a Cuba no Acordo de 1958 seria insuficiente para suas exportações no momento. A reivindicação de Cuba, de aumentar sua cota de exportação apoiada pelos países do bloco socialista, tornou impossível chegar a um consenso para a continuação do Acordo. Por esta razão o mercado açucareiro mundial, funcionou livremente de janeiro de 1962 a dezembro de 1968.

Em 1962 houve a queda na produção mundial de açúcar e aumento do consumo, levando à escassez do produto e à elevação dos preços que atingiram US\$ 8,48/lb. A escassez no período de 1962 a 1963 levou os países a ampliarem a capacidade instalada, baseados em estudos que mostravam a necessidade de ampliá-la para acompanhar o aumento de demanda, devi-

do ao aumento da população e da renda. Os altos preços que vigoravam na época e a livre comercialização do açúcar, incentivaram o aumento da capacidade instalada, o que levou ao aumento da produção e o retorno dos excedentes de produção.

Em 1964 iniciou o declínio de preços, atingindo níveis próximos aos da crise de 1929/1930. Assim, os países exportadores e importadores de açúcar voltaram às negociações para um novo Acordo, mas somente no segundo semestre de 1968 foi firmado o novo Acordo Internacional do Açúcar, que entraria em vigor em janeiro de 1969. O Acordo teria duração de cinco anos e seria revisado no final do terceiro ano de vigência. Conforme o esperado, os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia não aderiram ao Acordo.

No novo Acordo houve ampliação dos mercados sob arranjos preferenciais (como o existente anteriormente entre Cuba e Estados Unidos); particularmente entre Cuba e União Soviética e outros países do bloco socialista. Foi estabelecida maior vinculação entre o esquema de cotas e preços. O preço mínimo estipulado no Acordo foi de US\$ 3,25/lb, após longa negociação entre países exportadores e importadores, prevalecendo ao final, a posição dos países importadores.

Para amenizar a decisão da CEE de não aderir ao Acordo, o Artigo 28 estipulava restrições às importações por países-membros de países não membros do pacto, para que fosse atingido o objetivo de recuperação e estabilização de preços.

A partir do final de 1971 começaram as expectativas de escassez do produto levando ao aumento dos preços, e provocando, inclusive, a liberação pelo Conselho Internacional do Açúcar das cotas de exportação, em janeiro de 1972. A

decisão favoreceu ao Brasil que pode se desfazer dos seus excedentes de produção. Os preços do açúcar no mercado internacional, durante a vigência do Acordo de 1968, começaram a se recuperar a partir de 1969, passando de US\$ 3,20/lb para US\$ 9,6/lb em 1973.

Em 1972, os países exportadores e importadores de açúcar iniciaram as conversações para a implementação do próximo Acordo, mas uma série de acontecimentos colocavam em dúvida o sucesso das negociações:

- "A entrada do Reino Unido na CEE;
- Expiração da política agrícola da CEE, inclusive a do açúcar;
- Perspectivas de modificações na política açucareira norte americana; e
- Predominância no mercado de altos preços resultante da escassez de oferta de açúcar" (MONT'ALEGRE, 1976 p. 222).

Dados os fatores acima, negociar um Acordo para estabilizar os preços, quando estes se encontram em alta, tornava, sem dúvida, difícil os entendimentos. Os principais argumentos dos países importadores, liderados pelo Canadá e Japão, eram no sentido de convocar os países exportadores a aumentarem suas produções de açúcar. Pelo lado dos países exportadores, liderados pelo Brasil, África do Sul, Austrália e Cuba, a questão voltava-se para a divisão das cotas de exportação. Entretanto, a não adesão dos Estados Unidos e da CEE tornou inviável a implantação de um novo Acordo.

Assim, de 1973 a 1977 o mercado açucareiro funcionou livremente. Em 1974 houve uma significativa elevação dos preços do açúcar no mercado internacional. Diversos fato

res contribuíram para redução da produção e conseqüente elevação dos preços. Entre eles o desestímulo dos produtores, aos baixos preços vigentes no período 1965-1968. A queda dos investimentos agroindustriais dos países industrializados, nos países em fase de desenvolvimento, as restrições as exportações dos países membros determinadas no Acordo de 1968 e a queda das safras da União Soviética, Cuba e outros países do bloco socialista devido a fatores climáticos.

O consumo mundial per capita cresceu de 1965 a 1974, levando inclusive, à redução dos estoques e a corrida especulativa nas Bolsas de Nova Iorque e Londres, fazendo com que o preço do açúcar alcançasse em novembro de 1974 US\$ 61/lb.

Com a entrada do Reino Unido no Mercado Comum Europeu, teve que ser revisto o Acordo do Açúcar da Comunidade Britânica. Esse Acordo determinava compromissos mútuos de compra e venda entre países exportadores e importadores de açúcar da Comunidade Britânica. Após sucessivas conversações, foi firmada, em 1975, a Convenção de Lomé. Os países em desenvolvimento pertencentes ao Acordo Internacional do Açúcar anterior, formaram, com outros países, o grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP). A CEE firmou convênio com os países pertencentes ao grupo ACP, para compra anual de uma cota fixa de 1.305 milhão de toneladas de açúcar, por um preço negociado anualmente. (AGROANALYSIS, janeiro de 1983 p.5).

No entanto, a expectativa quanto a garantia dada pela CEE aos países da ACP, provocou o declínio dos preços do açúcar. Mas a principal causa desse declínio foi o crescimento da produção de açúcar, acompanhada de menores taxas de crescimento do consumo. Os fatores que contribuíram para o aumento da produção foram:

- Expansão da área plantada devido a incenti  
vos governamentais em alguns países produtores, influenciados  
pelos preços de 1974; e

- Ampliação dos parques industriais.

A redução no consumo foi devido não só aos al  
tos preços existentes na época como também ao uso do produto  
substituto "High Fructose Corn Syrup" (HFCS), desenvolvido  
nos Estados Unidos. O consumo americano de HFCS passou de 450  
mil toneladas em 1975, para 1 milhão de toneladas em 1977.

Diante da situação de baixa de preços e eleva  
dos estoques no mercado açucareiro, países exportadores e im  
portadores negociaram um novo Acordo em 1977, que entrou em  
vigência em julho de 1978. A faixa de preço estabelecida foi  
de US\$ 11/lb e US\$ 21/lb. Em maio de 1981, a faixa de preço  
foi fixada em US\$ 13/lb e US\$ 23/lb. As cotas de exportação  
variavam de acordo com o comportamento dos preços. Neste Acor  
do foi estabelecido o mecanismo do estoque regulador, que se  
ria financiado pelos países exportadores e importadores per  
tencentes ao Acordo. Desde o início, o Acordo de 1977 foi de  
sacreditado, devido a não adesão dos Estados Unidos e da CEE.  
Após dois anos de vigência, em 1979, os Estados Unidos aderi  
ram ao pacto. Porém, a elevada participação da CEE nas expor  
tações mundiais de açúcar, poria em dúvida a efetividade do  
Acordo.

Deve-se destacar que o comportamento do consu  
mo muito contribuiu para instabilidade do mercado açucareiro.  
A existência de campanhas alegando efeitos maléficos do açú  
car à saúde e o aumento do uso de sucedâneos, levou à queda  
no consumo.

A política da CEE de subsídios e incentivos à

produção de açúcar, o Programa de Açúcar norte-americano e japonês de expansão da produção de sucedâneos HFCS e os acordos preferenciais de Cuba com os países do bloco socialista, contribuíram para não efetividade do Acordo Internacional do Açúcar de 1977, particularmente pela não adesão ao pacto da CEE.

Desde 1983 verifica-se negociações multilaterais para a implementação de um novo Acordo Internacional de Açúcar. A CEE tem como principais exigências para aderir ao pacto:

- Intensificação do controle quanto ao desenvolvimento de sucedâneos de açúcar;
- Fiscalização aos acordos preferenciais; e
- Maior controle das exportações dos países desenvolvidos.

Dado que as exigências da CEE vão contra a política de potências como Estados Unidos e Japão, até o momento os países exportadores e importadores não chegaram a um consenso para a formalização de um novo Acordo Internacional do Açúcar.

### 3. EVOLUÇÃO DO MERCADO INTERNACIONAL DE CACAU, CAFÉ E AÇÚCAR 1962-1982

Desde a década de 40, particularmente no período da II Guerra Mundial, alguns países entre eles, o Brasil, passaram a adotar uma política de desenvolvimento. No Brasil a política teve como base a passagem de um modelo primário-exportador para o modelo de substituição de importações. Com a implantação deste modelo até mais ou menos 1964, a política comercial e cambial brasileira de certo modo não favoreceu as exportações (exceto no caso do café). A estratégia inicialmente adotada tinha como objetivo principal, o desenvolvimento do mercado interno.

A crise política e econômica interna de 1964, levou o governo a adotar como prioridade a promoção das exportações visando o equilíbrio no balanço de pagamentos. O governo instituiu várias medidas de política cambial, comercial e fiscal para o incremento das exportações, ZOCKUM (1976).

A partir de 1972, com a criação da Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação-BEFLEX, foram criados programas especiais para a exportação de produtos manufaturados. O novo plano de desenvolvimento seria de crescimento econômico com maior abertura

para o exterior e diversificação na pauta das exportações.

Neste capítulo, pretende-se analisar a evolução do comércio internacional de cacau, café e açúcar e o grau de concentração das exportações brasileira de cacau em amêndoas, café cru em grãos e açúcar demerara no período 1962-1982. Procura-se relacionar os resultados, com as políticas adotadas pelo Governo brasileiro, de incremento das exportações a partir de meados da década de 60, com a política de industrialização brasileira implementada no início dos anos 70 e com a atuação dos Acordos Internacionais de Cacau, Café e Açúcar no período de análise.

### 3.1. Mercado Internacional de Cacau

O cacau se destaca como importante produto agrícola no mercado internacional. Os dados da tabela 04 evidenciam as mudanças ocorridas na produção de cacau de alguns países. Gana e Nigéria vem diminuindo a produção sendo que o decréscimo na produção deve-se principalmente a problemas políticos em Gana e ao interesse econômico da Nigéria na produção de petróleo. No Brasil, Costa do Marfim, Equador e Malásia a produção tem aumentado significativamente devido a Programas de expansão da lavoura cacaeira.

Observa-se pelos resultados da tabela 05, que a taxa de crescimento da produção brasileira de cacau em amêndoas para o período 1962/1963-1981/1982 foi de 5,74%. Esta taxa de crescimento da produção de cacau em amêndoas deve-se aos altos preços do cacau a partir de 1969, dado a frustração da safra temporão 1968/1969, atribuída a condições climáticas adversas. Os altos preços incentivaram novos plantios, que, juntamente com condições climáticas favoráveis, levaram ao

Tabela 04. Produção Mundial de Cacau em Amêndoas e Produção dos Principais Países Produtores 1962/63 - 1981/82

1.000 Toneladas

Período	Costa do Marfim	Gana	Nigéria	Camarões	Brasil	Equador	República Dominicana	Malásia	Sub Total	Demais Países	Total Mundial
1962/63	101	422	176	75	111	38	37	1	961	197	1.158
1963/64	97	436	216	84	123	35	41	1	1.033	183	1.216
1964/65	145	557	294	90	116	47	32	1	1.282	200	1.482
1965/66	111	410	182	78	170	35	28	1	1.015	190	1.205
1966/67	147	376	263	85	172	52	28	1	1.124	209	1.333
1967/68	144	415	235	90	141	68	30	2	1.125	208	1.333
1968/69	142	334	189	103	163	52	21	2	1.006	214	1.220
1969/70	178	409	219	108	197	54	42	3	1.210	208	1.418
1970/71	180	392	308	112	182	61	25	4	1.264	235	1.499
1971/72	226	464	255	123	167	67	41	5	1.348	235	1.583
1972/73	181	418	241	107	162	43	28	9	1.159	208	1.367
1973/74	210	343	215	110	242	71	41	10	1.242	205	1.447
1974/75	241	382	214	118	265	75	33	12	1.340	210	1.550
1975/76	227	396	215	96	251	60	32	16	1.293	209	1.502
1976/77	230	321	165	82	226	72	38	18	1.152	192	1.344
1977/78	303	270	202	108	279	84	35	22	1.303	215	1.518
1978/79	312	255	150	108	309	92	40	27	1.293	217	1.510
1979/80	379	275	160	122	296	95	29	34	1.393	223	1.616
1980/81	415	252	155	118	353	87	35	47	1462	223	1.685
1981/82	456	225	182	122	311	85	40	62	1.483	236	1.719

Fonte: Gill & Duffus Cocoa Market Report nº 249, February 1973 (Dados 1962/63 - 1969/70).

Gill & Duffus Cocoa Statistics, May 1982 (Dados 1970/71 - 1972/73).

Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics, Volume IX, number 4, September 1983 - ICCO - London (Dados 1973/74 - 1981/82).

Tabela 05. Taxa Geométrica Anual Média de Crescimento nos Períodos 1962/63 - 1981/82, 1963 - 1982 - Brasil

Produto	Taxa Geométrica Anual de Crescimento <sup>a/</sup>		
	Produção <sup>1/</sup> 1962/63 - 1981/82	Exportação <sup>2/</sup> 1963 - 1982	Preços Reais de Exportação <sup>b/</sup> 1963 - 1982
Cacau em Amêndoas e Derivados	-	5,70	2,55
Cacau em Amêndoas	5,74	3,00	2,59
Derivados de Cacau	-	8,96	3,22

a/ Estimada através do ajustamento da regressão linear simples onde a variável independente é a tendência e a variável dependente é o logarítmo dos valores observados das variáveis. Determinado o coeficiente de regressão (b) a taxa geométrica anual média (r) foi estimada através da fórmula  $r = \text{antilog } b-1$ .

b/ Os preços fob das exportações brasileira de cacau em amêndoas e derivados obteve-se dividindo o valor anual médio em dólar das exportações brasileira de cacau em amêndoas e derivados pelo volume em toneladas das exportações brasileira destes produtos.

Os preços em dólar por tonelada foram deflacionados pelo índice de preço no atacado dos Estados Unidos corrigidos, base 1982 = 100.

Fonte:

1/ Gill & Duffus Cocoa Market Report nº 249, February 1973, May 1982.

Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics, Volume IX, number 4, September 1983 - ICCO - London.

2/ Dados Preliminares - Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX - 1963 - 1982.

Brasil Exportação - Banco do Brasil - CACEX - 1975 - 1982.

aumento da produção a partir de 1973/1974. Por outro lado, a implantação do Programa de Expansão da Cacaucultura-PROCACAU, em 1976, contribuiu para o aumento significativo da produção via implantação de novas áreas, renovação de cacauais decadentes e modernização da lavoura.

Dentre os principais países exportadores de cacau em amêndoas, Gana e Nigéria lideraram as exportações até 1977. Estes países, como grandes produtores de cacau, tinham participação significativa nas exportações mundiais do produto. Nos últimos anos, o decréscimo da produção de cacau nesses países, e a conseqüente queda na participação nas exportações mundiais do produto deve-se à instabilidade política de Gana e ao interesse econômico da Nigéria na exploração do petróleo. A participação de Gana e Nigéria na exportação mundial de cacau em amêndoas, em 1962, era de 41,27% e 19,12%, respectivamente. Em 1981 a participação de Gana caiu para 16,17% e da Nigéria para 6,47%. No entanto, Costa do Marfim e Brasil vêm assumindo a liderança. A participação da Costa do Marfim e Brasil, que em 1962 era de 9,7% e 5,29%, respectivamente, passou em 1981, para 37,28% e 10,64%, respectivamente, (Tabela 06).

A taxa média anual de crescimento das exportações brasileira de cacau em amêndoas e derivados no período de 1963-1982, foi de 5,70%, sendo que para o cacau em amêndoas, foi de 3% e para derivados de cacau 8,96%. Embora, a taxa de crescimento das exportações de cacau em amêndoas seja significativa, as exportações de derivados de cacau tiveram crescimento recorde (Tabela 05), devido às profundas modificações ocorridas na década de 70, com a intensificação de instalações de fábricas de derivados de cacau no Brasil. O aumento da capacidade instalada e a entrada de novas firmas produtoras de derivados de cacau, decorreram dos incentivos fiscais

Tabela 06. Participação Percentual dos Principais Países Exportadores nas Exportações Mundiais de Cacau em Amêndoas.

1962 - 1981

Período	Costa do Marfim	Gana	Nigéria	Camarões	Brasil	Equador	Demais Países	Total 1.000 t
1962	9,71	41,27	19,12	6,37	5,29	3,04	15,20	1.020
1963	9,57	39,55	17,09	7,62	6,64	3,42	16,11	1.024
1964	12,00	37,56	19,37	5,70	7,28	2,56	15,54	1.017
1965	9,65	38,44	23,74	5,99	7,08	3,04	12,06	1.285
1966	11,15	35,83	17,37	7,04	10,24	2,93	15,45	1.094
1967	9,76	30,56	22,89	6,38	10,69	4,13	15,20	1.066
1968	11,55	31,76	19,33	6,26	7,22	6,16	17,23	1.039
1969	11,91	24,64	17,41	7,43	12,12	3,26	23,22	982
1970	12,77	32,77	17,50	6,43	10,63	3,21	16,70	1.120
1971	12,30	26,28	22,76	6,61	9,96	4,27	17,82	1.195
1972	12,82	33,23	18,39	6,61	8,23	3,63	17,10	1.240
1973	13,24	34,63	19,81	7,78	7,59	2,78	14,17	1.080
1974	17,90	27,42	17,21	7,77	11,27	4,98	13,45	1.145
1975	14,41	27,29	16,53	6,10	14,92	3,22	17,54	1.160
1976	17,26	29,03	19,73	6,11	11,33	1,95	14,60	1.130
1977	16,63	26,63	17,68	5,58	11,26	1,89	20,32	950
1978	23,13	20,19	17,63	5,88	12,70	1,52	18,96	1.055
1979	18,39	21,94	12,15	6,56	16,77	1,40	22,80	930
1980	27,57	20,49	13,01	7,77	11,94	1,36	17,86	1.030
1981	37,28	16,17	6,47	7,06	10,64	2,30	20,09	1.175

Fonte: Dados Preliminares - Gill & Duffus Cocoa Market Report, nº 249, February 1973.

Gill & Duffus Cocoa Market Report, nº 309, October 1983.

e financeiros concedidos pelo governo federal, com o objetivo de ampliar o parque industrial brasileiro e consequentemente as exportações de produtos industrializados.<sup>6/</sup>

Entre alguns incentivos destacam-se:

- "Financiamento para giro a custos subsidiados (até o valor limite de 30% das exportações do ano anterior, sem correção monetária e juros de 8% ao ano), operação 15/6 do Banco do Brasil e adiantamentos sobre contratos de câmbio;

- Créditos de IPI e ICM incidentes sobre as exportações, conforme deliberado pela Portaria nº 73 do Ministério da Fazenda de 31 de dezembro de 1978;

- Isenção de Imposto de Renda sobre a parcela das vendas relativas à exportação que nas principais empresas do setor atinge sua quase totalidade cerca de 90%; e

- Isenção de Imposto de Renda para equipamentos no valor de até 10% do incremento anual do valor das exportações obtido no último ano em relação ao anterior (Decreto Lei nº 1.189)" BNDE (1978).

Observa-se pela tabela 07, o crescimento da participação dos derivados de cacau, na exportação total de cacau, especialmente a partir de 1976. Tal tendência deve-se à intensificação no Brasil de instalações de fábricas de produtos derivados, levando o país a exportar o produto, cerca de 50% na forma "in natura" e 50% na forma de derivados de cacau (manteiga de cacau, massa de cacau-ou líquido, torta de cacau e cacau empô).

A maior parte do volume exportado pelo Brasil de cacau em amêndoas segue para os Estados Unidos, Países

---

<sup>6/</sup> Para maiores detalhes sobre estes aspectos, vide Brandão A.L.A., Políticas Econômicas e seus Efeitos no Desempenho da Economia Cacaueira 1950-1980, USP-ESALQ, (Tese de Mestrado), 1983.

Tabela 07. Exportação Brasileira de Cacau em Amêndoas e Derivados e Participação Percentual  
1963 - 1982

1.000 Toneladas

Período	Cacau em Amêndoas e Derivados (ETA) <sup>a/</sup>	Cacau em Amêndoas	Relação Cacau em Amêndoas na Exportação Total de Cacau %	Derivados de Cacau (ETA) <sup>a/</sup>	Relação Derivados de Cacau na Exportação Total de Cacau %
1963	112	68	60,7	44	39,3
1964	108	74	68,5	34	31,5
1965	141	91	64,5	50	35,5
1966	175	112	64,0	63	36,0
1967	179	114	63,7	65	36,3
1968	133	75	56,4	58	43,6
1969	172	119	69,2	53	30,8
1970	189	119	63,0	70	37,0
1971	199	119	59,0	80	40,2
1972	203	102	50,2	101	49,8
1973	181	82	45,3	99	54,7
1974	247	129	52,2	118	47,8
1975	291	176	60,5	115	39,5
1976	242	128	52,9	114	47,1
1977	228	107	46,9	121	53,1
1978	276	134	48,6	142	51,4
1979	329	156	47,4	173	52,6
1980	320	123	38,4	197	61,5
1981	336	125	37,2	211	62,8
1982	309	143	46,3	166	53,7

a/ Derivados em termos de amêndoas (ETA) - Fatores de conversão: massa de cacau - 1,2498, manteiga de cacau - 2,6586.

Fonte: Dados Preliminares - Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil CACEX - 1963 - 1982.

Brasil Exportação - Banco do Brasil - CACEX - 1975 - 1982.

Baixos, Reino Unido, Alemanha Ocidental, Polônia, União Soviética entre outros.

No período analisado, 1963-1982, observa-se o crescimento da exportação brasileira de cacau em amêndoas para os países do bloco socialista, Polônia e União Soviética, resultante do incremento do intercâmbio comercial com os países do leste europeu (Tabela 08).

A receita cambial brasileira com as exportações de cacau em amêndoas e derivados cresceu ao longo do período 1963-1979 (Tabela 09), sendo que o valor das exportações brasileira de cacau em amêndoas e derivados em 1979 atingiu o recorde de 952 milhões de dólares, receita esta favorecida pelos altos preços vigentes no período 1976-1979. A participação das exportações de cacau em amêndoas e derivados representava, em 1969, 6% do valor das exportações brasileira. Essa participação decresceu no período 1970-1976, o que pode ser atribuída à diversificação na pauta das exportações brasileira. No período de 1977-1979, a participação nas exportações de cacau no valor das exportações brasileira manteve-se superior a 6%, decrescendo drasticamente nos três anos posteriores, atingindo 2,16% em 1982. Os baixos preços do cacau a partir de 1980 provocaram a queda das receitas de exportação do produto e conseqüentemente o decréscimo na participação das exportações brasileira.

Os maiores países importadores de cacau em amêndoas são Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Países Baixos, União Soviética, Reino Unido, Itália, França, Espanha e Bélgica. Nesses países estão localizadas diversas fábricas de chocolate, sendo que o elevado consumo per capita de chocolate nesses países os colocam como os maiores importadores mundiais de cacau em amêndoas. O consumo de chocolate é favorecido

Tabela 08. Exportação Brasileira de Cacau em Amêndoas por Países Importadores  
1963 - 1982

Países	1963		1964		1965		1966		1967		1968		1969	
	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t						
Alemanha Oc.	642	1.269	682	1.541	424	1.313	577	1.290	3.781	7.282	2.123	3.745	4.748	5.429
Alemanha Or.	406	705	-	-	-	-	2.008	4.058	-	-	986	1.630	-	-
Argentina	2.880	5.376	4.444	9.020	3.559	9.882	5.279	11.161	3.807	7.111	3.909	6.183	5.261	5.754
Bélgica	203	420	380	882	257	782	225	528	559	1.073	366	658	787	900
Bulgária	-	-	-	-	-	-	1.134	2.532	2.932	5.405	3.810	6.560	969	1.050
Espanha	-	-	-	-	-	-	8	6	3	6	-	-	11.799	13.349
Estados Unidos	20.243	41.960	15.689	34.458	19.119	68.078	31.363	71.133	30.278	59.853	21.157	35.674	39.817	45.961
Japão	58	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	157	180
Países Baixos	1.785	3.622	2.415	5.348	1.095	3.309	1.823	4.074	7.144	13.732	1.817	3.163	7.666	8.806
Polónia	1.130	1.969	-	-	-	-	-	-	2.216	4.100	4.275	6.838	7.760	8.500
Reino Unido	-	-	-	-	34	85	526	1.155	115	210	155	270	1.503	1.740
Roménia	1.085	1.769	1.342	2.570	-	-	-	-	558	973	2.640	3.575	919	970
U.R.S.S.	3.162	5.438	7.590	16.197	-	-	737	1.780	3.861	6.999	1.196	1.940	19.230	21.499
Sub-Total	31.594	62.648	32.542	70.016	24.488	83.449	43.680	97.717	55.254	106.744	42.434	70.236	100.616	114.138
Demais Países	3.435	6.036	2.274	4.694	3.201	8.517	7.051	14.781	3.907	7.607	3.664	5.579	4.874	5.437
Total	35.029	68.684	34.816	74.710	27.689	91.966	50.731	112.498	59.161	114.351	46.098	75.815	105.490	119.575

Fonte: Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX - 1963 - 1982.

Brasil Exportação - Banco do Brasil - CACEX - 1975 - 1982.

Continua

Continuação Tabela 08.

Países	1 9 7 0		1 9 7 1		1 9 7 2		1 9 7 3		1 9 7 4		1 9 7 5		1 9 7 6	
	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t
Alemanha Oc.	1.108	1.748	262	527	76	120	310	261	7.161	3.970	11.756	9.966	11.621	6.966
Alemanha Or.	1.002	1.679	-	-	-	-	2.114	1.500	3.643	2.052	2.718	2.175	-	-
Argentina	5.871	8.046	4.579	8.043	3.290	5.908	6.789	6.768	16.914	10.444	12.690	8.309	8.728	4.869
Bélgica	239	336	463	951	42	90	55	60	950	512	290	235	-	-
Bulgária	895	1.150	1.142	2.224	2.450	4.170	1.485	1.000	1.485	1.000	2.139	1.500	3.511	2.600
Espanha	7.827	11.790	417	850	6.579	10.418	11.226	12.120	11.770	6.878	18.232	13.897	15.705	8.783
Estados Unidos	36.600	56.824	32.235	65.063	33.900	59.372	45.714	41.678	73.860	47.979	96.489	78.100	86.653	53.039
Japão	-	-	-	-	-	-	-	-	128	70	1.464	1.191	4.660	2.504
Países Baixos	2.456	4.259	499	1.020	153	270	4.216	2.750	24.289	13.870	20.488	17.744	15.719	9.679
Polónia	7.254	11.141	4.367	8.180	4.360	8.460	-	-	9.373	5.920	13.733	11.284	17.930	9.754
Reino Unido	35	65	96	185	-	-	52	55	615	390	710	545	83	55
Romênia	2.834	4.250	611	1.300	1.582	2.700	939	906	4.710	3.500	4.548	3.560	9.012	5.639
U.R.S.S.	8.361	13.913	13.026	22.611	4.694	7.290	7.465	9.510	44.435	26.988	20.454	16.479	31.960	17.412
Sub-Total	74.482	115.201	57.697	110.954	57.126	98.798	80.365	76.608	199.333	123.583	205.711	164.985	205.582	121.300
Demais Países	3.196	4.567	3.984	8.117	2.030	3.456	8.157	6.166	10.669	6.282	14.658	11.643	13.175	7.538
Total	77.678	119.768	61.681	119.071	59.156	102.254	88.522	82.774	210.002	129.865	220.369	176.628	218.757	128.838

Continuação Tabela 08.

Países	1 9 7 7		1 9 7 8		1 9 7 9		1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2		
	US\$	t											
Alemanha Oc.	61.230	14.816	54.994	15.831	52.324	17.597	15.233	6.357	33.894	17.097	21.738	12.593	
Alemanha Or.	1.700	400	2.035	550	-	-	131	60	1.188	600	1.987	945	
Argentina	7.804	1.884	667	165	635	167	175	57	2.033	954	4.191	2.401	
Bélgica	129	30	254	80	90	30	179	60	99	70	122	90	
Bulgária	-	-	-	-	5.705	1.970	-	-	-	2.742	1.310	5.299	3.350
Espanha	37.083	9.041	47.868	13.894	54.378	17.716	51.424	20.896	29.361	15.650	21.606	14.658	
Estados Unidos	102.288	26.886	138.837	41.413	86.662	28.573	55.229	25.289	76.651	40.164	51.516	37.392	
Japão	8.610	2.089	3.554	1.055	5.957	1.976	4.485	1.874	4.214	2.161	3.545	2.260	
Países Baixos	123.002	28.269	42.497	12.597	65.528	21.305	22.361	8.986	17.286	8.771	29.932	17.438	
Polónia	40.372	9.730	9.948	3.000	4.739	1.500	18.440	7.290	12.952	6.275	12.431	9.362	
Reino Unido	1.342	340	15.281	4.142	16.826	5.570	3.051	1.519	2.816	1.457	3.330	2.180	
Romênia	-	-	-	-	6.222	2.000	4.428	1.499	-	-	-	-	
U.R.S.S.	22.328	5.687	94.305	28.665	122.818	38.191	62.099	27.560	22.180	11.904	40.112	27.630	
Sub-Total	405.888	99.172	410.240	121.392	422.824	136.595	237.235	101.447	205.416	106.413	195.809	130.299	
Demais Países	29.566	8.452	43.573	12.682	63.989	20.337	54.453	22.133	36.166	18.815	20.169	13.162	
<b>Total</b>	<b>435.454</b>	<b>107.624</b>	<b>453.813</b>	<b>134.074</b>	<b>486.873</b>	<b>156.932</b>	<b>291.688</b>	<b>123.580</b>	<b>241.582</b>	<b>125.228</b>	<b>215.978</b>	<b>143.461</b>	

Tabela 09. Exportação Total Brasileira, Exportação Brasileira de Cacau em Amêndoas e Derivados e Participação Percentual  
1963 - 1982

US\$ 1.000

Período	Exportação Total Brasileira	Cacau em Amêndoas e Derivados	Cacau em Amêndoas	Relação Cacau em Amêndoas e Derivados na Exportação Total Brasileira %	Relação Cacau em Amêndoas na Exportação Total Brasileira %
1963	1.406.480	51.387	35.029	3,65	2,49
1964	1.429.790	46.476	34.816	3,25	2,44
1965	1.595.479	41.425	27.689	2,60	1,74
1966	1.741.442	72.226	50.731	4,15	2,91
1967	1.654.037	85.424	59.161	5,16	3,58
1968	1.881.344	73.352	46.098	3,90	2,45
1969	2.311.169	138.677	105.490	6,00	4,56
1970	2.738.920	109.991	77.678	4,02	2,84
1971	2.930.585	91.852	61.681	3,13	2,10
1972	3.991.211	100.188	59.156	2,51	1,48
1973	6.199.200	148.463	88.522	2,39	1,43
1974	7.951.906	338.330	210.002	4,25	2,64
1975	8.669.994	327.067	220.369	3,77	2,54
1976	10.130.376	357.054	218.757	3,52	2,16
1977	12.120.175	774.475	435.454	6,39	3,59
1978	12.650.633	833.832	453.813	6,59	3,59
1979	15.244.377	952.859	486.873	6,25	3,19
1980	20.132.401	710.667	291.688	3,53	1,45
1981	23.293.037	612.993	241.582	2,63	1,04
1982	20.175.071	436.762	215.978	2,16	1,07

Fonte: Dados Preliminares - Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX - 1963 - 1982.

Brasil Exportação - Banco do Brasil - CACEX - 1975 - 1982.

pela tradição, valor nutritivo do produto, além do clima frio e temperado.

Observa-se pelos dados da Tabela 10, uma tendência de queda nas importações de cacau em amêndoas pelos Estados Unidos, Itália e Bélgica, o que pode ser atribuído ao uso de sucedâneos da manteiga de cacau na fabricação do chocolate. Nos últimos anos o uso de sucedâneos da manteiga de cacau, entre eles "Shea Butter", "Illipêe", óleo de dendê e óleo de palmiste, tem aumentado devido principalmente aos elevados preços do cacau que prevaleceram no período 1977-1979. A alta de preços do produto levou determinados países a investirem em novas instalações industriais para o uso de sucedâneos.

Após ciclos de alta e baixa de preços, em 1960, o mercado internacional do cacau volta à instabilidade. A partir deste ano, são frequentes às negociações entre países produtores e consumidores para implementação do Acordo Internacional do Cacau, visando a estabilidade dos preços. A tendência de queda nos preços permaneceu até 1965 devido aos excedentes de produção mundial de cacau. De 1966-1969 ocorreu aumento nos preços em decorrência da queda da produção mundial de cacau. Neste período, as moagens excederam à produção, gerando uma situação de déficit. O declínio acentuado da produção mundial de cacau, de 1,493 mil toneladas em 1964/1965 para 1,214 mil toneladas em 1965/1966, deve-se a problemas climáticos, como a seca na Costa do Marfim, Gana e Nigéria (Tabela 11).

No período de 1970-1972, há nova queda de preços no mercado internacional de cacau, em consequência do aumento da produção mundial do produto a taxas bem mais elevadas do que as do consumo. A partir de 1973, a tendência se inverte ocorrendo grandes elevações de preços no mercado

Tabela 10. Importação Mundial de Cacau em Amêndoas e Importação dos Principais Países Importadores

1972 - 1981/82

Período	1.000 toneladas											Total Mundial
	Alemanha Ocidental	Bélgica	Espanha	Estados Unidos	França	Países Baixos	Itália	Reino Unido	URSS	Sub Total	Demais Países	
1972	142	21	35	287	45	122	41	111	132	936	317	1.253
1973	152	19	35	252	42	119	43	95	119	876	291	1.167
1973/74	145	16	34	228	40	111	36	102	135	847	294	1.141
1974/75	162	18	41	201	37	120	31	71	165	846	288	1.134
1975/76	144	16	27	277	43	127	34	98	123	889	284	1.173
1976/77	157	16	30	193	44	140	28	76	88	772	275	1.047
1977/78	158	17	31	176	44	153	30	94	80	783	235	1.019
1978/79	151	18	33	195	56	140	32	72	139	836	223	1.059
1979/80	160	21	37	140	55	148	35	73	121	790	224	1.014
1980/81	167	28	37	246	59	167	32	97	114	947	260	1.207
1981/82	190	28	34	192	59	177	38	110	132	960	272	1.232

Fonte: Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics, Volume III, number 1, December 1976 - ICCO - London (Dados 1972 - 1973).

Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics, Volume V, number 2, March 1979 - ICCO - London (Dados 1973/74 - 1976/77).

Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics Volume IX, number 4, September 1983 - ICCO - London (Dados 1977/78 - 1981/82).

externo, sendo que neste ano, estava em vigor o 1º Acordo Internacional do Cacau de 1972, o qual não teve atuação, uma vez que os preços do cacau no mercado externo, permaneceram acima dos preços limites estabelecidos no Acordo. A taxa anual média de crescimento dos preços de cacau no período 1963-1982 foi de 2,55% para cacau em amêndoas e derivados, 2,59% para cacau em amêndoas e 3,22% para os derivados (Tabela 05). Os elevados níveis de preços verificados no período, devem-se à ex-cassez de oferta do produto no mercado mundial e à expansão econômica dos países industrializados.

A expansão econômica dos países industrializados levou ao aumento significativo do consumo de cacau e, por outro lado, os países produtores não puderam acompanhar em termos de aumento de produção, uma vez que a cultura do cacau é de ciclo longo, respondendo a longo prazo os incentivos de preços. Cabe salientar a queda da produção de cacau em Gana, que durante muitos anos ocupou o primeiro lugar como produtor mundial do produto. O declínio da produção de cacau em Gana deve-se especialmente à instabilidade política e aos baixos preços pagos aos produtores.

A situação favorável de preços no mercado internacional levou alguns países a investirem maciçamente no aumento da produção de cacau. Brasil e Costa do Marfim criaram Programas Especiais de expansão da produção de cacau. O Brasil criou o Programa de Expansão da Cacaucultura-PROCACAU, instituído em 1976, que tinha como meta a implantação de 300 mil hectares de cacauzeiros novos e a renovação de 150 mil hectares. <sup>7/</sup> Além dos preços favoráveis no mercado internacional, outros fatores parecem ter contribuído para a implantação do PROCACAU, dentre os quais destacam-se o desenvolvimento de

---

<sup>7/</sup> Em 1982 houve modificação nas metas passando a implantação para 245,8 mil hectares e a renovação para 69,1 mil hectares.

novas tecnologias pelo Centro de Pesquisas do Cacau - CEPEC , subsídios e financiamento dado pelo governo aos produtores e as indústrias processadoras.

Os altos investimentos na década de 70 para a expansão da produção de cacau levaram, a partir de 1980, à elevação dos excedentes de produção e, conseqüentemente, à redução de preços. Um dos sérios problemas enfrentados pelos produtores mundiais de cacau nos últimos anos, é o aumento persistente dos estoques mundiais do produto. Os estoques finais, que em 1980/1981 eram de 556 mil toneladas, passaram a 666 mil toneladas em 1981/1982. Outrossim, a variação do estoque - estoque final menos estoque inicial, tem sido positiva nos últimos cinco anos agravando as flutuações de preços (Tabela 11).

A situação de excesso de produção de cacau no mercado mundial, a partir de 1980, os baixos preços vigentes e a falta de consenso entre países produtores e consumidores para a implantação imediata do 3º Acordo Internacional do Cacau, contribuíram ainda mais, para o declínio dos preços do produto no mercado internacional.

No tocante aos estoques de cacau, destaca-se que os países consumidores de cacau fazem a estocagem do produto. Sendo o cacau um produto perecível, sua estocagem por um período de tempo mais longo se verifica nos países de clima frio e temperado. Alguns países produtores estão investindo para melhorar as condições de estocagem em clima tropical. O produto a ser estocado deve ser na forma de derivados de cacau, uma vez que a estocagem do cacau em amêndoas é mais sensível à perecibilidade. No Brasil, algumas indústrias de derivados de cacau já possuem capacidade para estocar o produto.

Tabela 11. Balanço Mundial da Oferta e Demanda de Cacau em Amêndoas  
1960/61 - 1981/82

1.000 Toneladas

Período	Estoque Inicial	Total (Bruto) da Produção Mundial	Total (Líquido) da Produção Mundial <sup>a/</sup>	Disponibilidade Total <sup>b/</sup>	Moagens	Estoque Final	Varição do Estoque
1960/61	385	1.189	1.177	1.562	1.000	562	+ 177
1961/62	562	1.140	1.129	1.691	1.095	596	+ 34
1962/63	596	1.176	1.164	1.760	1.144	616	+ 20
1963/64	616	1.234	1.222	1.838	1.184	654	+ 38
1964/65	654	1.508	1.493	2.147	1.297	845	+ 191
1965/66	845	1.226	1.214	2.059	1.374	685	- 160
1966/67	685	1.351	1.337	2.022	1.387	635	- 50
1967/68	635	1.354	1.340	1.975	1.403	572	- 63
1968/69	572	1.242	1.230	1.802	1.369	433	- 139
1969/70	433	1.435	1.421	1.854	1.354	500	+ 67
1970/71	500	1.499	1.484	1.984	1.399	585	+ 85
1971/72	585	1.583	1.567	2.152	1.536	616	+ 31
1972/73	616	1.397	1.383	1.999	1.583	416	- 200
1973/74	416	1.448	1.434	1.850	1.512	338	- 78
1974/75	338	1.549	1.534	1.872	1.452	420	+ 82
1975/76	420	1.512	1.497	1.917	1.523	394	- 26
1976/77	394	1.338	1.325	1.719	1.442	277	- 117
1977/78	277	1.503	1.488	1.765	1.399	366	+ 89
1978/79	366	1.489	1.474	1.840	1.459	381	+ 15
1979/80	381	1.622	1.606	1.987	1.489	498	+ 117
1980/81	498	1.664	1.647	2.145	1.589	556	+ 58
1981/82	556 <sup>c</sup>	1.726 <sup>c</sup>	1.709 <sup>c</sup>	2.265 <sup>c</sup>	1.599 <sup>c</sup>	666 <sup>c</sup>	+ 110 <sup>c</sup>

a/ Considerando 1% de perda na produção mundial bruta.

b/ Moagens mundial excluindo 5 mil toneladas de cacau em amêndoas, vendidas para uso não tradicional, as quais, deduzidas dos estoques.

c/ Estimativa

\* Disponibilidade total = estoque inicial mais a produção mundial líquida.

Fonte: Gill & Duffus Cocoa Market Report, nº 309, October 1983.

A vulnerabilidade dos países produtores de cacau diante dos países consumidores, pode ser atribuída a falta de condições apropriadas para estocagem do produto, tendo, como consequência, a predominância dos países consumidores na comercialização mundial de cacau em amêndoas e derivados e a fragilidade dos países produtores nas negociações dos Acordos Internacionais de Cacau.

O consumo brasileiro de cacau possui característica distinta. O cacau é um produto altamente voltado para o mercado externo, sendo o consumo interno reduzido. As indústrias chocolateiras, em sua maioria, adquirem o cacau em amêndoas, que depois de processado é utilizado para seu próprio consumo, na confecção do produto final-chocolate. O consumo interno de cacau, situando-se em torno de 10% da produção nacional de cacau, é considerado baixo, dado que o Brasil ocupa o 29º lugar como produtor mundial de cacau.

Desde a década de 70, uma série de campanhas estão sendo desenvolvidas através do Comitê Nacional de Expanção do Consumo Interno do Chocolate-CONEC, para incentivar o consumo brasileiro de chocolate. Cabe salientar que, embora o consumo interno do produto acabado venha aumentando, as campanhas de promoção do consumo, provavelmente surtirão efeitos significativos no médio e longo prazo. As razões para se acreditar na presença de limites a tal crescimento são o nível de renda da população, a credência nos efeitos prejudiciais do chocolate à saúde, o que contribui para manter o consumo do produto a nível de guloseimas e a diversificação de costumes que naturalmente correspondem ao extenso território onde a população se espalha produzindo padrões diferenciados de consumo. Nesse sentido, a maior demanda se concentra nas regiões sul e sudeste, provavelmente devido ao nível de renda, a percção do público dos valores proteicos do chocolate, atitudes

essas reforçadas pelo clima mais temperado, que impedem uma associação ilógica de idéias relativas ao produto.

A expansão do setor de produtos acabados levaria a um maior consumo interno da produção cacauêira, o que resultaria em maiores retornos na exportação de cacau em amêndoas e derivados, pela redução da oferta no mercado externo, além de ser uma alternativa para reduzir a instabilidade de preços no mercado internacional.

### 3.1.1. Grau de concentração das exportações brasileira de cacau em amêndoas

Observa-se na Tabela 12 o índice de Gini para cacau em amêndoas. No período 1963-1966, o grau de concentração para cacau em amêndoas apresenta-se elevado, diminuindo a concentração entre 1967-1970, tal mudança pode ser atribuída ao aumento das exportações dos derivados de cacau, que a partir deste período, aumentaram de modo significativo, a participação no valor das exportações brasileira de cacau. Em geral, o grau de concentração do valor das exportações de cacau em amêndoas se apresenta menos concentrado a partir de 1974, esta menor concentração deve-se à política brasileira adotada na década de 70, objetivando incrementar as exportações de produtos semi-industrializados, no caso do cacau, dos derivados de cacau. A política de industrialização, levou a ampliação significativa do parque industrial brasileiro e consequentemente ao aumento das moagens de cacau. Salienta-se ainda, a política de subsídios aos derivados de cacau, que tinha como uma das finalidades compensar as tarifas protecionistas adotadas pela CEE.

Constata-se a concentração das exportações

Tabela 12.. Índice de Gini: Cacau em Amêndoas ( Valor das Exportações Brasileira por Países Importadores).  
1963 - 1982

Período	Cacau	Período	Cacau
1963	0,73	1973	0,71
1964	0,74	1974	0,62
1965	0,84	1975	0,64
1966	0,78	1976	0,59
1967	0,68	1977	0,62
1968	0,62	1978	0,63
1969	0,62	1979	0,58
1970	0,65	1980	0,59
1971	0,75	1981	0,60
1972	0,74	1982	0,54

brasileira de cacau em amêndoas para os mercados tradicionais (Tabela 08): Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Países Baixos, Polônia, Reino Unido, União Soviética entre outros. Entretanto, a menor concentração nos últimos anos, poderia estar associada à conquista pelo Brasil de novos mercados. As indicações levam a crer, que não houve conquista de novos mercados pelo Brasil, mas, o aumento da demanda em alguns países compradores, notadamente União Soviética, AMIN (1984).

### 3.2. Mercado Internacional de Café

O Brasil, que por muitos anos foi praticamente o único país produtor de café, mantém até hoje posição de maior produtor mundial. Cerca de 74% da produção mundial de café provem do Brasil, Colômbia (2º produtor mundial de café), México, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Indonésia, Angola, Costa do Marfim e Uganda. A produção brasileira de café em 1964-1965 alcançou 498 mil toneladas, o declínio da produção deve-se às geadas de agosto/setembro de 1963 e ao plano de erradicação e diversificação da safra cafeeira, que teve início em 1962 (Tabela 13). No período analisado, 1962/1963-1980, a menor produção brasileira de café verificou-se em 1975/1976, 400 mil toneladas, sendo que o novo decréscimo da produção foi provocado pelas geadas ocorridas no sul do país em 1975.

A participação do Brasil na produção mundial de café em 1962/1963 era de 41,53%, enquanto que no mesmo período, a participação da Colômbia era de 10,78%. A rápida expansão da cafeicultura na Colômbia fez com que a sua participação aumentasse para 17,09% em 1980 (Tabela 14).

A taxa anual média de crescimento da produção brasileira de café cru em grãos foi de -0,15%, devido em parte

Tabela 13. Produção Mundial de Café Verde e Produção dos Principais Países Produtores  
1962/63 - 1980

Período	Costa										Costa do		Demais		Total Mundial
	Brasil	Colômbia	México	Rica	El Salvador	Guatemala	Indonésia	Angola	Harfim	Uganda	Sub-Total	Países	Total		
1962/63	1.734	450	132	63	99	114	140	186	201	177	3.296	879	4.175		
1963/64	1.392	468	174	66	116	107	114	168	261	168	3.034	884	3.918		
1964/65	498	456	159	50	124	98	108	186	203	147	2.029	906	2.935		
1965/66	2.220	492	180	62	109	123	132	168	273	156	3.915	939	4.854		
1966/67	1.128	456	159	73	118	100	111	198	132	147	2.622	941	3.563		
1967/68	1.470	480	174	81	144	111	129	204	270	162	3.225	982	4.207		
1968/69	1.020	474	171	76	114	104	120	186	204	200	2.669	1.025	3.694		
1969/70	1.236	507	185	84	150	105	132	198	276	201	3.074	1.004	4.078		
1970/71	660	468	192	75	130	110	141	198	240	180	2.394	1.178	3.572		
1971/72	1.476	432	204	81	156	126	135	204	269	171	3.254	1.116	4.370		
1972/73	1.470	528	222	80	126	135	162	210	303	198	3.434	1.193	4.627		
1973/74	858	468	198	94	143	132	155	192	197	186	2.633	1.103	3.736		
1974/75	1.686	540	234	83	198	152	161	180	270	180	3.684	1.217	4.901		
1975/76	400	520	253	77	108	124	189	57	315	139	2.182	2.179	4.361		
1976/77	963	571	188	81	158	149	231	57	291	160	2.849	706	3.555		
1977	1.689	669	205	91	172	154	293	34	196	110	3.613	680	4.293		
1978	1.278	762	262	107	206	168	286	17	294	110	3.490	1.236	4.726		
1979	1.042	731	222	87	200	149	300	43	248	117	3.139	1.776	4.915		
1980	1.926	824	213	114	158	140	335	38	357	119	4.224	597	4.821		

Nota: Os dados foram transformados de sacas de 60 Kg para toneladas.

A partir de 1977 - 1980 os dados são referentes ao ano civil.

Fonte: Anuário Estatístico do Café 1976 - MIC - IBC

Anuário Estatístico do Café 1980/81 - MIC - IBC.

Statistical Yearbook 1979/80 United Nations.

Tabela 14. Participação Percentual dos Principais Países Produtores na Produção Mundial de Café Verde 1962/63 - 1980

Período	Custa										Custa do			Total	
	Brasil	Colômbia	México	Rica	El Salvador	Guatemala	Indonésia	Angola	Mozam.	Uganda	Sub-Total	Demais Países	Total Mundial	1.000 t	
1962/63	41,53	10,78	3,16	1,51	2,37	2,73	3,35	4,46	4,81	4,24	78,95	21,05	4,175	4.175	
1963/64	35,53	11,94	4,44	1,68	2,96	2,73	2,91	4,29	6,66	4,29	77,44	22,56	3,918	3.918	
1964/65	15,97	15,54	5,42	1,70	4,22	3,34	3,63	6,34	6,92	5,01	69,13	30,87	2,935	2.935	
1965/66	45,74	10,14	3,71	1,28	2,25	2,53	2,72	3,46	5,62	3,21	80,66	19,34	4,854	4.854	
1966/67	31,65	12,80	4,46	2,05	3,31	2,81	3,12	5,56	3,70	4,13	73,39	26,41	5,563	5.563	
1967/68	34,94	11,41	4,14	1,93	3,42	2,64	3,07	4,85	6,42	3,85	76,66	23,34	4,207	4.207	
1968/69	27,61	12,33	4,63	2,06	3,09	2,82	3,25	5,04	5,62	5,41	72,25	27,75	3,694	3.694	
1969/70	30,31	12,43	4,54	2,06	3,60	2,57	3,24	4,86	6,77	4,93	75,30	24,62	4,070	4.070	
1970/71	18,48	13,10	5,38	2,10	3,64	3,08	3,95	5,54	6,72	5,04	67,02	32,98	3,572	3.572	
1971/72	33,78	9,80	4,67	1,85	3,57	2,89	3,09	4,67	6,16	3,91	74,46	25,54	4,370	4.370	
1972/73	31,77	11,41	4,80	1,73	2,72	2,92	3,50	4,54	6,55	4,28	74,22	25,78	4,627	4.627	
1973/74	22,97	12,53	5,30	2,52	3,83	3,53	4,42	5,14	5,27	4,98	70,48	29,52	3,736	3.736	
1974/75	34,40	11,02	4,77	1,69	4,04	3,10	3,29	3,67	5,51	3,67	75,17	24,83	4,501	4.501	
1975/76	29,17	11,92	5,80	1,77	2,48	2,96	4,33	1,31	7,22	3,19	50,03	49,97	4,361	4.361	
1976/77	27,09	16,06	5,29	2,28	4,44	4,19	6,50	1,60	8,19	4,53	80,14	19,86	3,555	3.555	
1977	39,34	15,58	4,78	2,12	4,01	3,59	6,83	0,79	4,57	2,56	84,16	15,84	4,293	4.293	
1978	27,04	16,12	5,54	2,26	4,36	3,55	6,05	0,35	6,22	2,33	73,85	26,15	4,726	4.726	
1979	21,23	14,87	4,52	1,77	4,07	3,03	6,10	0,87	5,05	2,38	63,87	36,13	4,915	4.915	
1980	39,95	17,09	4,42	2,36	3,28	2,90	6,95	0,79	7,41	2,47	87,62	12,38	4,821	4.821	

Fonte: Dados Preliminares - Anuário Estatístico do Café 1976 - MIC - IBC

Anuário Estatístico do Café 1980/81 - MIC - IBC

Statistical Yearbook 1979/80 United Nations.

ãs frequentes geadas ocorridas no período, especialmente nos anos de 1963 e 1975. Por outro lado, os elevados estoques do produto provocaram a decisão do governo de destruir aproximadamente 78 milhões de sacas de café e de implantar o plano de erradicação da lavoura cafeeira em 1962, medidas estas que contribuíram para a diversificação da lavoura brasileira.

A taxa anual média de crescimento das exportações de café cru em grãos e solúvel no período 1963-1981 foi de -1,59%, das exportações de café cru em grãos -2,77%, enquanto que a taxa anual média de crescimento das exportações de café solúvel atingiu 38,53% (Tabela 15). A taxa de crescimento negativa da exportação de café cru em grãos deve-se, conforme citado anteriormente, ao plano de erradicação e diversificção da lavoura cafeeira e à política adotada durante muitos anos pelo Brasil, de redução de suas exportações de café para manter favorável o nível de preços do produto, no mercado internacional. O elevado crescimento das exportações brasileira de café solúvel é devido a política brasileira de industrialização, objetivando o aumento das exportações de productos com maior valor agregado.

A indústria de solúvel recebeu incentivos financeiros e subsídios para sua implantação. Dado o crescimento do consumo de café solúvel no mercado norte-americano, as autoridades brasileiras perceberam a necessidade de implantação de indústrias de solúvel de grande capacidade no país. Em 1961, a Diretoria do IBC, através da Resolução 195, procurou incentivar o setor privado para a instalação de fábricas de café solúvel. Foram concedidos os seguintes subsídios:

- "300.000 sacas de 60 kg de café por ano, nos quatro primeiros anos, pelo preço de mercado interno na época do faturamento, retiradas dos estoques governamentais;

Tabela 15- Taxa Geométrica Anual Média de Crescimento nos Pe  
ríodos 1962/63 - 1980, 1963 - 1981- Brasil

Produto	Taxa Geométrica Anual de Crescimento <sup>a/</sup>		
	Produção <sup>1/</sup> 1962/63 - 1980	Exportação <sup>1/</sup> 1963 - 1981	Preços Reais de Exportação <sup>b/</sup> 1963 - 1981
Café Cru em Grãos e Solúvel	-	- 1,59	0,83
Café Cru em Grãos	- 0,15	- 2,77	1,08
Café Solúvel	-	38,53	- 3,05

a/ Estimada através do ajustamento da regressão linear simples onde a variável independente é a tendência e a variável dependente é o logarítmo dos valores observados das variáveis. Determinado o coeficiente de regressão (b) a taxa geométrica anual média (r) foi estimada através da fôrmula  $r = \text{antilog } b-1$ .

b/ Os preços fob das exportações brasileira de café crú em grãos e solúvel obteve-se dividindo o valor anual médio em dólar das exportações brasileira de café crú em grãos e solúvel pelo volume em toneladas das exportações brasileira destes produtos.

Os preços em dólar por tonelada foram deflacionados pelo Índice de preço no atacado dos Estados Unidos corrigidos , base 1982 = 100.

Fonte:

1/ Anuário Estatístico do Café 1976 e 1980/81 - MIC-IBC.

- o pagamento seria em 48 prestações mensais, iguais e sucessivas, a partir do 13º mês do fornecimento inicial de cada período;

- o IBC acertaria o pagamento da matéria-prima fornecida no primeiro ano de atividade da empresa em produtos manufaturados, embalado e dentro de certas outras condições;

- aplicação do sistema de "draw-back" nas exportações de solúvel; e

- concessão de aval pelo governo, através de sua rede bancária ou financeira nos eventuais contratos de financiamento para aquisição de equipamento pelas empresas que viessem a ser julgadas aptas" MACEDO (1968).

Entre os principais países exportadores de café destacam-se Brasil, Colômbia, El Salvador, Indonésia e México. A participação do Brasil nas exportações mundiais de café em 1962 era de 35,4%, decresceu para 19,2% em 1979. Tal decréscimo deve-se a política brasileira de retenção das exportações de café, com o objetivo de melhorar o nível de preços no mercado internacional. Por outro lado, observa-se a crescente participação nas exportações mundiais de café cru em grãos da Colômbia e Indonésia (Tabela 16). O Brasil por um longo período, deteve o monopólio da produção de café, mas os preços remuneradores do produto no mercado internacional, levaram diversos países a investirem maciçamente na produção destacul tura.

Houve aumento nos preços do café a partir de 1964, devido às geadas no sul do Brasil em agosto e setembro de 1963. O declínio da produção brasileira teve grande repercussão na safra mundial de café em 1964/1965, dado a posição do país de maior produtor mundial. A tendência de alta de

Tabela 16. Participação Percentual dos Principais Países Exportadores nas Exportações Mundiais de Café Cru em Grãos  
1962 - 1981

Período	Brasil	Colômbia	El Salvador	Indonésia	México	Demais Países	Total 1.000 t
1962	35,4	14,2	3,2	2,1	3,1	42,00	2.775,3
1963	39,9	12,5	3,2	2,0	2,5	39,87	2.934,3
1964	31,9	13,7	3,8	2,2	3,8	44,52	2.803,2
1965	30,0	12,6	3,7	4,0	3,0	46,76	2.698,1
1966	34,7	11,4	3,3	3,4	3,1	44,07	2.941,6
1967	34,5	12,1	4,0	4,4	2,6	42,35	3.013,1
1968	35,5	12,3	3,7	2,5	3,0	43,09	3.216,4
1969	36,2	12,0	3,5	3,0	3,0	42,35	3.251,7
1970	32,4	12,3	3,5	2,7	2,7	46,31	3.163,3
1971	34,4	12,3	3,2	2,1	3,0	45,01	3.209,3
1972	33,2	11,3	3,6	2,4	3,0	46,53	3.471,9
1973	31,7	10,8	4,0	2,6	3,7	47,23	3.755,0
1974	24,2	12,6	4,7	3,3	3,6	51,64	3.287,2
1975	25,2	14,1	5,3	3,7	4,1	47,51	3.474,7
1976	26,5	10,7	4,5	3,6	4,7	49,99	3.528,3
1977	21,6	11,3	6,4	5,3	3,8	51,61	2.830,0
1978	22,4	16,1	4,2	6,2	3,5	47,71	3.368,7
1979	19,2	17,8	5,4	5,8	4,8	47,10	3.757,2
1980	25,5	18,7	4,9	6,0	3,7	41,18	3.552,7
1981	26,4	15,0	3,6	6,1	3,3	45,61	3.632,8

Fonte: Dados Preliminares - Anuário Estatístico do Café 1976  
MIC - IBC  
Anuário Estatístico do Café 1980/81 MIC - IBC.

preços vigorou apenas por dois anos, 1964 e 1965, pelo fato da situação do mercado cafeeiro não ser de déficit. Mesmo após a redução da safra brasileira, havia volumosos estoques mundiais de café. Assim, os preços do café declinaram até 1968, como consequência dos excedentes de produção e contínua redução do consumo mundial, especialmente nos Estados Unidos.

No final da década de 60, problemas climáticos adversos, a ferrugem e a broca do cafeeiro, provocaram redução na produção brasileira de café. O volume produzido de café em 1970/1971 foi de 660 mil toneladas, resultando na elevação dos preços do produto. Só foi possível ao Brasil atender seus compromissos externos e consumo doméstico devido aos estoques brasileiros de café. Em 1972, o governo federal instituiu o Plano Trienal de Renovação e Revigoração da Cafeicultura visando a expansão da produção. No entanto, a forte geadada no sul do país em 1975 novamente levou à redução da safra brasileira de café, que em 1975/1976 atingiu apenas 400 mil toneladas. Os preços do produto no mercado internacional aumentaram significativamente.

De modo geral, os estoques mundiais de café cresceram de 1969/1970-1978/1979 quando atingiram o menor nível (Tabela 17). No ano seguinte, os estoques mundiais voltaram a crescer. Os aumentos na produção mundial de café não estavam sendo acompanhados por aumentos no consumo e nas exportações, os quais mantinham-se relativamente estáveis. Neste contexto, os preços do café no mercado internacional mantinham-se ainda a níveis favoráveis, o que pode ser atribuído a atuação do Acordo Internacional do Café e ao Grupo de Bogotá que intervinha no mercado com o objetivo de manter os preços.

Em 1981, os preços do café declinaram devido ao excesso de produção. A safra brasileira de café em 1980

Tabela 17. Balanço Mundial da Oferta e Demanda de Café  
1963/64 - 1981/82

1.000 saças de 60 Kg

Período	Estoques	Produção	Importação	Disponibilidade	Consumo	Exportação	Estoques
	Iniciais	Mundial		Total			Finals
1963/64	80.539	65.341	182	146.062	17.616	51.073	77.372
1964/65	77.372	52.655	178	130.205	16.741	41.906	71.557
1965/66	71.557	82.157	249	153.963	17.804	49.966	86.190
1966/67	86.190	63.387	279	149.856	19.251	48.919	81.686
1967/68	81.686	71.145	273	153.104	18.072	55.520	79.516
1968/69	79.516	63.289	229	143.034	19.638	53.586	69.810
1969/70	69.810	69.627	267	139.704	18.890	55.108	65.707
1970/71	65.707	59.427	505	125.639	19.370	51.920	54.351
1971/72	54.351	73.311	524	128.186	19.048	58.488	50.648
1972/73	50.648	77.267	498	128.413	17.455	61.471	49.492
1973/74	49.492	65.893	563	115.948	19.125	60.689	36.133
1974/75	36.133	82.815	564	119.512	19.260	55.518	44.733
1975/76	44.733	72.963	525	118.221	18.932	59.899	39.393
1976/77	39.393	60.927	585	100.905	18.169	57.009	25.727
1977/78	25.727	71.074	606	97.407	18.973	48.982	29.452
1978/79	29.452	79.064	719	109.235	19.597	64.758	24.889
1979/80	24.889	81.867	722	107.469	20.051	61.938	25.480
1980/81	25.480	85.307	674	111.461	20.557	59.107	31.797
1981/82	31.797	96.664	713	129.174	21.172	64.667	43.335

Fonte: Anuário Estatístico do Café 1980/81 - MIC - IBC.

atingiu aproximadamente 2 milhões de toneladas, sendo que essa expansão significativa da produção não foi absorvida , pelo mercado, uma vez que, tanto o consumo como as exportações mantinham-se relativamente estáveis. Mesmo as geadas ocorridas em meados de 1981 não foram suficientes para frear o declínio dos preços do café, dada a existência de elevados estoques mundiais do produto.

As condições de estocagem do café diferem das do cacau, uma vez que o produto pode ser estocado em países de clima quente e seco. O fato de muitos países exportadores de café terem condições climáticas e instalações apropriadas para estocagem do produto, torna-os menos susceptíveis às imposições dos países consumidores. A possibilidade dos países exportadores de café de controlar a oferta mundial do produto, coloca-os em melhores condições de negociações com os países industrializados. A estocagem do café nos países exportadores talvez seja um dos fatores que mais contribuem tanto para a estabilidade dos preços como para a maior atuação dos Acordos Internacionais do Café.

Referente ao consumo de café, o Brasil é um grande consumidor. Nos últimos anos verifica-se mudanças no consumo interno de café, havendo uma tendência de substituição do café tradicional (café em pó) pelo café solúvel. Na década de 70, o volume consumido de café solúvel era em média, de aproximadamente 9 mil toneladas; no início da década de 80, o consumo interno de café solúvel, alcançou cerca de 25 mil toneladas (Tabela 18). O aumento significativo do consumo doméstico de café solúvel deve-se à melhoria da qualidade do produto, facilidade de preparo e maior rendimento. Entretanto, ainda se mantém a predominância do consumo brasileiro de café , do tipo tradicional (café em pó).

Tabela 18. Consumo Brasileiro de Café Cru em Grãos e Solúvel  
1962 - 1981

toneladas			
Período	Café Cru em Grãos	Café Solúvel	Total
1962	373.435	-	373.435
1963	404.687	-	404.687
1964	451.441	-	451.441
1965	487.904	1.384	489.288
1966	485.843	2.016	487.859
1967	517.427	1.627	519.054
1968	525.107	2.350	527.457
1969	524.700	2.623	527.323
1970	533.292	3.643	536.935
1971	529.873	4.518	534.391
1972	402.772	4.016	406.788
1973	403.983	7.832	411.815
1974	450.282	7.496	457.778
1975	414.956	11.923	426.879
1976	384.633	13.877	398.510
1977	422.156	14.447	436.603
1978	408.643	10.685	419.328
1979	396.750	15.524	412.274
1980	429.745	24.232	453.977
1981	443.338	24.844	468.182

Nota: Os dados foram transformados de sacas de 60 Kg para toneladas

Fonte: Anuário Estatístico do Café 1980/81 - MIC-IBC.

O elevado consumo interno de café é mais um dos fatores que favorece ao país negociar com os países desenvolvidos, grandes consumidores do produto, face à garantia de colocação de uma parte significativa da produção no mercado internacional, ao mesmo tempo que se constitui uma alternativa para redução da oferta do produto no mercado externo, refletindo positivamente no nível de preços internacionais.

### 3.2.1. Grau de concentração das exportações brasileira de café cru em grãos

A tabela 19, apresenta o índice de Gini do valor das exportações brasileira de café cru em grãos. Observa-se que o grau de concentração das exportações brasileira de café cru em grãos, apresenta-se mais estável e sua tendência é de menor concentração, especialmente a partir dos anos 70, quando houve o incremento da industrialização do café, ocasionando o crescimento em ritmo acelerado das exportações de café solúvel. A política adotada no país, de diversificação na pauta das exportações brasileira, contribuiu para menor concentração das exportações de café cru em grãos. Outrossim, as exportações de café cru em grãos se destinam a um número maior de países compradores tradicionais, resultando uma menor concentração das exportações.

Outros fatores contribuíram para que as exportações de café cru em grãos se apresentassem menos concentradas, a redução gradativa do consumo internacional de café, particularmente nos Estados Unidos, e a política brasileira de redução das exportações de café cru em grãos, com o objetivo de garantir preços remuneradores no mercado internacional.

Tabela 19. Índice de Gini: Café Cru em Grãos ( Valor das Exportações Brasileira por Países Importadores).  
1963 - 1982

Período	Café	Período	Café
1963	0,63	1973	0,45
1964	0,63	1974	0,47
1965	0,61	1975	0,43
1966	0,61	1976	0,49
1967	0,61	1977	0,50
1968	0,62	1978	0,49
1969	0,55	1979	0,43
1970	0,58	1980	0,48
1971	0,57	1981	0,44
1972	0,53	1982	0,48

### 3.3. Mercado Internacional de Açúcar

Entre os países produtores de açúcar de cana, Cuba e Brasil lideram a posição de maiores produtores mundiais seguidos da Índia, Austrália, Filipinas e África do Sul. A produção de açúcar de cana representa aproximadamente 60% da produção mundial e de açúcar de beterraba cerca de 40%.

No período analisado 1962/1963-1981 observa-se o crescimento acelerado da produção de açúcar no Brasil, Índia e República Dominicana, entre outros (Tabela 20). O incremento da produção deveu-se em parte, ao rompimento das relações diplomáticas dos Estados Unidos com Cuba após a Revolução de Fidel Castro em 1959. A cota de exportação de Cuba para o mercado norte-americano foi distribuída entre Brasil, México, República Dominicana e Peru, o que levou ao aumento da produção nesses países.

A produção brasileira, a partir de 1972, representa aproximadamente 8% da produção mundial. A expansão canavieira no Brasil foi favorecida pelo maior índice de mecanização, notadamente nas regiões sudeste e sul do país. A modernização teve como consequência o aumento da produtividade no setor canavieiro. No período 1962/1963-1981, a taxa anual média de crescimento da produção brasileira de açúcar foi de 5,51% (Tabela 21). Entre outros fatores que contribuíram para o incremento da produção de açúcar destaca-se: garantia pelo governo da colocação da safra; e financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil para qualquer volume de produção. Deve-se destacar também a divisão, em mercado livre e mercado preferencial norte-americano, onde os preços neste último mercado, ao contrário do mercado livre, apresentavam-se elevados, influenciando maiores incrementos na produção.

Tabela 20. Produção Mundial de Açúcar e Produção dos Principais Países Produtores  
1962/63 - 1981

Período	1.000 Toneladas														Total	
	Cuba	Austrália	Brasil	Filipinas	Taiilândia	República Dominicana	Africa do Sul	Índia	Maurício	Argentina	Sub-Total	Países	Total			
1962/63	3.821	1.880	3.304	1.555	125	806	1.083	2.348	533	798	16.253	34.136	50.389			
1963/64	4.398	1.752	3.333	1.684	168	825	1.147	2.794	686	1.055	17.842	37.141	54.983			
1964/65	6.051	1.987	3.827	1.557	320	580	1.266	3.545	519	998	20.650	45.434	66.084			
1965/66	4.455	1.985	4.852	1.402	269	691	909	3.840	664	1.309	20.376	42.916	63.292			
1966/67	6.129	2.380	4.390	1.560	230	826	1.628	2.347	562	1.040	21.092	43.535	64.627			
1967/68	5.000	2.372	4.470	1.595	189	710	1.822	2.443	638	785	20.024	46.417	66.441			
1969	5.534	2.269	4.174	1.578	325	886	1.498	4.190	708	974	22.136	46.361	68.497			
1970	7.559	2.507	5.019	1.980	495	1.014	1.619	4.634	610	976	26.443	46.261	72.704			
1971	5.950	2.732	5.289	2.171	640	1.132	1.720	3.959	657	996	25.255	46.866	72.121			
1972	4.688	2.869	6.151	2.099	702	1.173	2.111	3.707	727	1.303	25.530	46.738	72.268			
1973	5.383	2.583	6.937	2.093	839	1.178	1.953	3.988	761	1.637	27.352	50.466	77.818			
1974	5.926	2.938	6.931	2.656	985	1.230	1.973	4.489	738	1.529	29.395	49.548	78.943			
1975	6.427	2.930	6.299	2.672	1.216	1.170	1.968	5.048	496	1.353	29.579	51.835	81.464			
1976	6.151	3.395	7.236	2.984	1.757	1.287	2.113	5.033	731	1.559	32.246	54.069	86.315			
1977	6.953	3.452	8.759	2.624	2.361	1.258	2.369	5.019	705	1.666	35.166	56.698	91.864			
1978	7.662	2.978	7.913	2.273	1.664	1.199	2.287	7.103	705	1.397	35.181	57.127	92.308			
1979	7.800	2.963	7.362	2.342	1.862	1.200	2.079	6.367	729	1.411	34.115	54.869	86.984			
1980	6.787	3.329	8.300	2.343	1.098	1.039	1.606	4.191	504	1.716	30.913	53.134	84.047			
1981	7.359	3.450	8.258	2.394	1.641	1.032	2.050	5.587	610	1.624	34.005	56.572	82.577			

Fonte: F.O. Lichts - 1977/78 - World Sugar Statistics Bulletin.

International Sugar Organization - 1980 - London.

Relatório Mensal - IAA - PLANALSUCAR (Vários números).

Statistical Yearbook - 1979/80 - United Nations.

FAO - Production Yearbook 1966, 1968, 1970, 1976, 1980, 1981.

Tabela 21. Taxa Geométrica Anual Média de Crescimento nos Períodos 1962/63 - 1981, 1963 - 1982 - Brasil

Produto	Taxa Geométrica Anual de Crescimento <sup>a/</sup>		
	Produção <sup>1/</sup> 1962/63 - 1980	Exportação <sup>2/</sup> 1963 - 1982	Preços Reais de Exportação <sup>b/</sup> 1963 - 1982
Açúcar	5,51	9,34	- 2,09
Açúcar Demerara	-	4,73	- 1,48

a/ Estimada através do ajustamento da regressão linear simples onde a variável independente é a tendência e a variável dependente é o logarítmo dos valores observados das variáveis. Determinado o coeficiente de regressão (b) a taxa geométrica anual média (r) foi estimada através da fórmula  $r = \text{antilog } b-1$ .

b/ Os preços fob das exportações brasileira de açúcar e de açúcar demerara obteve-se dividindo o valor anual médio em dólar das exportações brasileira de açúcar e de açúcar demerara pelo volume em tonelada das exportações brasileira destes produtos.

Os preços em dólar por tonelada foram deflacionados pelo índice de preço no atacado dos Estados Unidos corrigidos, base 1982 = 100.

Fonte:

1/ Relatório Mensal - IAA - PLANALSUCAR (Vários números).

FAO - Production Yearbook 1966, 1968, 1970, 1976, 1980, 1981

2/ MIC-IAA Departamento de Exportação.

Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX.

Dentre os principais países exportadores de açúcar de cana estão Cuba, Brasil, Austrália e Filipinas (Tabela 22). A participação do Brasil na exportação mundial de açúcar no período 1963-1971 era em média 4%. A partir de 1971, a participação do Brasil aumentou, alcançando em 1972 e 1973 11,90% e 12,82% respectivamente. Outros países como Austrália, Filipinas, Cuba e República Dominicana aumentaram sua participação na exportação mundial de açúcar, notadamente no período 1970-1975. O aumento da participação desses países na exportação mundial de açúcar, foi resultante do desequilíbrio entre demanda e oferta, sendo a demanda continuamente superior à oferta, além da ocorrência de frustrações de safra em alguns países produtores.

A taxa média anual de crescimento das exportações brasileira de açúcar, no período 1963-1982, foi de 9,34% enquanto que a taxa média de crescimento das exportações de açúcar demerara foi de 4,73% ao ano (Tabela 21). O aumento das exportações brasileira de açúcar deve-se ao crescimento do consumo mundial; notadamente nos países em desenvolvimento, num período em que poucos países produtores puderam atender o aumento da demanda mundial. O Brasil aproveitando a oportunidade, colocou no mercado internacional desde 1970, volumes significativos de açúcar, chegando a exportar em 1973 cerca de 3 milhões de toneladas. A partir deste ano ficou evidenciado a potencialidade do açúcar brasileiro no mercado internacional.

Observa-se pelos dados da Tabela 23, que no período 1963-1970, o Brasil exportou um único tipo de açúcar, o denominado açúcar demerara. A participação do açúcar demerara no volume das exportações brasileira de açúcar vem decrescendo desde 1971, atingindo 43,83% em 1982. Esta modificação nas exportações brasileira de açúcar deve-se à diversificação na pauta das exportações brasileira e a intensificação da

Tabela 22. Participação Percentual dos Principais Países Exportadores nas Exportações Mundiais de Açúcar 1963 - 1981

Período	Cuba	Austrália	Brasil	Filipinas	Taiêndia	República Dominicana	Africa do Sul	Índia	Maurício	Argentina	Demais Países	Total
1963	19,84	6,57	2,74	6,11	0,30	3,67	3,30	2,91	3,23	1,91	49,41	17,747
1964	24,25	6,59	1,54	6,52	0,29	3,77	3,36	1,54	3,34	0,26	43,53	17,222
1965	27,35	6,64	4,21	5,79	0,47	2,68	1,93	1,40	2,93	0,34	46,25	19,434
1966	23,20	6,78	5,36	5,02	0,29	2,92	3,86	2,37	3,09	0,28	46,85	18,797
1967	27,96	8,20	4,93	4,65	0,07	3,18	4,35	0,88	2,54	0,30	42,95	20,322
1968	22,71	8,00	5,31	4,46	-	2,98	4,73	0,81	2,93	0,68	47,39	20,312
1969	24,72	10,64	5,47	5,21	0,08	3,18	3,68	0,49	3,07	0,30	43,17	19,413
1970	31,66	6,37	5,18	5,67	0,26	3,53	3,63	1,10	2,64	0,50	39,48	21,814
1971	25,78	8,32	5,42	6,60	0,68	4,73	3,57	1,66	2,82	0,57	39,85	21,378
1972	18,67	10,44	11,90	5,69	1,98	5,15	4,71	0,47	2,93	0,75	37,29	22,169
1973	20,66	9,15	12,82	6,22	1,11	4,61	3,94	0,90	3,18	2,02	35,37	23,214
1974	23,88	7,95	10,01	7,11	2,45	4,59	3,59	2,33	3,16	2,80	32,12	22,594
1975	26,50	9,12	7,98	4,64	3,08	4,50	3,43	4,84	2,19	0,91	32,82	21,673
1976	25,02	11,38	5,37	6,58	4,96	4,33	3,51	3,97	2,53	1,26	31,09	23,040
1977	21,57	10,25	8,60	8,91	5,79	3,86	4,79	0,95	2,32	3,31	29,63	28,916
1978	27,61	7,65	7,35	4,36	3,93	3,58	2,75	2,63	2,34	1,40	36,40	26,186
1979	27,17	6,95	7,33	4,34	4,49	3,72	2,74	2,59	2,42	1,36	36,88	26,452
1980	22,43	8,01	9,68	6,35	1,64	2,89	2,85	0,25	2,38	1,77	41,75	27,509
1981	23,71	8,59	8,95	4,29	3,71	2,87	2,47	0,36	1,54	2,43	41,08	29,813

Nota: Os países acima são produtores de açúcar de cana.

Fonte: Dados Preliminares - FAO Trade Yearbook 1966, 1970, 1973, 1980, 1981.

Informes Econômicos e Estatísticos - PLANALSUCAR

World Sugar Statistics Bulletin International Sugar Organization 1980 - London.

Tabela 23. Exportação Brasileira de Açúcar, Açúcar Demerara e Participação Percentual  
1963 - 1982

Período	1.000 Toneladas		
	Açúcar	Açúcar Demerara	Relação Demerara na Exportação Total de Açúcar
1963	487	487	100,00
1964	266	266	100,00
1965	818	818	100,00
1966	1.007	1.007	100,00
1967	1.001	1.001	100,00
1968	1.079	1.079	100,00
1969	1.061	1.061	100,00
1970	1.130	1.130	100,00
1971	1.159	1.158	99,91
1972	2.638	2.054	77,86
1973	2.977	2.354	79,07
1974	2.302	1.767	76,76
1975	1.730	1.235	71,39
1976	1.238	601	48,55
1977	2.487	1.536	61,76
1978	1.925	1.164	60,47
1979	1.942	1.283	66,07
1980	2.662	1.392	52,29
1981	2.670	1.564	58,58
1982	2.788	1.222	43,83

Nota: Os tipos de açúcar exportados estão convertidos em valor demerara.

Fonte: Dados Preliminares - MIC - IAA Departamento de Exportação (Dados 1963 - 1971).

Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX - (Dados 1972 - 1982).

industrialização no país, a partir da década de 70. Assim, os açúcares cristal e refinado vêm conquistando a cada ano, maior participação nas exportações brasileira de açúcar.

A receita brasileira com as exportações de açúcar cresceram num ritmo acelerado de 1963 a 1974, com exceção do ano de 1964, quando as exportações reduziram-se, em termos de volume e valor praticamente a metade, se comparadas ao ano anterior (Tabela 24). O valor da receita cambial das exportações de açúcar atingiu o recorde de 1,33 bilhão de dólares em 1974, devido ao significativo aumento dos preços neste período. A participação das exportações de açúcar no valor das exportações brasileira em 1974, foi de 16,74%, superando neste ano a participação do café. Conforme citado anteriormente, o Brasil soube aproveitar na época as condições favoráveis do mercado internacional de açúcar. O crescimento acelerado da demanda e a redução das safras de alguns grandes produtores, favoreceu o Brasil e outros países produtores.

A redução na oferta, conseqüentemente ocasionou aumentos substanciais no preço do produto, o que incentivou altos investimentos na atividade canavieira. O consequente aumento da produção mundial de açúcar, refletiu no desequilíbrio entre oferta e demanda acompanhado de queda de preços no mercado internacional. A receita de exportação brasileira de açúcar reduziu-se drasticamente a partir de 1976, sendo que a participação das exportações de açúcar no valor das exportações brasileira reduziu-se a 3,06%, recuperando-se apenas em 1980, quando atingiu 6,32%.

Entre os principais países importadores de açúcar, destacam-se Estados Unidos, União Soviética, os países pertencentes à Comunidade Econômica Européia e Japão. No período 1963-1981, verifica-se uma tendência de queda nas

Tabela 24. Exportação Total Brasileira, Exportação Brasileira de Açúcar, Açúcar Demerara e Participação Percentual 1963 - 1982

US\$1.000

Período	Exportação Total		Açúcar		Relação Açúcar na Exportação Total		Relação Açúcar Demerara na Exportação Total	
	Brasileira	Açúcar	Açúcar	Demerara	Exportação Total	Brasileira %	Exportação Total	Brasileira %
1963	1.406.480	68.688	68.688	68.688	4,88	4,88	4,88	4,88
1964	1.429.790	35.144	35.144	35.144	2,46	2,46	2,46	2,46
1965	1.595.479	60.193	60.193	60.193	3,77	3,77	3,77	3,77
1966	1.741.442	80.114	80.114	80.114	4,60	4,60	4,60	4,60
1967	1.654.037	82.826	82.826	82.826	5,01	5,01	5,01	5,01
1968	1.881.344	106.462	106.462	106.462	5,66	5,66	5,66	5,66
1969	2.311.169	112.064	112.064	112.064	4,85	4,85	4,85	4,85
1970	2.738.920	126.393	126.393	126.393	4,61	4,61	4,61	4,61
1971	2.930.585	149.033	149.033	148.950	5,09	5,08	5,08	5,08
1972	3.991.211	422.474	422.474	314.147	10,59	7,87	7,87	7,87
1973	6.199.200	600.481	600.481	454.863	9,69	7,34	7,34	7,34
1974	7.951.906	1.331.424	1.331.424	978.300	16,74	12,30	12,30	12,30
1975	8.669.994	1.052.412	1.052.412	769.902	12,14	8,88	8,88	8,88
1976	10.130.376	309.559	309.559	152.473	3,06	1,51	1,51	1,51
1977	12.120.175	452.448	452.448	276.530	3,73	2,28	2,28	2,28
1978	12.650.633	332.578	332.578	195.929	2,63	1,55	1,55	1,55
1979	15.244.377	376.726	376.726	247.004	2,47	1,62	1,62	1,62
1980	20.132.401	1.272.959	1.272.959	624.500	6,32	3,10	3,10	3,10
1981	23.293.037	1.037.713	1.037.713	578.928	4,46	2,49	2,49	2,49
1982	20.175.071	593.727	593.727	259.441	2,94	1,29	1,29	1,29

Fonte: Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX - 1963 - 1982.  
MIC - IAA - Departamento de Exportação.

importações de açúcar pela CEE, (Tabela 25). A participação das importações de açúcar da CEE nas importações mundiais, que em 1963 era de 24,29%, passou nos anos 1979-1981 para menos de 10%. Esta redução deve-se a política de subsídios da CEE, incentivando o aumento da produção de açúcar de beterraba. O aumento significativo da produção de açúcar de beterraba fez com que a CEE, passasse de grande importadora do produto para segundo maior exportador mundial de açúcar.

Por outro lado, a participação dos Estados Unidos e Japão nas importações mundiais de açúcar vem decrescendo devido à política adotada por esses países de expansão do uso de sucedâneos, ou seja, o uso dos adoçantes de milho o "High Fructose Corn Syrup" (HFCS). O uso de sucedâneos deverá ter continuidade nos Estados Unidos e Japão, considerando que o produto vem conquistando parte substancial do mercado, em consequência da política protecionista de menores preços dos sucedâneos.

Assim, como o café e cacau, o açúcar também se caracteriza por ciclos de preços. A situação de escassez do produto e alta de preços em 1962-1963 incentivou os países produtores a investirem maciçamente na atividade canavieira. Os elevados investimentos ocasionaram o aumento significativo da produção mundial de açúcar, gerando uma situação de super produção. Observa-se na Tabela 26, o declínio dos preços das exportações brasileira de açúcar em 1964-1965. A súbita recuperação dos preços ocorreu a partir de 1974, quando o preço das exportações brasileira de açúcar atingiu US\$ 578 por tonelada. Os elevados níveis de preços no mercado internacional a partir de 1974, devem-se ao aumento do consumo no período de baixa dos preços e ao desestímulo dos países produtores a investirem no aumento da produção, quando as cotações vigentes na época sequer cobriam os custos de produção.

Tabela 25. Participação Percentual dos Principais Países Importadores nas Importações Mundiais de Açúcar 1963 - 1981

Período	Estados							Suos-Totais	Demais Países	Total Mundial 1.000 t
	Unidos	URSS	Japão	C.E.E.	China	Canadá	Argélia			
1963	23,43	6,56	3,37	24,29	2,94	4,38	1,26	71,27	28,73	17.365
1964	19,29	11,04	5,03	23,17	2,39	4,28	1,29	76,49	29,51	16.917
1965	18,77	12,53	9,10	18,87	2,14	4,55	1,40	67,34	32,66	18.634
1966	20,02	9,62	8,95	18,69	3,23	4,12	1,11	65,73	34,27	19.172
1967	21,25	12,32	8,94	17,46	2,76	4,45	1,55	62,73	31,27	20.158
1968	23,12	8,98	9,23	17,16	2,21	4,45	1,34	66,49	33,51	19.546
1969	22,77	7,02	10,45	17,85	2,34	5,03	0,56	66,02	33,98	19.821
1970	21,51	13,56	10,69	15,30	2,39	4,31	0,98	69,77	31,23	22.133
1971	22,82	7,28	10,72	15,96	2,19	4,25	1,12	64,33	35,67	21.153
1972	21,86	8,83	12,24	16,15	3,45	4,18	1,06	67,82	32,18	21.718
1973	20,65	11,47	10,31	14,64	3,20	4,19	0,91	65,37	34,63	22.573
1974	23,06	8,25	12,16	18,20	1,51	3,96	1,22	69,67	31,33	22.714
1975	15,70	14,57	11,09	18,71	1,41	4,46	2,10	69,03	31,97	22.242
1976	18,24	16,57	10,72	14,10	2,76	4,00	1,56	67,95	32,05	22.693
1977	15,27	17,35	9,79	11,27	6,08	3,86	1,56	69,19	30,81	27.582
1978	14,91	15,66	8,94	10,34	5,64	4,95	1,71	61,25	38,75	25.502
1979	16,57	15,79	10,05	9,97	4,24	3,93	1,98	62,54	37,06	25.865
1980	13,67	18,33	8,31	8,45	3,59	3,22	2,15	57,71	42,29	27.211
1981	15,87	18,02	5,48	7,09	3,89	2,59	2,11	55,46	44,54	28.697

Nota: Os tipos de açúcar importado estão convertidos em valor demerara.

Fonte: FAO - Trade Yearbook - 1966, 1970, 1973, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981.

Tabela 26. Preços Médios das Exportações de Açúcar e de Açúcar Demerara.  
1963 - 1982

Período	US\$/t	
	Açúcar	Açúcar Demerara
1963	141	141
1964	132	132
1965	74	74
1966	80	80
1967	83	83
1968	99	99
1969	106	106
1970	112	112
1971	129	129
1972	160	153
1973	202	193
1974	578	554
1975	608	623
1976	250	254
1977	182	180
1978	173	168
1979	194	193
1980	478	449
1981	389	370
1982	213	212

Fonte: Dados Preliminares - MIC - IAA - Departamento de Exportação (Dados 1963 - 1971).

Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX (Dados 1972 - 1982).

A situação de déficit na oferta mundial de açúcar, no período de 1973-1975, levou a redução dos estoques. Observa-se na Tabela 27, que a relação estoque/consumo passou de 21,48% em 1972/1973 para 20,42% em 1973/1974, quando a relação ideal para o açúcar seria de aproximadamente 28%, a qual proporcionaria melhor segurança ao mercado.

A partir de 1976, os preços novamente declinaram devido ao crescimento da produção a nível superior ao do consumo. Entre os fatores que contribuíram para o aumento significativo da produção mundial de açúcar, destaca-se a expansão da área plantada, incentivada pelos subsídios governamentais em diversos países produtores.

Em 1979 ocorre novamente a elevação do consumo, influenciado pelos baixos preços vigentes e também por campanhas de expansão do consumo na Índia e China. Por outro lado, os países exportadores de petróleo aumentaram significativamente o consumo de açúcar branco. Mas neste mesmo ano, ocorreu redução na produção mundial de açúcar, atribuída a frustração das safras na União Soviética, Cuba, Tailândia, Índia e Peru ocasionando a elevação dos preços.

A recuperação das safras mundiais a partir de 1980/1981 em especial a de Cuba, que conseguiu combater a ferrugem nos canaviais, e a recuperação das safras da Índia, Tailândia e África do Sul, levou novamente à brusca queda nos preços. Contribuiu também para o declínio dos preços do açúcar no mercado internacional, as altas taxas de juros que fez com que os países importadores reduzissem o nível de seus estoques, em consequência dos elevados custos financeiros.

A taxa negativa de crescimento médio anual dos preços de todos os tipos de açúcar (-2,09%) e de açúcar demerara

Tabela 27. Balanço Mundial da Oferta e Demanda de Açúcar (Bruto)  
1972/73 - 1981/82

Período	1.000 Toneladas						
	Estoques Iniciais	Produção	Importações	Exportações	Consumo	Estoques Finais	Relação Consumo %
1972/73	17.853	75.550	24.209	24.860	76.354	16.398	21,48
1973/74	16.398	78.932	24.321	24.590	78.939	16.122	20,42
1974/75	16.122	78.263	24.272	24.832	76.355	17.470	22,88
1975/76	17.470	81.581	23.649	23.341	78.881	20.478	25,96
1976/77	20.478	86.950	27.608	28.472	81.358	25.206	30,98
1977/78	25.206	91.097	27.894	28.387	85.234	30.576	35,87
1978/79	30.576	90.965	27.082	27.667	89.649	31.307	34,92
1979/80	31.307	84.857	29.551	30.211	89.573	25.931	28,95
1980/81	25.931	88.183	28.776	29.299	88.616	24.975	28,18
1981/82	24.975	97.608	28.791	29.273	90.743	31.358	34,56

Fonte: Agroanalysis 7 (1) janeiro/1983.

(-1,48%), no período de 1963-1982, deve-se ao aumento significativo da produção brasileira e mundial.

No Brasil, a confiança no Programa Nacional do Alcool-Proálcool, implementado em 1975 como uma fonte alternativa de combustível face a crise energética mundial, levou o país a investir maciçamente na agroindústria açucareira. A nova opção de utilização de cana-de-açúcar como matéria prima para a produção de álcool combustível, ao reduzir a oferta de açúcar no mercado internacional favorece o Brasil, uma vez que poderá contribuir para a estabilidade de preços do açúcar no mercado externo.

Com relação a estocagem do açúcar, tanto países produtores como consumidores estocam o produto. Alguns países como o Brasil possuem condições apropriadas para a estocagem do produto. O problema mais gravoso atualmente no mercado internacional do açúcar é a grande expansão da produção de açúcar de beterraba. Esta cultura se caracteriza por ciclo curto de produção, enquanto que a cultura de cana-de-açúcar é de ciclo médio, aproximadamente 18 meses. O descompasso dos países produtores de açúcar de beterraba e de cana na colocação das safras mundiais, tem levado a frequentes desequilíbrios no mercado internacional de açúcar, contribuindo para maior instabilidade dos preços.

Nos últimos anos, a procura de auto-suficiência na produção de açúcar pelos países produtores de açúcar de beterraba, em sua maioria países desenvolvidos, tem tornado vulneráveis os países produtores de açúcar-de-cana, os quais em sua maioria, caracterizam por estarem em fase de desenvolvimento e altamente dependentes das exportações de produtos primários. Conforme citado anteriormente, a política protecionista norte-americana e japonesa, no tocante ao uso de sucedâ

neos do açúcar, tem agravado ainda mais a situação dos países produtores de açúcar de cana. Ressalta-se também, o protecionismo da CEE aos países produtores de açúcar de beterraba.

O consumo brasileiro de açúcar é elevado, pelos dados da Tabela 28, pode-se constatar que o consumo interno de açúcar vem gradativamente aumentando. A participação do consumo interno na produção brasileira de açúcar, representa mais de 50%. Entre os fatores que contribuíram para o aumento significativo do consumo brasileiro de açúcar, destaca-se a campanha elaborada pela Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo-Coopersucar, enfatizando o valor nutritivo do açúcar-de-cana, quando comparado aos adoçantes artificiais.

O elevado consumo interno de açúcar assim, como a opção brasileira através do Proálcool, coloca o Brasil frente aos países participantes das negociações para implementação do Acordo Internacional do Açúcar em condições mais favoráveis, face a garantia de colocação de parte substancial do produto no mercado interno.

### 3.3.1. Grau de concentração das exportações brasileira de açúcar demerara

O índice de Gini do valor das exportações brasileira de açúcar demerara quando comparado com o de cacau em amêndoas e café cru em grãos apresenta-se mais concentrado. Tal resultado pode ser atribuído ao fato, das exportações brasileira de açúcar demerara no período 1963-1982, terem se destinado a um número reduzido de principais países compradores.

Entretanto, a partir de 1972 (Tabela 29), as

Tabela 28. Produção e Consumo Brasileiro de Açúcar e Partição Percentual  
1963 - 1979

Período	Produção	Consumo	1.000 Toneladas
			Relação Consumo Produção %
1963	3.304 <sup>a/</sup>	2.764	83,66
1964	3.333 <sup>a/</sup>	2.672	80,17
1965	3.827 <sup>a/</sup>	2.979	77,84
1966	4.852 <sup>a/</sup>	2.763	56,95
1967	4.390 <sup>a/</sup>	2.929	66,72
1968	4.470 <sup>a/</sup>	3.319	74,25
1969	4.174	3.401	81,48
1970	5.019	3.495	69,64
1971	5.298	3.576	67,50
1972	6.151	3.816	62,04
1973	6.937	4.092	58,99
1974	6.931	4.777	68,92
1975	6.299	4.990	79,22
1976	7.236	5.091	70,36
1977	8.759	5.060	57,77
1978	7.913	5.289	66,84
1979	7.362	6.009	81,62

<sup>a/</sup> Corresponde ao ano safra 1962/63 - 1967/68.

Fonte: FAO - Production Yearbook 1966, 1968, 1970, 1976, 1980.

Statistical Yearbook 1979/80 - United Nations.

F.O. Lichts - 1977/78 - World Sugar Statistics Bulletin.

International Sugar Organization - 1980 London.

Relatório Mensal - IAA - Planalsucar (Vários Números).

Tabela 29. Índice de Gini: Açúcar Demerara ( Valor das Exportações Brasileira por Países Importadores).  
1963 - 1982

Período	Açúcar	Período	Açúcar
1963	0,87	1973	0,51
1964	0,80	1974	0,59
1965	0,73	1975	0,39
1966	0,79	1976	0,55
1967	0,82	1977	0,54
1968	0,80	1978	0,66
1969	0,85	1979	0,82
1970	0,82	1980	0,73
1971	0,80	1981	0,77
1972	0,66	1982	0,71

exportações apresentam-se menos concentradas, atingindo o índice de 0,39 em 1975. Este índice, é resultante da queda das exportações de açúcar demerara, para os grandes países importadores particularmente no período 1974-1976, quando os preços do produto no mercado internacional alcançaram níveis bastante elevados. Por outro lado, a política de industrialização brasileira contribuiu para expansão das exportações de outros tipos de açúcar, como o cristal e refinado.

Nos últimos quatro anos foi maior o índice de concentração das exportações brasileira de açúcar demerara. Observa-se a não importação nestes anos por parte do Chile, (exceto 1980), China (exceto 1982), França (exceto 1979), Japão (exceto 1982) e Reino Unido (Tabela 30). A não importação pelo Chile é atribuída ao desenvolvimento da indústria chilena de açúcar de beterraba a partir de 1960. A produção doméstica passou a atender um terço das necessidades do país. O crescimento da indústria doméstica, resultou dos esforços da Organização Estadual do Açúcar, a qual instalou fábricas para reduzir a dependência das importações.

A não exportação de açúcar demerara neste período para China deve-se ao programa nacional chinês de aumento da produção de açúcar a partir de 1976, com objetivo de atender a crescente demanda. A expansão da produção de açúcar de cana na China é atribuída a uma série de incentivos, entre eles: elevados preços pagos pelo Estado, maiores dotações de outros gêneros alimentícios aos agricultores que ultrapassem as metas de produção de cana e financiamentos de projetos hidráulicos relacionados com as plantações de cana-de-açúcar. No caso da França e Reino Unido, a não importação deve-se à expansão da produção de açúcar de beterraba, incentivada pela política protecionista da CEE e, com relação ao Japão, à política de incentivo ao uso do sucedâneo "HFCS". Assim, as

Tabela 30. Exportação Brasileira de Açúcar Demerara por Países Importadores  
1963 - 1982

Países	1963		1964		1965		1966		1967		1968		1969	
	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t						
Argélia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	764	11.250
Chile	1.099	8.636	-	-	2.586	51.763	4.152	56.046	3.015	80.423	6.345	122.984	3.613	107.422
China Continental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos	58.678	426.964	18.218	162.466	33.342	309.265	57.299	493.917	63.259	589.740	78.367	596.100	93.450	665.575
França	108	1.534	416	5.250	1.458	26.970	2.863	62.404	1.694	44.302	2.918	54.415	894	18.500
Iraque	-	-	-	-	2.067	36.500	869	20.000	414	10.561	773	13.132	663	12.288
Japão	-	-	-	-	1.311	23.186	-	-	537	13.005	-	-	2.257	58.100
Marrocos	-	-	-	-	865	16.913	-	-	3.232	52.190	5.750	107.175	-	-
Reino Unido	1.344	10.668	2.500	10.669	2.253	43.520	7.709	161.982	583	18.279	657	12.192	393	11.700
U.R.S.S.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	61.229	447.802	21.134	178.385	43.882	508.117	72.892	834.349	72.734	808.500	94.810	905.998	102.034	881.835
Demais Países	7.459	38.868	14.010	97.174	16.311	310.369	7.222	173.003	10.092	192.247	11.652	172.708	10.030	176.368
<b>Total</b>	<b>68.688</b>	<b>486.670</b>	<b>35.144</b>	<b>265.559</b>	<b>60.193</b>	<b>818.486</b>	<b>80.114</b>	<b>1.007.354</b>	<b>82.826</b>	<b>1.000.747</b>	<b>106.462</b>	<b>1.078.706</b>	<b>112.064</b>	<b>1.061.203</b>

Fonte: Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX - 1963 - 1982.  
MIC - IAA - Departamento de Exportação (Total 1963 - 1971).

Continua

Continuação Tabela 30.

Países	1 9 7 0		1 9 7 1		1 9 7 2		1 9 7 3		1 9 7 4		1 9 7 5		1 9 7 6	
	US\$ 1.000	₹	US\$ 1.000	₹										
Argélia	-	-	1.316	15.400	2.378	18.995	4.654	23.990	32.658	73.310	51.885	68.400	18.028	57.987
Chile	-	-	-	-	1.267	10.500	2.688	12.500	28.548	88.801	15.772	20.659	5.650	18.215
China Continental	-	-	-	-	53.189	346.923	36.123	195.119	561	3.617	46.670	71.942	-	-
Estados Unidos	89.514	607.826	94.967	620.722	105.180	603.092	78.673	403.363	406.557	752.180	52.938	144.673	377	1.061
França	4.220	57.187	2.024	22.590	9.292	62.925	5.175	25.476	35.780	76.470	29.488	73.075	17.626	65.930
Iraque	-	-	3.950	42.360	3.566	26.600	27.425	135.075	92.436	144.034	102.910	136.256	15.839	61.896
Japão	11.477	158.934	1.983	22.000	17.199	112.283	47.219	256.580	167.437	243.915	173.519	347.643	53.707	215.416
Morocos	566	10.115	5.978	65.059	4.606	31.463	16.130	82.441	18.774	41.921	3.847	12.802	2.459	13.650
Reino Unido	-	-	-	-	2.316	18.847	18.186	88.840	66.790	118.944	62.146	104.402	25.371	101.004
U.R.S.S.	-	-	-	-	4.835	309.755	81.339	436.756	-	-	122.453	55.494	-	-
Sub-Total	105.777	834.062	110.218	788.131	203.828	1.541.393	317.612	1.660.140	849.541	1.543.192	661.628	1.075.346	139.097	535.159
Demais Países	20.616	295.786	38.732	369.612	110.319	513.071	137.251	693.433	128.759	224.200	108.274	159.773	13.376	65.635
<b>Total</b>	<b>126.393</b>	<b>1.129.848</b>	<b>148.950</b>	<b>1.157.743</b>	<b>314.147</b>	<b>2.054.454</b>	<b>454.863</b>	<b>2.353.573</b>	<b>978.300</b>	<b>1.767.392</b>	<b>769.902</b>	<b>1.235.119</b>	<b>152.473</b>	<b>600.794</b>

Continuação Tabela 30.

Países	1 9 7 7		1 9 7 8		1 9 7 9		1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2	
	US\$ 1.000	₺										
Argélia	22.732	105.622	3.066	14.880	-	-	13.094	22.300	6.655	11.000	3.119	22.000
Chile	-	-	-	-	-	-	5.322	12.000	-	-	-	-
China Continental	18.718	95.013	11.370	67.959	-	-	-	-	-	-	15.822	107.368
Estados Unidos	93.381	570.518	102.274	626.310	191.693	1.019.796	330.784	678.041	331.104	960.334	41.697	286.143
França	15.994	84.602	15.628	92.200	6.235	34.500	-	-	-	-	-	-
Iraque	51.475	271.825	15.267	86.252	11.297	54.196	43.923	90.496	22.552	76.504	598	2.044
Japão	16.901	93.940	3.660	21.400	-	-	-	-	-	-	1.785	17.850
Morocos	2.052	12.000	-	-	1.968	10.000	58.912	115.280	13.416	37.600	12.503	68.000
Reino Unido	11.699	69.483	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
U.R.S.S.	-	-	14.986	83.270	18.709	74.405	138.745	401.603	92.811	235.923	74.362	384.998
Sub-Total	232.952	1.303.003	166.251	992.271	229.902	1.192.897	590.780	1.319.720	466.538	1.321.361	149.886	888.403
Demais Países	43.578	233.148	29.678	171.745	17.102	89.975	33.720	71.810	112.390	242.158	109.555	333.774
<b>Total</b>	<b>276.530</b>	<b>1.536.151</b>	<b>195.929</b>	<b>1.164.016</b>	<b>247.004</b>	<b>1.282.872</b>	<b>624.500</b>	<b>1.391.530</b>	<b>578.928</b>	<b>1.563.519</b>	<b>259.441</b>	<b>1.222.117</b>

exportações para um menor número de tradicionais países importadores, ocasionaram maior concentração das exportações brasileira de açúcar demerara.

#### 4. CONCLUSÕES

O mercado internacional de "commodities" caracteriza-se pelas frequentes flutuações de preços.

A instabilidade de preço das "commodities" no mercado internacional levaram países produtores e consumidores a negociarem a implementação de Acordos Internacionais, com o objetivo de estabilizar os preços.

O objetivo deste estudo é apresentar um quadro analítico das negociações para implementação dos Acordos Internacionais de Cacau, Café e Açúcar e do comportamento do mercado internacional destes produtos, enfatizando as dificuldades de negociações e os efeitos dos respectivos acordos.

As oscilações entre oferta e demanda se constituem a principal causa da instabilidade de preços destes produtos. No entanto, a alta concentração tanto do lado da oferta, como da demanda, poderia favorecer os entendimentos entre países produtores e consumidores na busca de uma política conjunta para estabilização dos preços.

Verifica-se que as negociações entre países pro

dutores e consumidores de cacau, café e açúcar para implementação de Acordos Internacionais com seus mecanismos de estabilização de preços, se constituem em constantes debates. Por outro lado, as características distintas entre os países negociadores, de um lado, países desenvolvidos e do outro países em desenvolvimento, levam a maior dificuldade de consenso. Um dos aspectos relevantes para um melhor nível das negociações de Acordos Internacionais seria a formação de um grupo coeso de países produtores/exportadores para que diante dos consumidores, suas reivindicações superem os interesses nacionais-econômicos e políticos dos países consumidores.

No relativo a cacau, a Aliança dos Países Produtores de Cacau, tem como um dos objetivos a busca de maior integração entre os países produtores. Apesar de que os esforços da Aliança na busca da estabilização de preços do produto, venham sendo limitados, a simples existência desta Organização, predispõe maior credibilidade por parte dos países consumidores.

No tocante ao café, verificou-se que a formação de um grupo coeso de países produtores quer através do Comitê de Coordenação ou do Grupo de Bogotá, muito contribuiu para a sustentação das cotações no mercado internacional.

A maior integração entre os países produtores aumentaria o poder de barganha diante dos consumidores e levaria a uma maior participação dos mesmos, no comércio internacional do produto.

De modo geral, os mecanismos de estabilização de preços, faixa de preços - máximo e mínimo, cota de exportação e estoque regulador, utilizados nos Acordos de cacau, café e açúcar não têm surtido o efeito esperado, ou seja, de

estabilização de preços, notadamente no caso do cacau e açúcar.

Na análise do mercado internacional dos três produtos (Capítulo 03), verifica-se que os desequilíbrios entre oferta e demanda têm anulado os esforços dos produtores e consumidores na busca de estabilização do mercado internacional destas "commodities". No que diz respeito ao cacau, os Acordos de 1972 e de 1975 não entraram em operação, uma vez, que os preços no mercado internacional permaneceram acima, das faixas de preços estabelecidas nos respectivos Acordos, dada a escassez de oferta do produto. Outrossim, durante as negociações para implementação do Acordo Internacional de Cacau de 1980, o não entendimento imediato, entre os países participantes e a condição que se apresentava de excedentes de produção, ocasionou a brusca queda dos preços no mercado internacional. Um outro aspecto, que tem a influência sobre a não efetividade dos Acordos, são as características dos principais países produtores, em sua maioria ex-colônia dos países consumidores e altamente dependentes da receita de exportação de cacau, o que os impossibilita de conter a expansão da produção do produto. Destaca-se também, o incentivo à produção de sucedâneos da manteiga de cacau, que nos últimos anos tem aumentado significativamente.

Com relação ao mercado açucareiro, as condições de mercado, ou seja, os frequentes desequilíbrios entre a oferta e demanda de açúcar no mercado internacional, tem prejudicado a atuação dos Acordos. Tal situação se agravou, a partir da expansão da produção de açúcar de beterraba nos países desenvolvidos, prejudicando os produtores de açúcar de cana, em sua maioria países em desenvolvimento. Um outro fator que vem contribuindo para não efetividade dos Acordos são os incentivos dos grandes países consumidores como os Estados

Unidos e Japão, a produção do substituto do açúcar o "HFCS".

De modo geral, tem sido efetivo o Acordo Internacionailde Café. Com seus mecanismos de estabilização, notadamente o de cota de exportação, vem sendo possível manter os preços do produto relativamente estáveis, o que pode ser atribuído a política de comercialização e estocagem do produto, assim, como o maior entrosamento entre os grandes países produtores e a menor concentração da produção em termos geográficos.

O Brasil ocupando as primeiras colocações como produtor e participando significativamente das exportações mundiais de cacau, café e açúcar, possui determinadas condições que o coloca em melhor posição nas negociações dos Acordos Internacionais destes produtos.

O elevado crescimento da industrialização de cacau a partir da década de 70 abriu perspectiva para o aprimoramento das condições de estocagem do produto na forma de derivados, por um período de tempo mais longo. Por outro lado, as campanhas para expansão do consumo brasileiro do produto final chocolate, tem logrado bons resultados, o que possibilitará ao país no futuro próximo, negociar em melhor nível com os países consumidores, além de contar com mais uma alternativa para a estabilização de preços do produto, no mercado externo.

A posição do Brasil frente aos países participantes das negociações do Acordo Internacional de Café, apresenta-se bastante favorável, o país conta com um eficiente sistema de estocagem sendo ainda, grande consumidor do produto.

Com relação ao açúcar, o Brasil possui adequa

do sistema de estocagem e consumo interno elevado. Destaca-se também, o Programa Nacional do Alcool-PROALCOOL instituído com o objetivo de economizar divisas estrangeiras diante da crise energética. A utilização da matéria prima na produção do álcool combustível, é mais uma opção que favorece ao país, junto aos negociadores do Acordo Internacional do Açúcar, ao tempo que se constitui alternativa para retirada de parte do excedente de produção do mercado externo.

A exemplo da comercialização do café este estudo sugere que gradativamente seja ampliada a capacidade de estocagem nos países produtores para que estes se tornem menos vulneráveis às manobras especulativas dos países consumidores.

Apesar de que a política adotada pelo Governo brasileiro de expansão das exportações, venha obtendo resultados favoráveis, verifica-se o alto grau de concentração das exportações brasileira de cacau em amêndoas, café cru em grãos e açúcar, demerara. Não obstante, a partir dos anos 70, as políticas adotadas de intensificação da industrialização e diversificação na pauta das exportações brasileira tenha reduzido o grau de concentração das exportações, o Brasil deveria adotar uma política mais agressiva de conquista de novos mercados para melhor se posicionar frente aos países participantes das negociações dos Acordos e conseqüentemente gerar superávits comerciais crescentes.

Embora, a efetividade dos Acordos seja de curto prazo, a existência dos mesmos é de suma importância, pois, ao mesmo tempo, que constituem o respaldo político dos países produtores/exportadores, é o elemento "psicológico" de estabilização de preços. Destaca-se ainda que qualquer dos mecanismos adotados nos Acordos, objetivando estabilizar preços, devem vir acompanhados de políticas adequadas de comercialização e estocagem para viabilidade do pacto.

## LITERATURA CITADA

- AMIN, Mário M., 1984. Análise Econômica da Situação Mundial do Mercado de Exportação de Cacau 1962-1981. Belém, CEPLAC /DEPEA/COPEP/DIMEQ. (Em publicação).
- BANCO REAL, 1983. O Brasil na Reconquista do Mercado Internacional do Café. Carta Econômica. 81:1- 5.
- BRASÍLIA. Comissão Executiva Nacional do Alcool, 1983. Relatório Anual. Brasília, CENAL. 45 p.
- CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ. Revista do Comércio de Café. Rio de Janeiro, jun. 1974.
- CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ. Revista do Comércio de Café. Rio de Janeiro, dez. 1975.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Cacau Informe Econômico. Brasília, out/dez 1981.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Cacau Informe Econômico. Brasília, jan/mar 1982.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Cacau Informe Econômico. Brasília, jul/set 1983.
- DELFIM, N, A., 1981. O Problema do Café no Brasil. São Paulo, IPE-USP, 1981. 348 p. (Ensaio Econômicos, 16).
- FINLAYSON, A.J. e ZACHEA, W.M., 1983. The Politics of International Commodity Regulation: The Negotiation and Operation of the International Cocoa Agreements. Third World Quarterly. England, 5:386- 417.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1964. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano XVIII, 5.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1965. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano XIX, 4.

- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1966. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano XX, 1.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1967. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano XXI, 8.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1968. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano XXII, 2.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1969. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano XXIII, 1.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1970. Conjuntura Econômica. Retrospectiva Década de 60. Rio de Janeiro, ano 24, 1.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1971. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano 25, 6.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1972. Conjuntura Econômica. Retrospectiva do 1º Semestre. Rio de Janeiro, ano 26, 8:30-32.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1973. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano 27, 12:28-29, 72-109.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1975. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, ano 29, 12:8-9.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1976. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 30, 11:8-10.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1979. Agroanalysis. Rio de Janeiro, 3, 5:1-33.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1979. Agroanalysis. Rio de Janeiro, 3, 9:1-20.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1980. Agroanalysis. Rio de Janeiro, 4, 9:1-45.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1981. Agroanalysis. Rio de Janeiro, 5, 9:1-49.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1981. Agroanalysis. Rio de Janeiro, 5, 10:1-26.

- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1982. Agroanalysis. Rio de Janeiro, 6, 10/11.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1983. Agroanalysis. Rio de Janeiro, 7, 01:2-12.
- GENEBRA. Conferência de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo, 1980. Convenio Internacional del Cacao. Genebra, ICCO.
- HARRY, J.G., 1968. Economic Policies Toward Less Developed Countries. Washington, The Brookings Institution. 271 p.
- HOFFMAN, R. e VIEIRA, S., 1977. Análise de Regressão - Uma Introdução à Econometria. São Paulo, Ed. Hucitec. 339 p.
- HOFFMAN, R., 1980. Estatística para Economistas. São Paulo, Pioneira. 379 p.
- ILHÉUS. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, 1973, Acordo Internacional do Cacao. Ilhéus, CEPLAC.
- ILHÉUS. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, 1975, Acordo Internacional do Cacao. Ilhéus, CEPLAC.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF AGRICULTURAL PRODUCERS, Washington, 1972. World Agriculture.
- JORNAL A TARDE, Bahia, 28 de novembro de 1981. Acordo Internacional do Cacao - Uma Retrospectiva.
- JUNQUEIRA, F., 1981. O Brasil e o Mercado Internacional do Cacau. Negociações Intergovernamentais. Brasília, 95 p.
- MACEDO FILHO, F., 1968. Café Solúvel no Brasil - Histórico. Desenvolvimento x Conjuntura. Ano XII, 3.
- MENEZES, J.A.S., 1984. The International Cocoa Agreement the Consequences of Attempting to Reduce Price Instability in the 1980's. New Iork, Cornell University. (Tese de Doutoramento).

- MONT'ALEGRE, O., 1976. Estrutura dos Mercados de Produtos Primários. Rio de Janeiro, IAA. 268 p. (Coleção Canavieira, 22).
- MULLER, C., 1971. O Impacto do Acordo Internacional do Café, sobre o Preço do Café. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 3:131- 148.
- OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. 272: out. 1958. p. 44- 48.
- OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. 273: nov. 1958. p. 48- 53.
- OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. 274: dez. 1958. p. 38- 44.
- SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, 1979. Política Cafeeira: Diretrizes para Modernização e Desenvolvimento do Setor. In VEIGA, A., Coord. Ensaio sobre Política Agrícola Brasileira. p. 233- 294.
- SCHUTJER, A.W. e AYO JIDE, E. 1967. Negotiating a World Cocoa Agreement: Analysis and Prospects. Bulletin 744. Pennsylvania, 1- 53.
- SMITH, G.W., 1981. Os Acordos Internacionais de Mercadorias, Tarifas, Quotas e Comércio: A Política do Protecionismo. Rio de Janeiro, Zahar ed., p. 186- 200.
- VEIGA, A., 1974. Efeitos da Política Comercial-Brasileira no Setor Agrícola. Brasília, 23 p.
- YO, Goan T., 1980. Operações a Termo de Mercadorias - "Commodities". São Paulo, Gedimex Ed. 220 p.
- ZOCKUN, M.H.G.P. et ALII., 1976. A Agricultura e a Política Comercial Brasileira. São Paulo, IPE. 136 p. (IPE monografias).
- WICKIZER, V.D., 1943. The World Coffee Economy with Special Reference to Control Schemes. California, Food Research Institute Stanford University. 249 p.

WONNACOTT, R.J. e WONNACOTT, T.H., 1976. Econometria. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Ed. 424 p.

APENDICE

Apêndice 01. Exportação Brasileira de Café Cru em Grãos por Países Importadores  
1963 - 1982.

Países	1963		1964		1965		1966		1967		1968		1969	
	US\$ 1.000	¢	US\$ 1.000	¢	US\$ 1.000	¢	US\$ 1.000	¢	US\$ 1.000	¢	US\$ 1.000	¢	US\$ 1.000	¢
Alemanha Oc.	36.047	53.359	30.486	33.867	38.548	42.293	33.441	39.990	26.537	35.206	33.507	44.076	37.902	46.551
Alemanha Or.	11.225	17.466	13.949	15.740	14.717	16.217	13.901	16.974	15.759	20.238	14.543	19.042	15.135	18.116
Argentina	14.886	25.707	21.529	26.863	21.716	27.979	22.262	33.644	11.778	27.317	15.432	28.047	25.088	42.148
Bélgica	21.677	34.317	19.833	23.910	17.793	20.625	16.713	21.261	21.385	28.945	17.691	24.537	20.781	25.945
Dinamarca	25.647	39.823	29.833	34.544	32.226	36.611	32.216	40.766	30.149	40.446	29.036	38.715	32.562	42.862
Espanha	4.042	7.030	5.313	6.970	5.758	7.124	7.789	10.470	6.217	8.667	12.066	17.003	12.382	17.016
Estados Unidos	342.543	523.031	335.016	380.948	315.467	360.795	318.239	406.036	287.719	391.449	343.438	478.067	268.051	361.624
Francia	23.361	39.335	20.393	25.331	24.245	29.253	25.335	34.161	24.495	34.735	25.875	36.939	42.236	54.154
Itália	42.316	76.108	44.118	64.651	28.132	34.077	52.240	83.450	63.645	111.361	52.722	80.809	84.236	133.176
Japão	3.792	6.725	1.610	1.788	2.896	3.182	3.302	3.955	3.904	4.870	4.652	6.009	8.527	9.274
Noruega	17.024	25.253	17.681	20.455	18.154	20.982	21.524	25.492	19.635	26.264	17.834	23.675	22.567	28.121
Países Baixos	59.032	90.126	28.303	32.825	26.014	28.731	28.938	35.643	30.040	41.099	27.894	38.641	31.892	39.138
Polônia	4.123	5.926	3.409	3.100	4.842	5.357	2.149	2.632	3.703	4.774	7.942	10.574	7.408	9.055
Reino Unido	7.862	11.931	5.912	6.718	2.647	2.969	4.239	5.212	4.238	5.591	5.722	7.512	14.794	18.719
Suécia	41.369	61.382	50.400	56.646	52.732	57.646	49.920	60.557	47.649	62.067	48.267	62.727	55.517	68.785
U.R.S.S.	7.947	12.999	15.497	17.502	13.952	14.999	13.967	16.492	7.641	9.499	9.307	11.999	8.142	9.999
Sub-Total	662.893	1.029.528	643.282	751.858	619.839	707.930	646.225	836.765	604.494	852.428	665.928	936.372	687.220	924.683
Demais Países	83.916	141.256	116.421	144.916	86.784	101.013	117.773	173.162	160.231	151.953	108.543	171.088	125.735	196.692
Total	746.809	1.170.784	759.703	896.774	706.623	808.943	763.998	1.009.927	764.725	1.004.381	774.471	1.107.460	812.955	1.121.375

Fonte: Anuário Estatístico do Café 1976 - MIC - IBC

Anuário Estatístico do Café 1980/81 - MIC - IBC

Brasil Exportação - Banco do Brasil - CACEX - 1975 - 1982

Comércio Exterior Brasil - Banco do Brasil - CACEX - 1963 - 1982.

## Continuação Apêndice 01.

Países	1970		1971		1972		1973		1974		1975		1976	
	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t	US\$ 1.000	t
Alemanha Oc.	47.657	43.064	37.409	45.597	51.738	50.103	62.761	50.552	28.460	22.456	32.047	29.768	149.759	49.662
Alemanha Or.	16.731	14.569	12.048	15.124	22.565	22.779	37.177	28.026	20.004	15.970	30.346	26.391	51.905	24.386
Argentina	24.775	25.937	21.726	30.837	18.969	21.223	26.336	20.710	45.773	32.880	32.306	20.642	42.754	15.149
Bélgica	17.880	16.049	15.987	18.902	18.946	18.349	23.946	18.353	14.583	10.842	12.999	10.384	26.676	9.018
Dinamarca	44.215	41.600	30.113	38.144	41.232	41.249	54.075	43.995	36.667	29.517	34.312	31.992	96.602	37.733
Espanha	20.150	21.394	19.952	23.721	24.468	24.798	34.189	26.579	32.167	26.660	47.497	33.447	82.342	30.088
Estados Unidos	312.222	297.136	259.289	350.859	334.591	360.652	325.360	290.341	197.626	162.911	198.195	205.790	592.567	213.551
França	46.547	42.390	27.083	34.856	41.359	41.695	77.496	66.294	55.913	46.307	50.155	48.428	88.888	33.995
Itália	91.416	134.745	109.327	158.804	122.763	146.834	130.355	125.004	97.359	77.985	93.082	86.253	175.365	65.663
Japão	7.945	6.728	4.441	4.943	10.377	9.264	36.787	33.787	18.373	13.182	24.126	18.371	96.285	36.567
Noruega	28.202	24.747	15.155	19.340	28.097	27.768	30.555	23.966	27.769	20.152	22.340	19.775	55.105	19.834
Países Baixos	37.530	33.706	32.878	40.681	48.149	49.375	63.309	53.683	11.801	11.293	8.864	8.837	55.624	17.364
Polônia	8.381	7.633	5.392	6.633	12.351	12.260	17.251	14.133	23.629	17.979	23.289	20.583	50.812	19.726
Reino Unido	25.896	24.781	15.484	21.110	30.194	30.025	55.131	46.098	19.427	17.513	25.772	26.892	26.418	10.276
Suécia	62.758	58.271	45.362	57.197	55.086	57.393	83.763	70.642	50.225	41.092	50.008	50.227	147.345	55.600
U.R.S.S.	-	-	10.302	13.124	12.765	12.649	22.835	18.609	18.022	12.795	31.004	25.809	35.606	13.236
Sub-Total	792.305	792.750	661.948	879.872	873.650	926.421	1.073.326	930.772	697.898	559.574	716.342	663.608	1.774.243	652.048
Demais Países	146.961	169.879	110.530	154.394	115.568	123.734	170.545	140.605	166.415	124.210	138.172	118.382	398.444	153.319
Total	939.266	962.629	772.478	1.034.266	989.218	1.050.155	1.244.271	1.071.377	864.313	683.784	854.514	781.990	2.172.687	805.367

Continuação Apêndice 01.

Países	1 9 7 7		1 9 7 8		1 9 7 9		1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2	
	US\$ 1.000	t										
Alemanha Oc.	179.762	39.605	128.596	40.606	133.721	36.642	183.270	59.481	97.781	56.640	182.014	85.714
Alemanha Or.	66.577	13.747	45.879	14.180	60.560	17.062	52.192	17.522	45.623	21.888	53.518	33.048
Argentina	53.130	8.502	40.779	12.528	81.134	25.798	54.761	15.459	43.020	19.554	36.897	18.169
Bélgica	34.366	7.369	41.139	12.289	43.067	12.491	65.090	19.492	45.344	23.876	55.702	26.258
Dinamarca	104.987	23.973	90.549	28.990	78.825	22.972	84.889	27.035	48.685	26.892	55.050	26.717
Espanha	90.381	16.052	84.140	27.518	88.896	30.210	131.399	39.309	53.932	28.294	83.808	40.404
Estados Unidos	467.155	104.325	530.348	170.576	421.667	120.716	620.830	201.433	310.835	174.899	459.211	212.502
França	153.957	35.123	101.838	32.440	103.301	30.240	153.527	48.292	83.922	47.524	114.642	54.427
Itália	326.880	73.909	176.272	54.891	198.892	58.098	285.859	85.537	168.732	89.120	182.010	85.428
Japão	125.301	28.052	74.827	24.550	97.147	26.789	136.462	39.920	84.068	45.149	111.295	51.703
Noruega	54.043	12.447	75.010	23.004	55.316	15.941	60.855	18.709	41.259	23.257	54.276	25.953
Países Baixos	30.484	7.491	34.405	10.925	34.284	9.306	65.179	20.622	39.755	20.928	71.017	33.783
Polónia	25.809	5.477	72.156	22.742	92.811	28.235	84.183	28.233	46.253	25.200	934	600
Reino Unido	25.516	5.694	23.559	7.781	17.940	5.670	25.383	8.162	26.473	14.301	23.085	11.028
Suécia	104.570	22.625	120.092	38.210	120.574	34.890	114.751	37.364	88.263	49.781	110.431	51.688
U.R.S.S.	28.683	7.250	-	-	4.353	1.024	6.236	2.506	6.363	4.002	12.866	6.999
Sub-Total	1.871.601	411.641	1.639.589	521.230	1.632.488	476.084	2.124.866	669.076	1.230.308	671.305	1.606.756	764.781
Demais Países	415.951	104.620	306.920	100.070	285.130	86.112	361.179	115.389	286.338	154.138	250.770	123.239
Total	2.287.552	516.261	1.946.509	621.300	1.917.618	562.196	2.486.045	784.465	1.516.646	825.443	1.857.526	882.020